



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Diretrizes para as Políticas de desenvolvimento e promoção do **ACESSO ABERTO**





Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Diretrizes para as Políticas de desenvolvimento e promoção do **ACESSO ABERTO**

por Alma Swan

Série Diretrizes para o Acesso Aberto

Publicado em 2016 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, pela Representação da UNESCO no Brasil e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

© UNESCO 2016



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença **Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha** 3.0 IGO (CC-BY-NC-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbncsa-en>).

Obra disponível em Acesso Aberto para cópia, distribuição e transmissão para fins não comerciais, devendo os devidos créditos ser dados à mesma. Para adaptações e obras derivadas, alguns direitos são reservados. Para uso comercial, deve-se obter a permissão da UNESCO. Adaptações e derivações da obra não deverão conter o logotipo da UNESCO, não sendo a mesma responsável por quaisquer distorções de fatos nelas contidas. Distorções, mutilações e alterações de uma obra que possam gerar atos ofensivos em relação ao autor, à obra, e à reputação da UNESCO e de seus Estados-membros serão consideradas violações ao princípio de Acesso Aberto. A pessoa/instituição responsável pela obra adaptada/derivada será responsabilizada legalmente, se for o caso, devendo indenizar a UNESCO por quaisquer ônus decorrentes de tais atos.

Título original: *Policy guidelines for the development and promotion of open access (Open guideline series)*. Publicado em 2012 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Sobre a autora: a dra. Alma Swan, uma das principais autoridades em Comunicação Acadêmica e Acesso Aberto, é diretora da *Key Perspectives Ltd.*, no Reino Unido.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as da autora e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

Créditos da versão em português:

Tradução: Patrícia Zimbres e Romes de Sousa Ramos

Revisão técnica: Bianca Amaro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Revisão gramatical, editorial e digitação: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Swan, Alma

Diretrizes para políticas de desenvolvimento e promoção do acesso aberto / Alma Swan. –

Brasília : UNESCO Brasil, IBICT, 2016.

82 p. – (Série diretrizes para o acesso aberto).

Título original: *Policy guidelines for the development and promotion of open access*

Incl. bibl.

ISBN: 978-85-7652-209-6

1. Acesso à informação 2. Domínio público 3. Publicações científicas 4. Periódicos científicos
5. Sistemas de informação científica 6. Sistemas de Informação Online 7. Editoração I. UNESCO II. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia III. Título IV. Série

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles se referem igualmente ao gênero feminino.

Agradecimentos: Agradecemos o apoio dos membros da Comunidade de Acesso Aberto na *WSIS Knowledge Communities* pelos comentários críticos realizados ao documento preliminar. Agradecemos também pelas autorizações de reprodução dos seguintes itens:

Gráficos:

1. Figura 7: Evolução das políticas obrigatórias de Acesso Aberto (dados para os anos a partir de 2005, mostrados por trimestre). Fonte: RAARMAP, na página 49.

Textos:

- Textos relativos à Política de Acesso Aberto da *Wellcome Trust* no Anexo 1, página 66
- Textos relativos à Política dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) no Anexo 1, páginas 66-67
- Textos relativos à política da Universidade de Liège no Anexo 1, páginas 68-69
- Textos relativos à política da Universidade de Pretória no Anexo 1, páginas 69-70
- Textos relativos à política da Universidade de Harvard no Anexo 1, páginas 70-73
- Textos relativos à política da Universidade de Strathmore no Anexo 1, página 73
- Textos relativos à Universidade de Tecnologia de Queensland no Anexo 1, páginas 73-74
- Textos relativos à Universidade de Southampton no Anexo 1, página 74

SUMÁRIO

PREFÁCIO de Jānis Kārklīņš	5
INTRODUÇÃO de Sanjaya Mishra	6
RESUMO EXECUTIVO	10
CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO DO ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO E À PESQUISA CIENTÍFICA	13
1.1 O desenvolvimento da comunicação científica	13
1.2 O desenvolvimento do Acesso Aberto à informação científica	14
1.3 Definição de Acesso Aberto	15
1.4 Conteúdos que devem ser de Acesso Aberto	19
CAPÍTULO 2. ABORDAGENS AO ACESSO ABERTO	21
2.1 Repositórios de Acesso Aberto: a via “verde” para o Acesso Aberto	21
2.2 Periódicos com Acesso Aberto: a via “dourada” para o Acesso Aberto	23
CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DO ACESSO ABERTO	26
3.1 Problemas de acesso	26
3.2 Níveis de Acesso Aberto	28
3.3 O Acesso Aberto em um movimento mais amplo em favor do acesso “aberto” à informação	29
CAPÍTULO 4. BENEFÍCIOS DO ACESSO ABERTO	30
4.1 Aperfeiçoamento do processo de pesquisa	30
4.2 Visibilidade e uso da pesquisa	30
4.3 Impactos da pesquisa	31
CAPÍTULO 5. MODELOS DE NEGÓCIOS	33
5.1 O contexto: modelos tradicionais de negócios na comunicação científica	33
5.2 Novos modelos de negócios na comunicação científica	33
5.3 Dados Abertos	38
5.4 Custos do sistema	38
CAPÍTULO 6. DIREITOS AUTORAIS E LICENCIAMENTO	39
6.1 Direitos autorais e o Acesso Aberto	39
6.2 Licenciamento	41

CAPÍTULO 7. ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO ACESSO ABERTO	44
7.1 Estratégias voltadas para a formulação de políticas	44
7.2 Estratégias voltadas para a sensibilização	45
7.3 Estratégias voltadas para o desenvolvimento de infraestruturas	46
7.4 Organizações engajadas na promoção do Acesso Aberto	46
CAPÍTULO 8. MARCO DE AÇÃO PARA UMA POLÍTICA DE ACESSO ABERTO	48
8.1 Desenvolvimento e evolução das políticas	48
8.2 Questões sobre as políticas	49
8.3 Tipologias das políticas	54
CAPÍTULO 9. RESUMO DAS DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS	57
9.1 O contexto	57
9.2 Diretrizes para governos e outras entidades financiadoras de pesquisas	57
9.3 Diretrizes para formuladores de políticas institucionais	59
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS SELECIONADAS	62
GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E ABREVIATURAS	64
ANEXO 1. EXEMPLOS DE POLÍTICAS	66
A1.1 Políticas de entidades financiadoras	66
A1.2 Políticas institucionais	68
ANEXO 2. MODELOS DE POLÍTICAS PARA INSTITUIÇÕES, ENTIDADES FINANCIADORAS E GOVERNOS	76
A2.1 Tipo 1: depósito imediato, sem renúncia (“política de Liège”)	76
A2.2 Tipo 2: políticas com reserva de direitos	77
DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ACESSO ABERTO – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO	81

PREFÁCIO



Conforme estabelece sua Constituição, a UNESCO se dedica a “preservar, ampliar e difundir o conhecimento”. Portanto, parte de sua missão consiste em construir sociedades do conhecimento por meio da promoção do acesso universal à informação e ao conhecimento, por meio de tecnologias de informação e comunicação (TIC). A Divisão de Sociedades do Conhecimento do Setor de Comunicação e Informação se empenha na promoção do multilinguismo no ciberespaço, do acesso à informação por pessoas com necessidades especiais e do desenvolvimento de políticas nacionais para a sociedade da informação, para a preservação do patrimônio documental e para o uso das TIC na educação, na ciência e na cultura, incluindo o Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica. O Acesso Aberto está no centro do esforço global da Organização para a construção da paz nas mentes dos homens e das mulheres.

Graças ao Acesso Aberto, pesquisadores e estudantes do mundo inteiro têm maior acesso ao conhecimento, as publicações adquirem mais visibilidade e atingem um número maior de leitores, e o potencial de impacto das pesquisas é ampliado. O maior acesso e o maior compartilhamento do conhecimento geram oportunidades mais igualitárias de desenvolvimento econômico e social, de diálogo intercultural, além de promover inovações. A Estratégia de Acesso Aberto da UNESCO, aprovada pelo Conselho Executivo durante sua 187ª sessão, e posteriormente aprovada pela 36ª Conferência Geral, identificou recomendações aos Estados-membros sobre a formulação de políticas de Acesso Aberto como a principal prioridade nesta área. Estas diretrizes para políticas são o resultado de um processo interativo empreendido pelo Secretariado da UNESCO e pela dra. Alma Swan, uma das principais autoridades no campo do Acesso Aberto, para revisar o relatório preliminar com base na consulta *online* realizada por especialistas da Comunidade de Acesso Aberto das Comunidades de Conhecimento WSIS (*WSIS Knowledge Communities*), em setembro de 2011.

Acredito que este documento abrangente será de grande ajuda para tomadores de decisões e responsáveis pela definição de políticas nacionais e internacionais. Entretanto, deve-se ressaltar que estas diretrizes têm o propósito estrito de servir de orientação, e não pretendem ser um instrumento normativo. Além disso, espero que esta publicação possa servir de referência para todas as partes interessadas em esclarecer dúvidas no campo do Acesso Aberto. Encorajo a todos que compartilhem suas opiniões e seus comentários com base em experiências de aplicação das ideias abordadas nesta publicação, para nos ajudar a aperfeiçoar ainda mais as futuras edições.

Jānis Kārklīņš
Subdiretor-geral de Comunicação e Informação
UNESCO



INTRODUÇÃO

Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica

A informação científica é, ao mesmo tempo, a principal produção de um pesquisador e o recurso mais importante da inovação tecnológica. O Acesso Aberto (AA) é a permissão de acesso gratuito para todas as informações acadêmicas e pesquisas revisadas por pares. Ele requer que o detentor dos direitos autorais conceda o direito irrevogável e global de copiar, utilizar, distribuir, transmitir e produzir obras derivadas, em qualquer formato e para qualquer atividade lícita, com os devidos créditos ao autor original. O Acesso Aberto utiliza tecnologias de informação e comunicação (TIC) para aumentar e estimular a disseminação de conhecimentos acadêmicos. Os princípios do Acesso Aberto são a liberdade, a flexibilidade e a justiça.

Os crescentes custos de assinatura de periódicos científicos (ou revistas científicas) são uma das principais razões para o surgimento do movimento do Acesso Aberto. O aparecimento da digitalização e da internet aumentou a possibilidade de se disponibilizar informações para qualquer pessoa, em qualquer lugar, a qualquer momento e em qualquer formato. Por meio do Acesso Aberto, os pesquisadores e os estudantes de todo o mundo ganham maior acesso ao conhecimento, as publicações obtêm maior visibilidade e são mais lidas, e o potencial de impacto das pesquisas é ampliado. A ampliação do acesso ao conhecimento e seu compartilhamento criam mais oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico igualitário, para o diálogo intercultural, além de potencializar o surgimento de inovações. O Acesso Aberto está no cerne do objetivo da UNESCO de proporcionar acesso universal à informação e ao conhecimento, concentrando-se principalmente em duas prioridades globais: a África e a igualdade de gênero. Em todo o trabalho que a UNESCO realiza no campo do AA, sua meta primordial consiste em promover um ambiente propício para o Acesso Aberto nos Estados-membros, de tal forma que os benefícios da pesquisa sejam acessíveis publicamente a todos por meio da internet.

A UNESCO e o Acesso Aberto

O Artigo I, Cláusula 2, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estabelece, entre outros, os seguintes propósitos e funções da Organização:

(c) Manter, expandir e difundir o conhecimento:

Garantindo a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas;

Estimulando a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura, além do intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico, bem como outros materiais de informação;

Desencadeando métodos de cooperação internacional calculados para dar aos povos de todos os países acesso a material impresso e publicado, produzido por qualquer um deles.

Como a missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, por meio da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação, a Organização definiu os seguintes cinco objetivos globais:

- assegurar educação de qualidade para todos e a aprendizagem ao longo de toda a vida;
- mobilizar o conhecimento e as políticas científicas a serviço do desenvolvimento sustentável;
- enfrentar os novos desafios sociais e éticos;
- promover a diversidade cultural, o diálogo intercultural e uma cultura da paz;
- construir sociedades do conhecimento inclusivas por meio da informação e da comunicação.



A Organização apresenta ainda duas prioridades globais – a *África* e a *igualdade de gênero* – dentro de seu mandato geral. Portanto, nas áreas de sua competência, o papel da UNESCO consiste em ampliar o acesso à informação e ao conhecimento para o benefício de seus Estados-membros, por meio do uso adequado das TIC. Neste sentido, os setores atuam nas áreas específicas de competência da UNESCO, e o Setor de Comunicação e Informação (CI), em especial a Divisão de Sociedades do Conhecimento (*Knowledge Societies Division* – KSD), atua na criação de um ambiente propício aos Estados-membros para facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, e construir sociedades do conhecimento inclusivas. O Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica constitui um dos muitos programas por meio dos quais a KSD se esforça para realizar esse objetivo. Entre algumas das outras áreas afins em que a UNESCO atua estão:

Software livre e código aberto

Na área de *software* livre e código aberto (*Free and Open Source Software* – FOSS), a UNESCO cumpre suas funções básicas de laboratório de ideias e de agência normativa, permitindo a instauração de acordos universais sobre novas questões éticas emergentes, apoiando na elaboração e na utilização de normas de acesso e tratamento de informação, caracterizadas pela abertura, pela interoperabilidade e pela não discriminação. Esse processo considera o tratamento e o acesso à informação como elementos importantes para o desenvolvimento de infoestruturas eficazes que contribuam para práticas democráticas, para o cumprimento de responsabilidades e para a governança. Por reconhecer que os *softwares* exercem um papel crucial no acesso à informação e ao conhecimento, a UNESCO apoiou seu desenvolvimento e sua distribuição, tais como o Micro CDS/ISIS¹ (*software* de armazenamento e recuperação de informação) e o Greenstone² (*software* para bibliotecas digitais). Os FOSS são ferramentas para o crescimento e o desenvolvimento do Acesso Aberto, e a UNESCO incentiva as comunidades a realizar propostas para o desenvolvimento de *softwares*.

Preservação do patrimônio digital

A preservação do patrimônio cultural digital, incluindo a informação digital, é uma área prioritária para a UNESCO. A preservação digital consiste na implementação de processos destinados a garantir o acesso permanente a conteúdos digitais. A combinação de ferramentas

de *software* e *hardware* ajuda a tornar a informação armazenada acessível aos cidadãos. A Carta para a Preservação do Patrimônio Digital (2003) afirma que:

o objetivo da conservação do patrimônio digital é que este seja acessível ao público. Consequentemente, o acesso a elementos do patrimônio digital, especialmente aqueles que se encontram em domínio público, não deve estar sujeito a restrições injustificáveis. Ao mesmo tempo, deve garantir a proteção da informação confidencial e de caráter pessoal contra todas as formas de intrusão.

O Programa Memória do Mundo (*Memory of the World Programme* – MWP) da UNESCO tem como objetivo preservar o patrimônio documental mundial, tornando-o permanentemente acessível a todos, sem restrições. A missão do Programa Memória do Mundo consiste em:

- facilitar a preservação do patrimônio documental do mundo mediante técnicas mais adequadas;
- facilitar o acesso universal ao patrimônio documental;
- ampliar a conscientização mundial sobre a existência e a importância do patrimônio documental.

Recursos educacionais abertos

O acesso à educação de qualidade é essencial para a construção da paz, do desenvolvimento socioeconômico sustentável e do diálogo intercultural. Os *recursos educacionais abertos* (REA) proporcionam uma oportunidade estratégica para melhorar o acesso à educação de qualidade em todos os âmbitos, além de ampliar o diálogo, o compartilhamento do conhecimento e a capacitação. No ambiente da educação e da pesquisa, os REA e o AA constituem duas importantes formas de intervenção, que se associam de maneira integrada para promover a qualidade da aprendizagem e gerar novos conhecimentos. A expressão *recursos educacionais abertos* foi criada pela UNESCO durante o fórum sobre o impacto dos *softwares* educacionais abertos para a educação superior nos países em desenvolvimento, organizado pela UNESCO em 2002.

Programa Informação para Todos (IFAP)

A KSD também desenvolve o programa intergovernamental Informação para Todos (*Information for All Programme* – IFAP), cujo objetivo consiste em reduzir a discrepância entre as pessoas que têm acesso à informação e as que não têm acesso, nos Hemisférios Norte e Sul. O IFAP pretende:

1 Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/access-to-knowledge/free-and-open-source-software-foss/cdsisis/>>.

2 Disponível em: <<http://www.greenstone.org/>>.



- promover a reflexão e o debate internacional sobre as questões éticas, jurídicas e sociais apresentadas pela sociedade da informação;
- incentivar e ampliar o acesso à informação de domínio público mediante a organização, a digitalização e a preservação da informação;
- apoiar a formação, a educação continuada e a aprendizagem ao longo da vida nas áreas de comunicação, informação e informática;
- apoiar a produção de conteúdos locais e incentivar a disseminação do conhecimento autóctone mediante a alfabetização básica e a iniciação ao uso de TIC;
- promover a aplicação de normas e melhores práticas em comunicação, informação e informática nas áreas de mandato da UNESCO; e
- promover a construção de redes de informação e conhecimento nos âmbitos local, nacional, regional e internacional.

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação³ (*World Summit on the Information Society – WSIS*), realizada em Genebra em 2003, declarou que “a possibilidade de todos poderem acessar e contribuir com informações, ideias e conhecimento é essencial para a construção de uma Sociedade da Informação inclusiva”. Na Cúpula, também foi ressaltado que o compartilhamento de conhecimentos globais para o desenvolvimento pode ser ampliado por meio da remoção das barreiras ao acesso igualitário à informação. Na medida em que um abundante domínio público constitui um elemento essencial para o crescimento da Sociedade da Informação, a preservação dos registros documentais e o Acesso Aberto e igualitário à informação científica são necessários para a inovação, para a criação de novas oportunidades de negócios e para o acesso à memória coletiva das civilizações.

No contexto do Acesso Aberto, a Cúpula declarou:

28. Nos esforçamos para promover o acesso universal, com oportunidades iguais para todos, ao conhecimento científico, à criação e à divulgação de informação científica e técnica, incluindo iniciativas de Acesso Aberto para publicações científicas.

Duas das Linhas de Ação da WSIS (Linha de Ação 3: Acesso à informação e ao conhecimento; e Linha de Ação 7: E-ciência) têm sido envolvidas na promoção do Acesso Aberto à informação revisada por pares e a dados científicos, por meio de suas intervenções e acordos com partes interessadas.

Objetivo deste documento

O objetivo geral destas “Diretrizes para as políticas” consiste em promover o Acesso Aberto nos Estados-membros, ao facilitar a compreensão de todos os aspectos relevantes relacionados a ele. Especificamente, espera-se que o documento seja capaz de:

- possibilitar que as instituições dos Estados-membros revejam sua posição sobre o acesso à informação científica à luz das “Diretrizes para as políticas”;
- apoiar a escolha da política de Acesso Aberto apropriada nos contextos específicos dos Estados-membros; e
- facilitar a adoção da política de Acesso Aberto por organizações e entidades de financiamento de pesquisas, integrando as questões relevantes nos sistemas nacionais de pesquisa.

Dessa forma, as “Diretrizes para as políticas” não têm natureza prescritiva, mas devem servir como sugestões para facilitar a tomada de decisões conscientes quanto a se adotar uma política de AA e fortalecer os sistemas nacionais de pesquisa.

Organização dos conteúdos

O conteúdo destas “Diretrizes para as políticas” está organizado em nove capítulos:

- **Capítulo 1** – *O desenvolvimento do Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica*: traz uma visão geral das definições utilizadas e o histórico do movimento de AA – Budapeste – Bethesda – Berlim.
- **Capítulo 2** – *Abordagens ao Acesso Aberto*: apresenta as estratégias da via “verde” e da via “dourada” para a promoção do AA.
- **Capítulo 3** – *A importância do Acesso Aberto*: descreve a importância do AA para estudiosos, instituições de pesquisa e sociedades do conhecimento em desenvolvimento.
- **Capítulo 4** – *Benefícios do Acesso Aberto*: ressalta que o AA melhora o processo de pesquisa, aumenta a

³ Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/dop.html>>.

visibilidade e o uso dos trabalhos de pesquisa, além de potencializar o impacto desses trabalhos, por meio de citações e de seus efeitos fora do ambiente acadêmico.

- **Capítulo 5** – *Modelos de negócios*: realiza uma análise dos modelos tradicionais de negócios na área da comunicação científica e descreve novos modelos emergentes no contexto do AA.
- **Capítulo 6** – *Direitos autorais e licenciamento*: fornece uma visão geral dos aspectos jurídicos em linguagem simples, para explicar que os direitos autorais são um elemento central no AA. O consentimento dos detentores de direitos autorais é essencial para tornar o AA uma realidade, e os autores e criadores podem recorrer a diversos mecanismos, como licenças *Creative Commons*, para ampliar o uso de suas obras e, ao mesmo tempo, conservar seus direitos.
- **Capítulo 7** – *Estratégias para a promoção do Acesso Aberto*: descreve diversas abordagens ao AA centradas na adoção de políticas, na sensibilização e no desenvolvimento de infraestruturas. Embora todas as abordagens sejam importantes, o capítulo também oferece uma lista de inúmeras organizações que estão engajadas na promoção do AA.
- **Capítulo 8** – *Marco de ação para uma política de Acesso Aberto*: apresenta uma visão geral do crescimento das políticas e uma análise crítica das questões que afetam as políticas de AA. Apresenta, ainda, uma tipologia das políticas de AA para explicar a diferença entre os tipos de políticas adotadas em diversas partes do mundo. Este capítulo deve ser estudado juntamente com os exemplos contidos no Anexo 1.
- **Capítulo 9** – *Resumo das diretrizes para as Políticas*: é o principal capítulo deste documento e descreve os vários elementos que devem ser considerados em uma política-padrão, além de sugerir as melhores opções que devem ser incluídas em tal política. Este capítulo também deve ser analisado juntamente com os modelos contidos no Anexo 2.

No final, as “Diretrizes para as políticas” também trazem uma bibliografia detalhada e um glossário dos termos e abreviações utilizados. No início, também se encontra um resumo executivo, que permite que se tenha rapidamente uma visão geral do documento, antes da leitura mais aprofundada dos capítulos.

Como utilizar as “Diretrizes para as políticas”

As “Diretrizes para as políticas” podem ser utilizadas como um texto básico sobre Acesso Aberto e as políticas relacionadas a ele. Embora seja recomendável que os principiantes no campo do Acesso Aberto leiam este documento na íntegra, aqueles que já tiverem algum conhecimento sobre o AA podem optar por iniciar a leitura a partir de qualquer um dos capítulos. Tomadores de decisões, administradores e gestores de pesquisas devem se concentrar nos Capítulos 8 e 9, que abordam todas as questões relevantes a respeito do desenvolvimento das políticas de AA. No final deste documento, encontram-se exemplos de diferentes tipos de políticas de AA (Anexo 1), além de três modelos de política (Anexo 2), para que se escolha a política mais apropriada. Embora todas as instituições possam ter seus próprios processos de aplicação de políticas, recomendamos que privilegiem uma abordagem democrática, consultiva e aberta para a adoção de uma política de Acesso Aberto, pois o sucesso da implementação dessa política dependerá da disposição dos autores em depositar seus trabalhos e/ou publicá-los em periódicos (ou revistas) de AA. Estamos certos de que as “Diretrizes para as políticas” serão de grande utilidade para você, leitor, e gostaríamos de saber sobre suas experiências e opiniões. Por gentileza, preencha o questionário de avaliação que se encontra nesta publicação e envie-o para nós, para nos ajudar a aperfeiçoar as “Diretrizes para as políticas”, assim como para compartilhar suas experiências com outras pessoas.

Dra. Sanjaya Mishra
Especialista de Programa
(TIC em Educação, Ciência e Cultura)
Divisão de Sociedades do Conhecimento
Setor de Comunicação e Informação
Organização das Nações Unidas
para a Educação, a Ciência e a Cultura
(UNESCO)





RESUMO EXECUTIVO

Estas diretrizes apresentam um histórico do desenvolvimento do Acesso Aberto, explicam por que ele é importante e desejável, como concretizá-lo, bem como o modelo e a eficácia das políticas relacionadas a ele.

O Acesso Aberto representa uma nova forma de disseminar informações científicas possibilitada pela internet. O *desenvolvimento do conceito* pode ser resumido da seguinte forma:

- A internet oferece novas oportunidades para a construção de um sistema ideal para a transmissão de conhecimentos científicos – um banco de dados sobre pesquisas científicas completamente interligado, interoperante e explorável por todos.
- Os cientistas estão usando essas oportunidades para desenvolver estratégias de Acesso Aberto, para lidar com a literatura formal e com tipos informais de comunicação.
- Para o crescente acúmulo de informação em Acesso Aberto, a preservação de longo prazo é uma questão-chave.
- O reconhecimento e o uso da literatura com Acesso Aberto exigem novos serviços que supram as necessidades de cientistas e gestores de pesquisas.
- Já existem algumas boas definições técnicas de Acesso Aberto colocadas em prática, que podem servir de base para a formulação de políticas.
- Existe ainda uma distinção entre dois tipos de Acesso Aberto (*grátis e livre*), e essa diferença tem implicações para as políticas.
- Duas vias práticas para o Acesso Aberto (a “verde” e a “dourada”) têm sido formalmente aprovadas pela comunidade científica.
- De início, o Acesso Aberto se aplicava essencialmente aos trabalhos publicados em periódicos científicos – incluindo anais de eventos revisados por pares. Dissertações de mestrado e teses de doutorado também são bem-vindas a essa lista e, recentemente,

o conceito tem sido ampliado, de forma a incluir dados de pesquisas e livros científicos.

Já existe uma infraestrutura bem desenvolvida para propiciar a concretização do Acesso Aberto, embora algumas áreas do conhecimento estejam mais desenvolvidas que outras. Nesses casos, as normas culturais passaram por mudanças para apoiar o Acesso Aberto.

O Acesso Aberto é obtido por meio de *duas vias principais*:

- Os periódicos com Acesso Aberto, a “via dourada” do Acesso Aberto, representam um modelo particularmente bem-sucedido em algumas áreas do conhecimento, bem como em algumas comunidades geográficas.
- A “via verde”, que utiliza repositórios, pode coletar mais materiais e de forma mais rápida, se forem implementadas as políticas apropriadas.

Além dessas vias, muitas editoras oferecem o chamado Acesso Aberto “híbrido”: nesses casos, paga-se uma taxa para disponibilizar apenas um artigo publicado em um periódico que é vendido por meio de assinatura. Em alguns casos, a editora reduz o custo da assinatura, de acordo com a nova receita proveniente das cobranças do Acesso Aberto mas, na maioria dos casos, essa alternativa não é oferecida. A prática de acumular novas receitas a partir das cobranças do Acesso Aberto, sem reduzir o preço da assinatura, é conhecida como *double dipping* (ganho duplo).

Existe uma série de questões que contribuem para a *importância do Acesso Aberto*:

- Por toda parte, existem problemas de acessibilidade às informações científicas.
- Os níveis de Acesso Aberto variam de uma área para outra, com algumas delas permanecendo consideravelmente para trás, o que torna ainda mais urgente a ampliação dos esforços para a concretização do Acesso Aberto.
- Os problemas de acesso são mais acentuados entre os países em desenvolvimento, países emergentes e países em fase de transição.



- Existem alguns mecanismos para reduzir os problemas de acesso em países mais pobres, embora tais mecanismos proporcionem acesso, mas não o Acesso Aberto: eles não são permanentes, fornecem acesso somente a uma parte da literatura e não a tornam aberta para todos, mas apenas a um grupo específico de instituições.
- Recentemente, o Acesso Aberto foi combinado a outros conceitos, que fazem parte de uma tendência mais geral, como os de *recursos educacionais abertos* (REA), *ciência aberta*, *inovações abertas* e *Dados Abertos*.
- Algumas iniciativas que visam a melhorar o acesso não são de Acesso Aberto, e devem ser claramente identificadas como algo de outra natureza.

Os *benefícios do Acesso Aberto* são resumidos da seguinte forma:

- O Acesso Aberto aumenta a velocidade, a eficiência e a eficácia das pesquisas.
- O Acesso Aberto é um fator facilitador das pesquisas interdisciplinares.
- O Acesso Aberto permite a realização de cálculos e estatísticas sobre a literatura científica.
- O Acesso Aberto amplia a visibilidade, o uso e o impacto das pesquisas.
- O Acesso Aberto permite que comunidades de profissionais, de práticas e de negócios, assim como o público interessado, sejam beneficiados pelas pesquisas.

À medida que o Acesso Aberto tem se expandido, novos *modelos de negócios* têm sido desenvolvidos para a edição de periódicos, repositórios de Acesso Aberto, edição de livros e serviços destinados a suprir novas necessidades, processos e sistemas associados aos novos métodos de disseminação.

A disseminação de pesquisas depende do consentimento do detentor dos direitos autorais, o que pode ser um fator para ampliar ou dificultar o Acesso Aberto. Os *direitos autorais* (*copyright*) abrangem um conjunto de direitos: em geral, o autor de um artigo publicado em um periódico cede todos os seus direitos para a editora, embora isso, normalmente, não seja necessário.

Os autores – ou seus empregadores ou patrocinadores – podem conservar os direitos que lhes permitem atribuir Acesso Aberto à sua obra, e ceder à editora do periódico o direito – exclusivo ou não – de publicar a obra. É preferível que, previamente, o autor reserve seus direitos necessários

de disseminação em acesso livre – ou seja, sem restrições –, por meio de um acordo com a editora, para evitar que ele venha a precisar solicitar permissões à editora após a publicação da obra.

O licenciamento formal de obras científicas constitui uma prática boa e sábia, porque deixa claro para o usuário – seja ele um ser humano ou uma máquina – o que pode ser feito com a obra, estimulando assim sua utilização. Atualmente, apenas uma pequena parte da literatura com Acesso Aberto tem licenciamento formal: isto ocorre até mesmo com os conteúdos de periódicos com Acesso Aberto.

O sistema de licenciamento *Creative Commons* constitui a melhor solução prática, uma vez que se trata de um mecanismo de fácil compreensão, que fornece um pacote de licenças que abrange todas as necessidades dos autores, além de suas licenças poderem ser interpretadas por máquinas. Na falta de uma licença como essa, tornam-se necessárias, na maioria das áreas, emendas legais à lei dos direitos autorais, para permitir a extração de textos e dados de materiais de pesquisas.

A *formulação de políticas*, que facilita a disseminação do trabalho de pesquisa, ainda é uma atividade relativamente nova. As políticas podem preconizar e estimular a oferta de Acesso Aberto, ou podem obrigar que esse acesso seja concedido.

Existem evidências de que somente esse segundo tipo de política (as obrigatórias) contribui para altos níveis de material acumulado. Também há evidências de que os pesquisadores estão satisfeitos por receber instruções sobre essa questão.

As questões que devem ser consideradas pelas políticas de Acesso Aberto são as seguintes:

- *Vias do Acesso Aberto* – as políticas podem exigir o Acesso Aberto “verde” por autoarquivamento, de modo a preservar a liberdade dos autores de publicar suas obras onde preferirem; as políticas deveriam apenas *promover* o Acesso Aberto “dourado” por meio da publicação em periódicos com Acesso Aberto.
- *Local de depósito* – o depósito das obras com Acesso Aberto pode ser exigido, em repositórios institucionais ou centrais. Naturalmente, as políticas institucionais optam pela primeira solução; por outro lado, as políticas de entidades financiadoras também podem fazer isso, ou podem ainda, em alguns casos, designar um repositório central específico.



- *Tipos de conteúdos abrangidos* – todas as políticas abrangem os artigos de periódicos científicos; as políticas também devem promover o Acesso Aberto para livros; cada vez mais, as políticas de entidades financiadoras incluem a produção de dados de pesquisa.
- *Embargos* – as políticas devem especificar o limite máximo de embargo permitido. No campo da ciência, este deve ser de no máximo seis meses; as políticas também devem exigir o depósito no repositório no momento da publicação, devendo o texto integral do item permanecer com acesso fechado até o fim do período de embargo.
- *Permissões* – o Acesso Aberto depende da permissão do detentor dos direitos autorais, o que o torna vulnerável aos interesses das editoras. Para garantir que o Acesso Aberto seja obtido sem problemas, devem ser reservados pelo autor ou pelo empregador apenas os direitos suficientes para permitir o acesso e, às editoras, somente a “Licença para Publicação”. Nos casos em que os direitos autorais são transferidos para a editora, o Acesso Aberto sempre dependerá da permissão dela. Sendo assim, as políticas devem considerar isso e, conseqüentemente, incluir um elemento legal necessário relativo à exploração da licença pelas editoras.
- *Aplicação efetiva das políticas* – os níveis de aplicação variam de acordo com a força da política e com o constante apoio que ela recebe; o nível de adesão à aplicação pode ser melhorado mediante sensibilização efetiva e, quando for necessário, por meio de sanções.
- *Sensibilização para apoiar uma política* – existem práticas comprovadas de sensibilização e apoio às políticas de Acesso Aberto; os formuladores de políticas devem assegurar que elas sejam divulgadas e compreendidas, e que as que forem consideradas adequadas sejam implementadas.
- *Sanções para apoiar uma política* – tanto as instituições quanto as entidades financiadoras têm sanções que podem ser aplicadas em apoio a uma política de Acesso Aberto; os formuladores de políticas devem assegurar que as sanções aplicadas sejam identificadas, compreendidas, apropriadas e implementadas, quando outros esforços fracassarem na produção dos resultados desejados.
- *Renúncias* – em casos de políticas obrigatórias, os autores nem sempre podem cumprir com suas obrigações. Para esse tipo de política, é necessário incluir uma cláusula de renúncia para lidar com tais situações.
- *Acesso Aberto “dourado”* – quando uma entidade financiadora ou instituição tem um compromisso específico com relação ao pagamento de taxas “douradas” pelo trabalho de produção editorial de certos artigos, isso deve estar expressamente declarado na política.

CAPÍTULO 1. O desenvolvimento do Acesso Aberto à informação e à pesquisa científica

1.1 O desenvolvimento da comunicação científica

Os principais objetivos de um sistema formal de publicação em periódicos ou em livros são: permitir que os pesquisadores estabeleçam o próprio direito à propriedade intelectual contida em seus artigos, de modo que os autores possam afirmar que foram os primeiros a realizar o trabalho e apresentar suas descobertas, e implementar um sistema de controle de qualidade por meio da revisão por pessoas da mesma área, que possam garantir que o trabalho publicado é autêntico, original e realizado de forma adequada.

O começo da era moderna da comunicação científica data de 1665, com as primeiras edições do “Journal des Sçavans”, em Paris, e das “Philosophical Transactions of the Royal Society”, de Londres. O número de periódicos científicos cresceu muito lentamente, com somente 100 títulos existentes até a metade do século XIX, e teve um crescimento linear até a segunda metade do século XX. A partir de então, os números passaram a crescer muito rapidamente, como reflexo dos grandes investimentos na ciência, que aumentaram o financiamento de projetos e o número de pesquisadores.

É aceito de modo geral que o número de periódicos científicos revisados por pares publicadas gira atualmente em torno de 25.000.⁴ É provável que existam muito mais periódicos locais e regionais, assim como outras publicações que não são revisadas por pares de modo formal.

Ao longo de três séculos, ocorreram poucas mudanças no sistema, além da intensificação das atividades, mas, na metade do século XX, os avanços na computação proporcionaram o surgimento de novas formas de

divulgar as pesquisas. Nos anos 1970, os cientistas dos Laboratórios Bell começaram a publicar seus resultados de pesquisa em arquivos eletrônicos, os quais enviavam para outros cientistas por meio do protocolo FTP (*file transfer protocol*). Isso pode parecer insignificante, mas representou uma mudança importante: a partir de então, os cientistas passaram a permitir o acesso a seus próprios arquivos em computadores remotos, bem como a acessar documentos de outros cientistas da mesma forma. A era da comunicação científica digital havia começado, embora permanecesse essencialmente restrita ao domínio dos cientistas da computação até a criação da internet (*World Wide Web*), no final dos anos 1980.⁵ Posteriormente, o desenvolvimento de navegadores gráficos para a internet permitiu que qualquer indivíduo que tivesse um computador e acesso *online* pudesse se comunicar com qualquer outro que também tivesse um computador e acesso *online*.

Atualmente, quando os únicos fatores limitantes são as restrições tecnológicas, como a largura da banda e a capacidade do computador, os cientistas podem aproveitar a comunicação instantânea. E assim estão fazendo de formas cada vez mais diversas, por meio de redes informais autorregulamentadas ou regulamentadas pela comunidade, utilizando ferramentas como *blogs*, *wikis*, grupos de discussão, *podcasts*, *webcasts*, conferências virtuais e sistemas de mensagens instantâneas. Esses avanços estão transformando, de muitas maneiras, tanto o caráter da natureza da comunicação científica, como as expectativas dos cientistas com relação a um sistema de comunicação científica. Assim, espera-se uma evolução contínua nessa área.

4 Esse é o número registrado pelo “Ulrich’s Periodicals Directory”.

5 Desenvolvida por Berners-Lee (1989). Ver a referência completa na Bibliografia.



Ao mesmo tempo, os componentes formais do sistema de adições de publicações científicas migraram para a internet, e mesmo que alguns periódicos científicos ainda sejam publicados no formato impresso, paralelamente à versão eletrônica, a maioria dos novos periódicos é publicada apenas em formato eletrônico. Pelo menos por enquanto, os periódicos científicos ainda representam o registro formal da ciência. Para melhorar sua funcionalidade, ao longo da década passada, uma série de novas características foi incluída nos periódicos, tais como a inclusão, no texto, de uma grande quantidade de *hyperlinks* (endereços eletrônicos) para referenciar outros artigos, gráficos e bancos de dados. Além disso, algumas das principais preocupações dos bibliotecários – e de alguns cientistas –, sobre a preservação de longo prazo dos periódicos eletrônicos, têm sido, pelo menos parcialmente, dissipadas por acordos estabelecidos entre – algumas – editoras e bibliotecas nacionais, e também por mecanismos internacionais, tais como o CLOCKSS.⁶

Paralelamente à migração dos periódicos para a internet, foram desenvolvidas ferramentas especializadas de busca *online*. Elas permitem que os cientistas identifiquem e localizem artigos de relevância para seus trabalhos. Algumas dessas ferramentas são versões eletrônicas de serviços já existentes que utilizavam papel, outras são serviços totalmente novos, tais como as ferramentas de busca da internet, como o *Google Scholar* (Google Acadêmico).

1.2 O desenvolvimento do Acesso Aberto à informação científica

As primeiras utilizações da internet por cientistas da computação foram as precursoras do verdadeiro Acesso Aberto. Esses pesquisadores disponibilizavam gratuitamente seus resultados de pesquisa para outros cientistas da computação, para que estes pudessem explorá-los e se inspirar neles. Contudo, em comparação com a proposta atual do Acesso Aberto, esse sistema era rudimentar, uma vez que o acesso era restrito apenas a uma pequena comunidade. Ainda assim, a internet proporcionou aos cientistas a possibilidade de disponibilizar seus trabalhos a todos que pudessem se interessar em utilizá-los e, embora as pesquisas acadêmicas possam parecer úteis basicamente para cientistas acadêmicos,

outros grupos também se beneficiam delas – pesquisadores independentes, comunidades de profissionais e de prática, além da indústria e do comércio.

Em 1991, foi criado o servidor para *preprints* – as versões pré-publicadas de um artigo científico ainda não revisadas por pares – *arXiv*⁷, especializado em física de alta energia, e a prática do *autoarquivamento* – o depósito de documentos em um arquivo de Acesso Aberto – de trabalhos científicos se consolidou naquela comunidade. Posteriormente, na mesma década, foi desenvolvido o CiteSeer⁸, um serviço de indexação de citações com *links* para a literatura da ciência da computação, para reunir artigos de *sites* da internet e repositórios onde eles haviam sido autoarquivados pela comunidade científica daquela área. O rápido crescimento desses dois acervos⁹ de materiais disponíveis abertamente evidenciou a extensão da procura por acesso à literatura daquela área – o índice de utilização é extremamente alto – e mostrou o caminho para as demais disciplinas científicas.

Embora muitas disciplinas não tenham seguido o exemplo, ocorreu o desenvolvimento posterior de acervos com Acesso Aberto em biomedicina, da *PubMed Central*¹⁰, e em economia, o RePEC¹¹ e serviços semelhantes. Todos esses serviços são ótimos exemplos de livre difusão da literatura em áreas específicas, mas ainda há um grande número de áreas da ciência que não se beneficiam do AA, e muito trabalho deve ser feito para estender o acesso livre (sem restrições) a essas áreas.

Na mesma época em que os repositórios se desenvolviam como locais para o arquivo de materiais de Acesso Aberto, também surgia o veículo alternativo de disseminação de AA – os periódicos científicos de Acesso Aberto. Eles representam um novo tipo de revista científica, que disponibiliza seus conteúdos *online* gratuitamente – embora ainda possa cobrar por assinaturas da versão impressa – e utiliza vários modelos de negócios para cobrir seus custos. Existem cerca de 7.000¹² periódicos

6 O controle de LOCKSS (*lots of copies keep staff safe*), sigla em inglês para “várias cópias mantêm os documentos em segurança”, é uma iniciativa coletiva para preservar materiais científicos em arquivo sustentável, distribuído geograficamente e escuro. Disponível em: <<http://www.clockss.org/clockss/Home>>.

7 O provedor era inicialmente hospedado no Laboratório Los Alamos nos EUA, e se mudou para a Universidade de Cornell em 2001. Disponível em: <www.arxiv.org>. Contém cerca de 1.120.000 de documentos na íntegra e recebe 75.000 novos acréscimos a cada ano. Cerca de 400.000 usuários individuais registram aproximadamente 1 milhão de textos na íntegra, a cada semana. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v476/n7359/full/476145a.html>>.

8 Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/>>.

9 Nota de tradução: até 2012, o CiteSeer continha mais de 750.000 documentos; já em 2016, são mais de 5.000.000 de documentos incluídos, e o serviço atende a 1,5 milhão de pedidos de visualização por dia. Até 2012, o arXiv continha quase 700.000 documentos; já em 2016, são quase 1.120.000 de documentos incluídos, e o servidor registra mais de 1 milhão de visitas por dia.

10 Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/>>. Existem também outras versões da *PubMed Central*, tal como a *UK PubMed Central*: <<http://ukpmc.ac.uk/>>.

11 Disponível em: <<http://repec.org/>>.

12 Nota de tradução: os dados do texto datam de 2012; já em 2016, existem cerca de 11.300 títulos no Diretório de Revistas Científicas de Acesso Aberto.

listados no *Directory of Open Access Journals*, serviço de compilação de um índice comprovado e que permite buscas para recuperar artigos com AA na internet. Alguns desses periódicos lideram suas categorias no que se refere aos níveis de impacto publicados pela Thomson Reuters.¹³

Em alguns casos, livros também estão disponíveis como publicações de Acesso Aberto, e de fato, uma das primeiras experiências de AA foi realizada pela *National Academies Press* (NAP), que, em 1994, começou a disponibilizar seus livros *online* de forma gratuita, ao mesmo tempo em que vendia cópias impressas – um modelo que a instituição ainda utiliza, embora com alguns aperfeiçoamentos. Os desenvolvimentos recentes nessa área têm sido extensos: cabe destacar os avanços obtidos por editoras universitárias na busca por um modelo sustentável para a produção de seus resultados com Acesso Aberto¹⁴, o estabelecimento de uma plataforma de produção compartilhada e uma biblioteca digital de AA para editoras de livros da área de ciências humanas na Europa¹⁵, além da entrada em cena de editoras comerciais.¹⁶

Com esse progresso, a necessidade de enviar uma mensagem clara para toda a comunidade científica levou ao desenvolvimento da definição formal de Acesso Aberto.

1.3 Definição de Acesso Aberto

• • • 1.3.1 A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste

Embora tenham ocorrido diversas tentativas para definir formalmente o Acesso Aberto, a definição técnica utilizada pela maioria das pessoas continua sendo aquela presente na Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI, 2002)¹⁷, que foi publicada como resultado de um Congresso em Budapeste, Hungria, em dezembro de 2001. A iniciativa é expressa nos seguintes termos:

Uma antiga tradição e uma nova tecnologia foram combinadas para tornar possível um bem público sem precedentes. A antiga tradição consiste na boa vontade

de cientistas e universitários em publicar sem retribuição os frutos de suas pesquisas em periódicos científicos em prol da pesquisa e do conhecimento. A nova tecnologia é a internet, e o bem público que ela propicia é a difusão eletrônica mundial da literatura revisada com acesso totalmente gratuito e irrestrito a todos os cientistas, estudiosos, professores, estudantes e outras mentes curiosas. Suprimir os obstáculos restritivos de acesso a essa literatura irá acelerar a investigação, enriquecer a educação, partilhar a aprendizagem dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornar essa literatura o mais útil possível e lançar os fundamentos para unir a humanidade, em um comum diálogo intelectual e demanda pelo conhecimento.

Por diversas razões, esse tipo de disponibilização online gratuita e sem restrições, que chamaremos de Acesso Aberto, tem sido até agora limitada a uma pequena parcela da literatura em periódicos. Porém, mesmo com esses acervos limitados, muitas iniciativas diferentes têm demonstrado que o Acesso Aberto é economicamente viável, e que confere ao leitor um extraordinário poder fazer uso de literatura relevante, além de proporcionar aos autores e a seus trabalhos novos e mensuráveis índices de visibilidade, leitura e impacto. Para garantir tais benefícios a todos, convocamos todas as instituições e indivíduos interessados em ajudar a estender o acesso ao restante dessa literatura e a eliminar as barreiras, especialmente as econômicas, que obstruem o caminho. Quanto mais pessoas se juntarem ao esforço de promover essa causa, mais rapidamente todos nós poderemos aproveitar os benefícios do Acesso Aberto.

A literatura que deveria estar disponível online gratuitamente Acesso Aberto é aquela que os estudiosos oferecem ao mundo sem expectativa de pagamento. Principalmente, essa categoria engloba seus artigos revisados por pares, mas também inclui qualquer artigo ainda não revisado (preprint) que eles pretendam disponibilizar online para receber comentários ou para informar seus colegas sobre uma nova descoberta científica importante. Existem vários níveis e tipos de acesso mais amplo e mais simples para essa literatura. "Por 'Acesso Aberto' [à literatura científica com revisão por pares], queremos dizer a sua disponibilidade livre na internet, permitindo a qualquer utilizador ler, realizar download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do próprio acesso à internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição, e o único papel do copyright

13 Relatórios de Citações de Revista, do *Web of Knowledge Journal*. Disponível em: <http://wokinfo.com/products_tools/analytical/jcr/>.

14 Fonte de Informações Acadêmicas de Acesso Aberto (*Open Access Scholarly Information Sourcebook – Oasis*): Editoras de Universidades e Editoras de Acesso Aberto. Disponível em: <http://www.openoasis.org/index.php?option=com_content&view=article&id=557&Itemid=385>.

15 Publicações de Acesso Aberto em Redes Europeias (*Open Access publishing in European Networks – Oapen*). Disponível em: <<http://www.oapen.org/home>>.

16 Por exemplo, Bloomsbury Academic. Disponível em: <<http://www.bloomsburyacademic.com/>>.

17 Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess>>.



nesse domínio, deveriam ser dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado.¹⁸ Embora a literatura científica revisada deva estar acessível online sem custos para o leitor, sua produção não é gratuita. Contudo, as experiências mostram que o custo total para fornecer o Acesso Aberto a essa literatura é muito inferior ao custo das formas tradicionais de disseminação. Diante dessas oportunidades de economizar fundos e, ao mesmo tempo, ampliar o alcance da disseminação da pesquisa, surgiu uma forte motivação nas associações profissionais, nas universidades, nas bibliotecas, nas fundações e em outras entidades para adotar o Acesso Aberto como meio de fazer avançar suas missões. A realização do Acesso Aberto necessitará de novos modelos de recuperação de custos e mecanismos de financiamento, mas o fato de o custo total de disseminação ser significativamente menor é uma razão para se ter confiança de que a meta é atingível, e não simplesmente preferível ou utópica.

Para realizar o Acesso Aberto à literatura de periódicos científicos, recomendamos duas estratégias complementares:

I. Autoarquivamento – em primeiro lugar, os estudiosos necessitam de ferramentas e de assistência para depositar seus artigos de periódico revisados em arquivos eletrônicos abertos, uma prática comum chamada de autoarquivamento. Quando esses arquivos obedecem às normas definidas pela Iniciativa de Arquivos Abertos, as ferramentas de busca e outras ferramentas podem tratar arquivos distintos como uma única forma de arquivo. Assim, os usuários não precisam saber quais arquivos existem nem onde estão localizados, para localizá-los, ter acesso a seus conteúdos e utilizá-los.

II. Periódicos em Acesso Aberto – em segundo lugar, os estudiosos necessitam dos meios para lançar uma nova geração de periódicos alternativos comprometidos com o Acesso Aberto, e auxiliar outros já existentes que optarem por realizar a transição para o Acesso Aberto. Como os artigos dos periódicos devem ser disseminados o mais amplamente possível, esses novos periódicos não mais poderão alegar direitos autorais para restringir o acesso e o uso do material que publicam. Como o preço constitui uma restrição ao acesso, esses novos periódicos não cobrarão assinatura ou taxas de acesso, e recorrerão a outros métodos para cobrir seus gastos. Existem muitas fontes alternativas de financiamento para esse fim, entre elas, as instituições e os governos que financiam pesquisas, universidades e laboratórios de pesquisadores;

alocações financeiras estabelecidas por disciplinas ou por instituições; simpatizantes à causa do Acesso Aberto; lucros provenientes das vendas de adendos aos textos básicos; fundos liberados por mudança ou cancelamento de periódicos que cobravam taxas de assinatura tradicionais ou de acesso; ou até mesmo contribuições dos próprios pesquisadores. Não é necessário privilegiar uma solução em detrimento de outra para as disciplinas ou para as nações, tampouco há necessidade de deixar de procurar outras alternativas inovadoras.

O Acesso Aberto à literatura revisada por pares publicada em periódicos científicos é o objetivo. O autoarquivamento (I.) e uma nova geração de periódicos em Acesso Aberto (II.) são os meios para atingir esse objetivo. Eles não constituem apenas meios diretos e eficazes para esse fim, pois se encontram ao alcance dos próprios especialistas de maneira imediata, e sem ter a necessidade de esperar por mudanças no mercado ou na legislação. Ao mesmo tempo em que aprovamos as duas estratégias já esboçadas, também incentivamos que sejam experimentadas outras formas de realizar a transição desses métodos atuais de disseminação para o Acesso Aberto. A flexibilidade, a experimentação e a adaptação a circunstâncias locais são as melhores formas de assegurar que os progressos em diferentes contextos sejam rápidos, seguros e sustentáveis.

O Instituto Sociedade Aberta (Open Society Institute – OSI), uma rede de instituições fundada pelo filantropo George Soros, compromete-se a fornecer a assistência e os financiamentos iniciais para a realização desse objetivo. Ele utiliza seus recursos e sua influência para ampliar e promover o autoarquivamento institucional, lançar novas publicações de Acesso Aberto, além de ajudar um sistema de publicação de Acesso Aberto a se tornar economicamente autossustentável. Embora o compromisso e os recursos do OSI sejam consideráveis, a iniciativa necessita muito do esforço e dos recursos de outras organizações.

Convidamos governos, universidades, bibliotecas, editoras de periódicos, editoras, fundações, sociedades científicas, associações profissionais e estudiosos que compartilham da mesma visão, a se unirem na tarefa de remover as barreiras ao Acesso Aberto e construir um futuro no qual a pesquisa e a educação em cada parte do mundo sejam muito mais livres para prosperar.

A BOAI aborda uma série de aspectos importantes que devem ser destacados.

18 Nota de tradução: disponível em português em <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>.

Em *primeiro lugar*, o texto reconhece que o AA é possível na atualidade devido ao fato de a internet proporcionar os meios para a disseminação gratuita de produtos. Na época da impressão em papel, a disseminação gratuita não era possível, porque cada cópia tinha um custo inerente definido em termos de impressão e distribuição.

Em *segundo lugar*, e relacionado ao primeiro, a BOAI reconhece que existem custos para a produção de artigos revisados por pares, mesmo que os serviços de revisão sejam realizados de forma gratuita por cientistas, e que o mesmo se aplique, obviamente, ao fornecimento de matérias-primas.

Em *terceiro lugar*, a Declaração descreve duas formas pelas quais é possível realizar o trabalho de AA: mediante o *autoarquivamento*, que consiste em depositar cópias de artigos em arquivos de AA – comumente chamada de “via verde”; ou mediante publicação em periódicos científicos com AA, cujos conteúdos podem ser consultados gratuitamente na internet desde o momento da sua disponibilização – conhecida como “via de ouro”.

Em *quarto lugar*, a BOAI descreve em detalhes os tipos de barreiras de acesso – financeiras, técnicas e jurídicas – que são incompatíveis com os princípios do AA. Também está implícita a necessidade da eliminação de barreiras temporárias, o que significa que os resultados de pesquisas devem ser imediatamente acessíveis para prováveis usuários e, depois, disponibilizadas de forma permanente. Além disso, é importante considerar as barreiras de preços (por exemplo, os custos de assinatura ou as taxas de acesso) e as barreiras de permissão ou autorização (direitos autorais onerosos ou licenças restritas de utilização).¹⁹

Finalmente, o texto aborda a questão do uso da literatura com AA, o qual afirma que deve ser acessível para *ler, baixar (realizar download), copiar, distribuir, imprimir, buscar ou criar um link direto aos textos integrais desses artigos, para indexá-los, transmiti-los a programas de bases de dados ou utilizá-los para qualquer outro propósito lícito*. Essa lista pode parecer excessivamente detalhada, mas a Iniciativa visava a estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento da ciência digital do século XXI, quando predominarão os métodos computacionais, pois a ciência requer o uso intensivo de dados, e as máquinas precisam acessar a literatura para criar conhecimento. Em outras palavras, ser capaz de ler um artigo gratuitamente não será suficiente.

Isso tem conduzido a uma ampliação da definição de Acesso Aberto, em que se distingue entre a liberdade de ler os materiais e a liberdade de utilizá-los de forma mais ampla. Esses tipos de acesso serão explicados no capítulo seguinte.

• • • 1.3.2 Acesso Aberto livre e grátis

Essa questão se revela importante para a elaboração de políticas. As políticas podem reconhecê-la de forma explícita, exigindo que o material seja de Acesso Aberto, seja para reutilizá-lo ou para sua simples leitura. A comunidade defensora do Acesso Aberto gratuito convencionou essa definição mais liberal de *Acesso Aberto sem restrição*, chamando-a de “Acesso Aberto livre” (*Libre Open Access*). A outra variante, na qual o material é aberto de forma gratuita para leitura, mas não está aberto explicitamente para outros tipos de reutilização, é chamada de “Acesso Aberto grátis” (*Gratis Open Access*).

A diferença entre essas duas formas de Acesso Aberto pode parecer sutil, mas suas consequências são profundas. No que se refere ao comportamento dos cientistas com relação aos seus próprios interesses, todos eles querem que seus trabalhos sejam lidos e inspirem outros pesquisadores. Essa é precisamente a razão pela qual eles publicam: salvo aqueles que trabalham em indústrias ou em outros empreendimentos privados, contribuir para o enriquecimento da base de conhecimentos da coletividade é a razão de seus empregos como funcionários públicos. Sendo assim, o *Acesso Aberto grátis* não representa um conflito com a tendência normal dos cientistas, de disponibilizar suas descobertas e causar o máximo impacto possível. Entretanto, esse argumento leva a considerar o fato de que os cientistas podem não ter tanta clareza sobre a questão dos direitos de livre reutilização de seus trabalhos. Disponibilizar seus artigos para a leitura de outros cientistas é uma coisa, mas autorizar que se faça uso mais amplo de sua obra é um passo muito maior.

Aqui, vale a pena examinar as implicações disso. Existem dois tipos fundamentais de reutilização. Primeiro, o que podemos chamar de “reutilização humana”, pela qual se entende que os cientistas podem utilizar um artigo de forma mais ampla, além da simples leitura para conhecer seu conteúdo. Pode-se imaginar uma série de possibilidades.

19 Extraído de “Overview of Open Access”, de Peter Suber. Ver a referência completa na Bibliografia.



Um cientista poderia, assim:

- extrair um componente do artigo (gráfico, tabela, figura ou lista) e realizar novas análises ou modificações para fins de pesquisa;
- utilizar um desses componentes juntamente com outros semelhantes, para formar um acervo público;
- utilizar um ou outro desses componentes em apresentações ou em materiais didáticos disponibilizados de forma ampla;
- utilizar um componente em um artigo para sua publicação;
- extrair grandes trechos do texto para utilização em outros artigos.

Porém, os cientistas não seriam os únicos usuários em potencial. Outras pessoas também poderiam fazer uso comercial de trechos do artigo.

Em segundo lugar, existe o que podemos chamar de “reutilização por máquinas”, que significa que os computadores também podem utilizar o conteúdo dessa literatura. O tratamento informatizado da literatura científica está apenas começando, mas as tecnologias estão sendo desenvolvidas e aperfeiçoadas, devido ao seu enorme potencial de produzir novos conhecimentos que podem ser benéficos.²⁰ Por exemplo, a extração automatizada de dados da literatura biomédica²¹ tem o potencial de identificar caminhos para a descoberta de novas drogas e outras terapias.²² É importante observar que essas tecnologias não funcionam muito bem com textos em formato PDF, que é, infelizmente, o formato da maioria dos artigos com Acesso Aberto disponíveis no momento. O melhor formato para esse fim é o XML (*Extensible Markup Language*). Pode parecer uma questão trivial, mas é um aspecto muito importante do ponto de vista da formulação de políticas. À medida que essas atividades se desenvolverão, provavelmente as políticas passarão a não recomendar o uso do formato PDF, estimulando o formato XML ou outro que possa ser facilmente convertido para este último.

20 Para obter uma visão geral da computação aberta, consultar Lynch (2006). A referência completa encontra-se na Bibliografia.

21 Para obter uma explicação sobre as tecnologias, ver Rodriguez-Esteban (2009). A referência completa encontra-se na Bibliografia.

22 Para obter um exemplo de como as tecnologias funcionam, o *National Centre for Text Mining* (NaCTeM), do Reino Unido, e o *European Bioinformatics Institute* colaboram com a *UK PubMed Central* na pesquisa em textos da literatura biomédica: <<http://www.nactem.ac.uk/ukpmc/>>.

• • • 1.3.3 Outras definições formais de Acesso Aberto

Outras definições de Acesso Aberto foram propostas posteriormente. A Declaração de Bethesda sobre Publicação em Acesso Aberto (*Bethesda Statement on Open Access Publishing*)²³, que se baseou na BOAI, detalhando as formas pelas quais os materiais com Acesso Aberto podem ser utilizados. Ela especifica particularmente o que é uma publicação de Acesso Aberto, e quais são os direitos que os autores ou criadores da obra concedem aos usuários por meio de licenças específicas. Segundo a Declaração, uma publicação com Acesso Aberto é aquela que segue estas duas condições:

1. *O(s) autor(es) e detentor(es) dos direitos autorais concede(m) a todos os usuários o direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo, e a licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir a obra publicamente; além de produzir e distribuir trabalhos derivados, em qualquer formato eletrônico, para qualquer propósito razoável, atribuindo a ele(s) o(s) devido(s) créditos de autoria, bem como concede(m) aos usuários o direito de fazer um pequeno número de cópias para uso pessoal.*
2. *A versão completa da obra e de todos os documentos conexos, incluindo uma cópia da permissão, conforme se estabelece acima, em formato eletrônico apropriado, é depositada imediatamente após a publicação inicial em, pelo menos, um repositório online que esteja respaldado por uma instituição acadêmica, uma sociedade intelectual, um órgão governamental ou outra organização estabelecida que permita o Acesso Aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo – para as ciências biomédicas, a PubMed Central é o repositório apropriado.*

Portanto, a Declaração de Bethesda enfatiza a disseminação sem barreiras de obras científicas e detalha expressamente os tipos de reutilização permitidos pelo Acesso Aberto, incluindo a produção de trabalhos derivados e as condições de direito/licenciamento aplicáveis.

Finalmente, em 2003, foi publicada a *Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades*.²⁴ Em essência, ela é a mesma que a Declaração de Bethesda, porém, durante a Terceira Conferência Anual de Berlim sobre o Acesso Aberto –

23 Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>.

24 Disponível originalmente em: <<http://AA.mpg.de/lan/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung/>>. Disponível em português em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/DeclaracaoBerlim.htm>>.

as conferências são realizadas em diferentes cidades a cada ano –, concordou-se em propor a seguinte recomendação adicional para as instituições de pesquisa:

Para implementar a Declaração de Berlim, as instituições devem, antes, implementar uma política para:

1. *exigir que os pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus artigos publicados em um repositório de Acesso Aberto; e*
2. *incentivar seus pesquisadores a publicar seus artigos de pesquisa em periódicos com Acesso Aberto, quando estes existirem – bem como fornecer o apoio necessário para que isso aconteça.*

Embora tenham ocorrido outras tentativas para definir Acesso Aberto, essas três (Declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim), normalmente utilizadas em conjunto e chamadas de “Definições BBB de Acesso Aberto”, tornaram-se a definição técnica do conceito.

A questão da definição de Acesso Aberto é tratada de forma aprofundada, devido à sua importância fundamental para a formulação de políticas por parte de entidades financiadoras, instituições de pesquisa ou outros organismos. É comum que as políticas tragam poucas especificações, em casos que não resultam realmente em Acesso Aberto à literatura; ou especificações demais, casos em que apresentam muitas barreiras a serem superadas para se alcançar o Acesso Aberto de forma satisfatória.

A análise das definições anteriores evidencia três questões principais, a serem consideradas durante a formulação de uma política:

- O que uma política deve abranger?
- Que aspectos devem ser especificados em termos de tempo e custos, e da forma que deve assegurar o Acesso Aberto?
- Que condições devem ser adotadas no que se refere a direitos autorais e licenças?

Essas questões serão discutidas posteriormente no Capítulo 8.

1.4 Conteúdos que devem ser de Acesso Aberto

Uma questão central na formulação de uma política de Acesso Aberto consiste em saber que tipos de resultados de pesquisa científica devem ser abrangidos.

A expressão geral utilizada para designá-los é “literatura de pesquisas científicas revisadas por pares”. Em termos gerais, isso abrangeria periódicos científicos, relatórios de conferências revisados por pares – a primeira via de disseminação em algumas disciplinas, como a engenharia – e livros. Entretanto, utilizar o termo geral “literatura” gera a necessidade de fazer algumas ressalvas.

Primeiro, existe a questão de como tratar os livros acadêmicos. No caso dos periódicos científicos, a questão é simples: os cientistas escrevem artigos para publicação em periódicos sem esperar nenhum pagamento por isso. Na verdade, o propósito deles ao escrever para esses periódicos consiste em ganhar reputação e beneficiar-se pessoalmente do valor das citações e da pesquisa acadêmica. Entretanto, às vezes, os autores de livros esperam que recompensas financeiras e reputação venham por meio dos livros que escrevem. Na grande maioria dos casos, o ganho financeiro é certamente muito pequeno, e a maior parte dos pesquisadores em ciências humanas – a área que é mais afetada, pois os livros são o principal meio de disseminação – admitem que suas expectativas de recompensa financeira dificilmente são altas²⁵, mas a possibilidade de ganho financeiro faz com que não seja possível utilizar para os livros a mesma política que se aplica aos artigos publicados em periódicos científicos. Contudo, normalmente, as políticas mencionam os livros – e os capítulos de livros – com as ressalvas que se impõem – consultar o Capítulo 8 para uma análise mais detalhada sobre o assunto.

Segundo, existe outra categoria de resultados de pesquisa científica que está se tornando rapidamente um foco para as políticas: os dados das pesquisas. Atualmente, a ciência é, e será ainda mais, muito dependente dos dados. Em algumas áreas – embora não em todas –, é reconhecida a necessidade de compartilhar dados para obter progressos efetivos. Em alguns campos, a ciência é simplesmente muito ampla para avançar sem esforços colaborativos. O Projeto do Genoma Humano ilustra essa questão: milhares de cientistas ao redor do mundo trabalharam para sequenciar todo o DNA humano, e os princípios do compartilhamento de dados foram acertados na famosa reunião das Bermudas, em 1996.²⁶ Existe uma excelente provisão de instalações para o armazenamento e a preservação de dados públicos para os cientistas da área

25 Conforme relatos, a maioria concorda que a reputação adquirida supera, de longe, a recompensa financeira como o principal benefício esperado com a publicação de seus trabalhos no formato de livros.

26 Trata-se da 1ª Reunião Estratégica Internacional sobre o Sequenciamento do Genoma Humano. Essa reunião incluiu os princípios de que ninguém poderia exigir direitos de propriedade intelectual sobre os dados do genoma e de que os dados seriam disponibilizados ao público 24 horas após sua produção. Disponível em: <http://www.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/research/bermuda.shtml#1>.



da pesquisa biomédica²⁷, como acontece com outras disciplinas que fazem uso intensivo de dados.

A imagem desses importantes avanços, no plano das políticas e da infraestrutura de apoio a Dados Abertos (*open data*), desperta um interesse mais amplo sobre esse tema. As entidades financiadoras de pesquisas, no intuito de otimizar as condições para o progresso da ciência, também estão trabalhando no apoio às políticas, para garantir que os dados de pesquisas se tornem acessíveis aos cientistas que elas patrocinam. Em todo o mundo, muitas entidades financiadoras já implementaram políticas de Dados Abertos, algumas delas com o apoio de infraestruturas específicas que possibilitam o cumprimento de seus requisitos.²⁸ Alguns pesquisadores utilizam os repositórios digitais de suas instituições para depositar conjuntos de dados para compartilhamento, ou para colocar seus dados em *sites* abertos. As editoras também disponibilizam espaços acessíveis, em seus próprios *sites*, para publicar os dados de apoio a artigos de periódicos científicos. Em alguns casos, os periódicos exigem a disponibilização aberta de dados como condição para a publicação.²⁹ Entretanto, deve-se enfatizar que o compartilhamento de dados não é, de forma alguma, um fenômeno generalizado, e que as práticas e normas de gestão de dados variam consideravelmente de uma disciplina para outra, como muitos estudos têm demonstrado.³⁰ Existe, porém, um aumento da organização e da formalização desse campo, e os recém-definidos Princípios de Panton estabelecem objetivos e princípios do conceito de Dados Abertos.³¹

Terceiro, existem outros tipos de literatura científica, para os quais a abertura é desejável. Eles incluem as dissertações de mestrado, as teses de doutorado e a literatura “cinza” – ou seja, os documentos de pesquisa não destinados aos periódicos científicos revisados por pares, tais como textos técnicos, panfletos etc. Embora eles não estejam incluídos na definição formal de Acesso Aberto, são alvos secundários, e é preciso destacar que, em algumas disciplinas, esse segundo conjunto de resultados tem importância considerável.

27 Para ver alguns exemplos, consultar os bancos de dados mantidos pelo *National Centre for Biotechnology Information*, disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/>>; e pelo *European Bioinformatics Institute*, disponível em: <<http://www.ebi.ac.uk/>>.

28 Para ver um exemplo, acessar o *site* da central de dados do *Natural Environment Research Council*, no Reino Unido, disponível em: <<http://www.nerc.ac.uk/research/sites/data/>>.

29 A revista “*Nature*”, por exemplo, tem uma cláusula em seus contratos de publicação que estipula que os autores devem disponibilizar seus dados com acesso a outros secundários, para que as pessoas os visualizem e os utilizem.

30 Ver: Ruusalepp (2008), Browne Swan (2009) e Swan e Brown (2008). Referências completas na Bibliografia.

31 Disponível em: <<http://pantonprinciples.org/>>.

Finalmente, embora tudo esteja ainda no estágio inicial, existe uma mobilização para o desenvolvimento de uma *Bibliografia Científica Aberta*. Aqui, a premissa básica é que a informação científica seria muito mais facilmente localizada se houvesse um serviço bibliográfico construído de forma adequada e totalmente aberto – na atualidade, os serviços bibliográficos mais abrangentes são serviços pagos produzidos por editoras comerciais. Embora essa questão não esteja próxima do cenário em que ocorre a formulação de políticas, o trabalho básico está sendo estabelecido para se construir um sistema de Bibliografia Aberta.³²

Pontos essenciais do desenvolvimento do Acesso Aberto

- ▶ A internet oferece novas oportunidades para a construção de um sistema ideal de comunicação da informação científica – uma base de dados científicos acessível a todos, totalmente interligada, interoperável e explorável.
- ▶ Os cientistas estão aproveitando essas oportunidades para desenvolver vias de Acesso Aberto à literatura formal e a tipos informais de comunicação.
- ▶ A preservação de longo prazo é uma questão central para os acervos, cada vez maiores, de informação com Acesso Aberto.
- ▶ Os novos serviços que suprem as necessidades de cientistas e gestores de pesquisas são essenciais para a aceitação e para o uso da literatura com Acesso Aberto.
- ▶ Já existem boas definições técnicas comprovadas de Acesso Aberto, que podem servir de base para a formulação de políticas.
- ▶ Existe também uma distinção entre dois tipos de Acesso Aberto (o *grátis* e o *livre*), e essa distinção tem implicações para as políticas.
- ▶ Duas vias práticas para o Acesso Aberto (a “verde” e a “dourada”) têm sido formalmente aceitas pela comunidade científica.
- ▶ O alvo principal e original do Acesso Aberto foi a literatura dos periódicos científicos – incluindo os relatórios de conferências revisados. Dissertações de mestrado e teses de doutorado também são bem-vindas a essa lista e, atualmente, o conceito está sendo ampliado para incluir dados de pesquisas e livros.

32 Ver os novos princípios sobre metadados abertos, promovidos pelo sistema de informação conjunta do Reino Unido, *Joint Information Systems Committee*, disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk/news/stories/2011/07/openmetadata.aspx>>; e pelo grupo de trabalho sobre dados bibliográficos abertos da *Open Knowledge Foundation*, disponível em: <<http://wiki.okfn.org/Wg/bibliography>>.

CAPÍTULO 2. Abordagens ao Acesso Aberto

Qualquer forma de resultado de produção científica pode ser disponibilizada de forma gratuita, simplesmente sendo postada em um site da internet. Isso pode acontecer – e realmente acontece – com artigos de periódicos científicos, capítulos de livros e livros na íntegra, conjuntos de dados de todos os tipos – incluindo gráficos, fotografias, arquivos de áudio e vídeo –, além de programas (softwares). Entretanto, a expressão Acesso Aberto tende a ser usada em referência à informação disponibilizada em uma ou outra das duas formas estruturadas de disseminação de informação.

2.1 Repositórios de Acesso Aberto: a via “verde” para o Acesso Aberto

Os repositórios de Acesso Aberto armazenam acervos de trabalhos científicos e outros resultados de pesquisa, bem como os disponibilizam na internet para todos. Pelo fato de que os repositórios podem reunir *todas* as produções de uma instituição, e considerando que todas as instituições podem criar um repositório, é muito grande o potencial para coletar grandes volumes de material, embora esse potencial somente possa ser concretizado se for implementada uma política adequada.

A maioria dos repositórios opera por meio de *softwares* de código aberto (*open source*)³³ e respeita o mesmo conjunto básico de regras técnicas³⁴ concernentes ao modo de estruturar, classificar, nomear e expor o conteúdo às ferramentas de busca da internet. Ao obedecerem às mesmas regras básicas, eles garantem sua interoperabilidade, ou seja, formam uma rede e, assim, criam entre si uma grande e única base de dados de

Acesso Aberto, na qual os conteúdos são disseminados para todo o mundo. Todos eles são indexados pelo Google, pelo Google Acadêmico (*Google Scholar*) e por outras ferramentas de busca. Assim, é fácil recuperar os conteúdos que se encontram nessa base de dados, bastando apenas procurar por uma palavra-chave, fazendo uso de um desses mecanismos de busca. Também é possível utilizar ferramentas de busca mais especializadas, que indexam *somente* conteúdos de repositórios, em vez de toda a internet.³⁵ A Figura 1 ilustra a distribuição atual de repositórios pelos continentes.

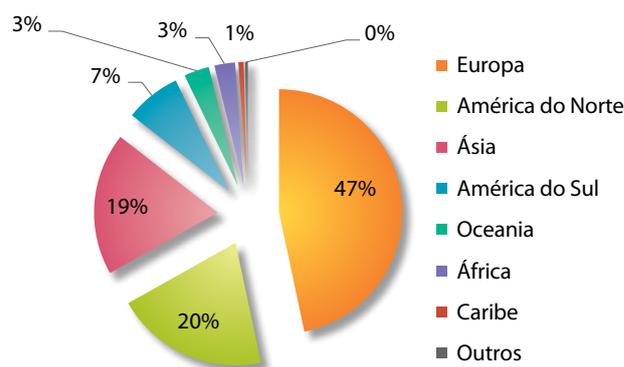


Figura 1: Distribuição de repositórios
Fonte: OpenDOAR, jul. 2011

• • • 2.1.1 Repositórios centralizados e especializados por tema específico

Os primeiros tipos de repositório foram os centralizados e especializados em um tema específico, conhecidos atualmente como *repositórios temáticos*, dos quais existem alguns exemplos excepcionais. Um deles é o repositório arXiv, especializado em física de alta energia e áreas afins (ver Capítulo 1.2). Os repositórios especializados em temas específicos podem ser criados diretamente pelos autores, que depositam neles seus trabalhos – como é o caso do

33 Os mais comuns são o *EPrints* (www.eprints.org) e o *DSpace* (<http://www.duraspace.org/>).

34 *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting* (AAI-PMH). Disponível em: <<http://www.openarchives.org/AAI/openarchivesprotocol.html>>.

35 Por exemplo, a *Bielefeld Academic Search Engine*, disponível em: <<http://base.ub.uni-bielefeld.de/en/index.php>>; ou a *OALster*, disponível em: <<http://AAIster.worldcat.org/>>.



arXiv –, ou por meio da “coleta” de conteúdos de outros acervos (por exemplo, repositórios de universidades), para a criação de um serviço central; um exemplo é o repositório de Acesso Aberto na área de economia, RePEc. O sucesso dos repositórios criados por “coleta” depende da existência de conteúdos adequados suficientes para serem coletados nos repositórios de universidades ou instituições de pesquisa. Por outro lado, o sucesso dos repositórios de depósito direto depende das normas da comunidade científica, na qual se espera que os autores compartilhem suas descobertas, e também de uma política de apoio que estabeleça esse comportamento onde ainda não existir a cultura do compartilhamento. Essa é uma questão importante relacionada às políticas, que será discutida mais detalhadamente no Capítulo 8.

Outro exemplo bem-sucedido de repositório especializado é o *PubMed Central* (PMC), que armazena as produções de Acesso Aberto dos Institutos Nacionais de Saúde (*National Institutes of Health* – NIH), entre outros materiais. Ele foi criado nos Estados Unidos, no ano 2000, com os conteúdos de apenas dois periódicos. Dois anos mais tarde, sua atividade já atendia a 55 periódicos, e esse número tem crescido até hoje, com a coleta de conteúdos de 600³⁶ periódicos, bem como manuscritos depositados por autores. Atualmente, a base de dados inclui cerca de 2 milhões³⁷ de artigos na íntegra; porém, apesar de todos serem de acesso gratuito para leitura, apenas cerca de 11% se enquadram na definição mais estrita de Acesso Aberto, por serem publicados sob uma licença que permite a reutilização mais liberal (ver o Capítulo 1.3). O objetivo geral na área de ciências biomédicas consiste em construir uma rede de PMC nacionais ou regionais, para reproduzir e complementar a rede dos Estados Unidos. O primeiro PMC internacional (PMCI) foi estabelecido no Reino Unido, em 2007, por um grupo de outras entidades financiadoras de pesquisas. Também foi anunciado um *site* canadense, com propostas para criar *sites* adicionais em outras regiões, incluindo a possibilidade de transformar o *site* do Reino Unido em um PMC europeu.

• • • 2.1.2 Repositórios institucionais e outros de amplo escopo

Em outros campos e disciplinas, não existem serviços centralizados como o PMC ou o arXiv, tampouco um conjunto de práticas culturais estabelecidas em torno do Acesso Aberto. No entanto, existe uma rede cada vez maior

de repositórios institucionais de amplo escopo, como o *OpenDepot*³⁸, que serve a grandes comunidades. Esses repositórios complementam os repositórios temáticos. Em última instância, uma rede capaz de reunir os repositórios de todas as universidades e institutos de pesquisa é que terá o potencial de proporcionar virtualmente 100% de Acesso Aberto à literatura acadêmica.

O primeiro repositório institucional foi construído na Escola de Eletrônica e Ciência da Computação (*School of Electronics & Computer Science*) da Universidade de Southampton, no Reino Unido, em 2000.³⁹ A Escola utiliza o *software* EPrints⁴⁰, de código aberto e, depois do seu lançamento, outras instituições começaram a construir seus próprios repositórios para atribuir Acesso Aberto a seus resultados de pesquisa. O crescimento tem sido rápido: em uma década, já havia 1.800 repositórios em instituições de todo o mundo, e esse número continua a crescer⁴¹, à medida que as universidades e instituições de pesquisa percebem o valor da visibilidade e do impacto adicionais que os repositórios proporcionam.

A política de pesquisa em alguns países também tem estimulado a criação de repositórios. No Reino Unido, por exemplo, o programa nacional de avaliação periódica de pesquisa, o *Research Assessment Exercise* (RAE; chamado posteriormente de *Research Excellence Framework* – REF⁴²) exige que as universidades coletem informações sobre suas atividades e produções de pesquisa, e que um repositório seja o mecanismo adequado para realizar esse tipo de coleta de informação. Por isso, atualmente, quase todas as universidades britânicas possuem repositórios institucionais, muitas delas com políticas de apoio que regulam essa operação. Na Austrália, um programa nacional de avaliação de pesquisa semelhante⁴³ exige que as universidades do país tenham um repositório para reunir artigos de pesquisa a serem submetidos ao programa de avaliação.

38 O *OpenDepot* é um repositório central de Acesso Aberto dirigido pela Universidade de Edimburgo, no Reino Unido. Ele oferece um local de depósito para pesquisadores, cujas próprias instituições ainda não possuem um repositório, e redireciona os artigos aos repositórios das instituições de origem, quando elas o criam. Disponível em: <<http://opendepot.org/>>.

39 Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/>>.

40 Disponível em: <<http://eprints.org/software/>>.

41 Na época da redação deste documento, existiam bem mais do que 2.000 repositórios em todo o mundo. O número e os tipos de repositórios são listados por dois catálogos: o *Directory of Open Access Repositories* (ROAR – Catálogo de Repositórios de Acesso Aberto), disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>; e o OpenDOAR, disponível em: <<http://www.opendoar.org/index.html>>.

42 Disponível em: <<http://www.hefce.ac.uk/research/ref/>>.

43 Na época, chamado de *Research Quality Framework* (RQF); atualmente denominado *Excellence in Research for Australia Initiative* (ERA). Disponível em: <<http://www.arc.gov.au/era/>>.

36 Nota de tradução: os dados do texto datam de 2012; já em 2016, o repositório atende a cerca de 1,7 milhão de revistas.

37 Nota de tradução: os dados do texto datam de 2012; já em 2016, a base de dados inclui cerca de 3,7 milhões de artigos na íntegra.

A Figura 2 mostra os números relativos de diferentes tipos de repositório.

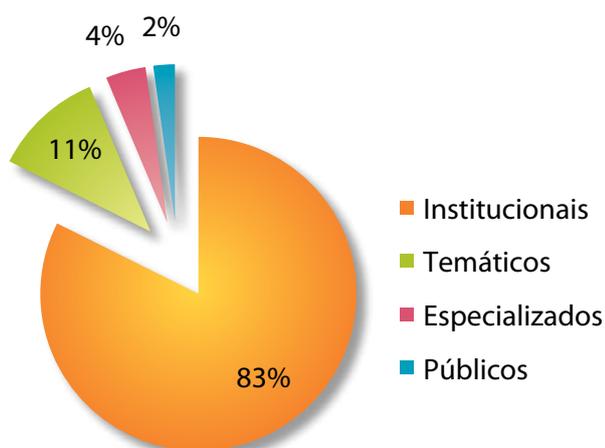


Figura 2: Tipos de repositório⁴⁴
 Fonte: OpenDOAR, jul. 2011

2.2 Periódicos com Acesso Aberto: a via “dourada” para o Acesso Aberto

• • • 2.2.1 O universo editorial de Acesso Aberto

Os periódicos com Acesso Aberto também contribuem para o enriquecimento do acervo da literatura de pesquisa disponibilizada abertamente. Na atualidade, existem cerca de 7.000⁴⁵ deles, que oferecem um total de mais de 600.000 artigos.⁴⁶ Novamente, as normas da comunidade exercem um papel importante para determinar se esses periódicos são aceitos e apoiados pelos pesquisadores. Em algumas disciplinas, tais como na biomedicina, existem vários periódicos de Acesso Aberto muito bem-sucedidos; além disso, em algumas comunidades geográficas, também há uma abordagem organizada para disponibilizar as publicações de Acesso Aberto, exemplificada pelo serviço Latino-americano SciELO (*Scientific Electronic Library Online*)⁴⁷. É elevado o potencial de captar grandes volumes de material de Acesso Aberto

por essa via, mas, por outro lado, é limitado pela boa vontade das editoras de abrir mão de sua fonte de receita proveniente das assinaturas e migrar para outra, que fornece o Acesso Aberto – ver a discussão sobre modelos de negócios, no Capítulo 5.

O cenário das publicações de Acesso Aberto é muito variado: existem algumas editoras de grande porte e milhares de pequenas editoras de apenas um periódico. E, assim como acontece com a literatura de acesso por assinatura, a qualidade varia de excelente a baixa. Portanto, os periódicos com Acesso Aberto não são diferentes nesse aspecto.

A primeira editora de Acesso Aberto de tamanho considerável a demonstrar que o AA é viável do ponto de vista comercial foi a *BioMed Central*⁴⁸ – atualmente parte da organização de publicações científicas Springer. A *BioMed Central* publica cerca de 210 periódicos⁴⁹, principalmente na área de biomedicina, embora também publique alguns nas áreas de química, física e matemática. A *BioMed Central* deposita todos os seus artigos científicos na PMC no momento da publicação, além de hospedá-los em seu próprio site. A *Hindawi Publishing Corporation*⁵⁰, editora de Acesso Aberto que tem mais de 300 periódicos, considerado o maior catálogo de periódicos, também publica na área de ciências, cobrindo as ciências naturais e aplicadas, agricultura e medicina.

Outra editora, a *Public Library of Science*⁵¹, publica alguns dos periódicos mais renomados nas áreas de biologia e medicina (“*PLoS Biology*” e “*PLoS Medicine*”, entre outros). Essa editora também mudou a forma das publicações científicas, ao lançar o “*PLoS ONE*”, um periódico que cobre todas as ciências naturais. O “*PLoS ONE*” introduziu um novo sistema de controle de qualidade. Embora ainda sob o sistema de revisão por pares, os analistas das pré-publicações são solicitados a analisar um artigo observando unicamente se o trabalho foi conduzido de maneira estritamente científica. Os artigos validados são publicados e, posteriormente, são submetidos ao julgamento da comunidade científica segundo critérios de pertinência, relevância e impacto, por meio de comentários *online*. Esse modelo tem se mostrado eficiente, tendo sido recentemente utilizado pelo *Nature Publishing Group* (Grupo de Publicação da Revista “*Nature*”), com o lançamento dos “*Nature Scientific Reports*”⁵²

44 Os repositórios especializados podem coletar material sobre um tópico específico a partir de uma série de fontes, ou podem se concentrar em apenas um tipo de documento, como as teses, por exemplo.

45 Nota de tradução: os dados do texto datam de 2012; já em 2016, existem cerca de 11.200 periódicos.

46 O *Directory of Open Access Journals* mantém uma lista e uma ferramenta de busca disponíveis em: <<http://www.doaj.org>>. Nota de tradução: os dados do texto datam de 2012; já em 2016, existem mais de 2.180.000 artigos.

47 A SciELO é uma cooperativa de publicações eletrônicas que oferece um acervo de revistas Latino-americanas e caribenhas e serviços relacionados. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=en>>.

48 Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/>>.

49 Nota de tradução: esses dados são de 2012. Já em 2016, a *BioMed Central* publica cerca de 290 periódicos.

50 Nota de tradução: esses dados são de 2012. Atualmente, a *Hindawi Publishing Corporation* tem mais de 400 periódicos. Disponível em: <<http://www.hindawi.com/>>.

51 Disponível em: <<http://www.plos.org/>>.

52 Disponível em: <<http://www.nature.com/srep/marketing/index.html>>.

Importantes atividades nessa área também têm sido realizadas em países em desenvolvimento e emergentes. Finalmente, o Acesso Aberto proporciona aos cientistas desses países os meios para que possam tornar seus trabalhos fáceis de ser encontrados e consultados por cientistas do mundo desenvolvido. O Acesso Aberto está se tornando um grande fator de nivelamento, em termos de comunicação científica. A SciELO, que possui um acervo de periódicos de Acesso Aberto com artigos revisados por pares, publicados principalmente por países da América do Sul em espanhol e em português, possui mais de 800 periódicos, que contêm mais de 300.000 artigos nas áreas de ciências naturais, medicina, agricultura e ciências sociais.⁵³ E o *Bioline International*⁵⁴, um serviço que oferece uma plataforma gratuita de publicação eletrônica para pequenas editoras que desejam publicar periódicos com Acesso Aberto na área de biociências, possui mais de 50 periódicos em seu acervo, nas áreas de biomedicina e agricultura, todos provenientes de países em desenvolvimento e emergentes. Assim como esses serviços, as bibliotecas em geral incluem o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) em seus catálogos, aumentando assim a visibilidade e o número de artigos provenientes de países em desenvolvimento, e chamando atenção de pesquisadores do mundo desenvolvido.

• • • 2.2.2 O Acesso Aberto “híbrido”

Existe um outro modelo além dos periódicos com Acesso Aberto “dourados” descritos acima: são periódicos nos quais todo o conteúdo é de Acesso Aberto e devidamente licenciado. A maioria das grandes editoras acadêmicas introduziu esse modelo para oferecer Acesso Aberto e, ao mesmo tempo, manter o atual sistema comercial por assinatura. Essa opção, denominada Acesso Aberto “híbrido”, permite aos autores optar por pagar uma taxa de processamento de publicação e ter seus artigos disponibilizados com Acesso Aberto em um periódico por assinatura. O nível de opção por esse sistema não é alto (atualmente menor do que 3%), em grande parte devido ao valor da taxa⁵⁵, mas também pelo fato de que muitas universidades e entidades financiadoras, que permitem que os pesquisadores utilizem seus fundos para pagar por publicações de Acesso Aberto, não permitem que eles o façam com editoras que consideram ter “ganho duplo”; ou seja, cobram uma taxa de processamento do artigo para

torná-lo de Acesso Aberto, mas não reduzem o valor de suas taxas de assinatura de acordo com a nova fonte de renda. No entanto, existe uma série de editoras que se comprometeram publicamente a ajustar o valor de assinatura de seus periódicos, com base na receita proveniente das cobranças das publicações de Acesso Aberto.

Deve-se observar ainda que muitos periódicos que oferecem essa opção não disponibilizam os artigos sob uma licença adequada, ou seja, embora os artigos sejam abertos para acesso e leitura, frequentemente eles não podem ser utilizados de outras maneiras, incluindo seu uso em formato eletrônico.

• • • 2.2.3 Outras formas de Acesso Aberto para resultados de pesquisa

É possível tornar artigos e dados abertos, postando-os em *sites* disponíveis ao público, tais como os *sites* de grupos de pesquisa, de departamentos universitários ou *sites* pessoais de autores. Assim como esses exemplos, existe um interesse crescente por *sites* de comunidades⁵⁶, e os pesquisadores estão usando cada vez mais esses *sites* para compartilhar artigos e outras informações.

Embora esses métodos tornem os trabalhos de fato disponíveis ao público, esses *sites* não utilizam *metadados estruturados* (dados bibliográficos, sistema de descrição para identificação do conteúdo depositado)⁵⁷ que os repositórios e os periódicos de Acesso Aberto criam para cada item. Além disso, a maioria não obedece às normas de padronização internacional acordadas no protocolo OAI-PMH (ver o Capítulo 2.1). Isso significa que seus conteúdos não estão necessariamente indexados por completo pelas ferramentas de busca da internet, o que compromete sua visibilidade e a possibilidade de serem encontrados. Comumente, os *sites* de autores estão desatualizados ou se tornam obsoletos quando os pesquisadores vão de uma instituição para outra, portanto, não representam um papel confiável na preservação. Além disso, do ponto de vista da instituição

56 Tais como a Mendeley, disponível em: <<http://www.mendeley.com>>; ou a Academia.edu: <<http://academia.edu/>>.

57 Nota de tradução: os *metadados* são pontos de identificação que permitem circunscrever a informação sob todas as formas. Esse tipo de informação é utilizado para classificar, organizar e pesquisar os dados contidos em uma fonte de informação, com o objetivo de informar sobre esses dados, assim como para tornar mais fácil a organização e a recuperação de informação e dados. Os metadados podem ser estruturados ou não estruturados. Exemplo de metadados não estruturados: o índice produzido por um sistema de indexação e pesquisa em um texto disponível na íntegra. Exemplo de metadados estruturados: um sistema de classificação de arquivo ou um dicionário de dados. Existe uma diferença entre índices e metadados: em um sistema de indexação por descritores, os dados de índice geralmente são uma parte dos metadados. Em um sistema de texto na íntegra, em que todas as palavras são parte do índice, este é muito mais vasto do que o sistema de indexação por descritores.

53 Nota de tradução: esses dados são de 2012. Atualmente, a SciELO possui mais de 1.200 periódicos, contendo mais de 570.000 artigos nas áreas de ciências naturais, medicina, agricultura e ciências sociais.

54 Disponível em: <<http://www.bioline.org.br/>>.

55 Por exemplo, as taxas para os periódicos “híbridos” publicados pela Wiley and Elsevier estão em torno de US\$ 3.000, excluindo impostos e taxas referentes a cores.

ou entidade financiadora, uma das razões importantes para manter materiais em um repositório consiste em criar um acervo de resultados de pesquisa, os quais possam ser mensurados, analisados e avaliados. Se um repositório deve ser usado para esse propósito, então, é importante que ele reúna todos os resultados científicos de uma instituição, em vez de disseminá-los em vários *sites* de comunidades acadêmicas.

Pontos essenciais das abordagens ao Acesso Aberto

- ▶ Já existe uma infraestrutura considerável implementada para viabilizar o Acesso Aberto.
- ▶ Em algumas disciplinas, os avanços são muito maiores do que em outras.
- ▶ Em algumas disciplinas, as normas culturais passaram por mudanças para favorecer o Acesso Aberto, enquanto em outras isso aconteceu pouco.
- ▶ Os periódicos com Acesso Aberto, a via “dourada” para o AA, representam um modelo particularmente bem-sucedido em algumas disciplinas e, em especial, em algumas comunidades geográficas.
- ▶ A via “verde”, a dos repositórios, pode captar maiores quantidades de documentos, e de forma mais rápida, caso as políticas adequadas sejam implementadas.
- ▶ Muitas editoras oferecem o Acesso Aberto “híbrido”. A maioria delas utiliza o modelo de “ganho duplo”.



CAPÍTULO 3. A importância do Acesso Aberto

A importância do acesso à pesquisa no contexto da construção de um futuro mundial sustentável tem sido destacada pela UNESCO, e dados têm sido produzidos sobre os padrões e as tendências com relação à produção de informação científica, e ao acesso a ela.⁵⁸

3.1 Problemas de acesso

Provavelmente nenhum cientista, onde quer que viva e trabalhe, diria que tem acesso a toda informação de que precisa. Muitos estudos têm mostrado que isso ocorre mesmo em países ricos e de intensiva atividade de pesquisa. A *Research Information Network* (RPI), no Reino Unido, concluiu, em uma síntese de resultados de cinco estudos patrocinados pela instituição sobre busca e acesso⁵⁹, que “a principal constatação é que o acesso ainda é uma grande preocupação para os pesquisadores”.

Em uma escala mundial, o estudo SOAP, um amplo projeto financiado pela União Europeia sobre Acesso Aberto e publicações, entrevistou, durante um período de três anos, quase 40.000 pesquisadores em todo o mundo, sendo que 37% dos entrevistados disseram que “apenas raramente ou com dificuldade” podiam encontrar a totalidade dos artigos de que precisavam. Presume-se ainda que essa resposta leva em consideração os esforços alternativos que os pesquisadores utilizam, como enviar *e-mails* para autores, pedir para colegas de outras instituições, ou utilizar acesso pago por meio de empréstimos entre bibliotecas ou sistemas de *pay-per-view* (visualização paga).

As despesas com empréstimos entre bibliotecas de artigos de periódicos são outro indicador da falta de acesso. As cinco principais universidades do Reino Unido, aquelas com bibliotecas das quais se espera ter os melhores recursos do país, atualmente apresentam custos de

empréstimos entre bibliotecas com uma média em torno de 50.000 dólares por ano. Além disso, os números de *downloads* obtidos de seus repositórios de Acesso Aberto indicam a magnitude do acesso que está sendo realizado por meio dessa via de AA, para aqueles que não podem acessar os periódicos diretamente.⁶⁰

Pode-se supor também que as dificuldades de acesso a periódicos no mundo desenvolvido aumentarão. Os orçamentos das bibliotecas estão sujeitos a severas restrições, os pacotes de periódicos eletrônicos – *Big Deals*, ofertas de editoras de compra de “pacotes”, ou consórcios, de assinaturas por dois, três ou cinco anos – estão sendo cancelados⁶¹ e os periódicos publicados por sociedades científicas estão sendo duramente atingidos pelo clima de recessão ao deixar morrer periódicos de prestígio, mas são títulos inacessíveis financeiramente.

Nos países em desenvolvimento, a situação é ainda mais séria. Uma pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada no ano 2000, descobriu que pesquisadores de países desenvolvidos reclamam que o acesso aos periódicos por assinatura é um dos problemas mais prementes. Essa pesquisa constatou que em países onde a renda *per capita* é inferior a 1.000 dólares por ano, 56% das instituições de pesquisa não tinham assinaturas atuais de periódicos internacionais, nem as tinham nos cinco anos anteriores (ARONSON, 2004).

Obviamente, esse problema já era conhecido e compreendido. A Conferência Mundial de Ciência, realizada em 1999 sob os auspícios da UNESCO e do ICSU, declarou: “O acesso equitativo à ciência não é apenas uma exigência social e ética tendo em vista o desenvolvimento humano, mas é também de importância essencial para a

58 Informado no Relatório de Ciência da UNESCO (2010) e no Relatório Mundial de Ciência Social (2010): ver as referências completas na Bibliografia.

59 Disponível em: <<http://www.rin.ac.uk/our-work/using-and-accessing-information-resources/overcoming-barriers-access-research-information>>.

60 Por exemplo, o novo repositório da Universidade de Salford, que contém cerca de 1.500 trabalhos de pesquisa completos, registra 25.000 *downloads* deles a cada mês; a Escola de Eletrônica e Ciência da Computação da Universidade de Southampton, no Reino Unido, tem 30.000 *downloads* por mês dos cerca de 7.000 textos integrais contidos em seu repositório; e a Universidade de Liège, na Bélgica, tem 35.000 *downloads* por mês dos 35.000 artigos que detém.

61 Nos Estados Unidos, disponível em: <<http://chronicle.com/article/Libraries-Abandon-Expensive/128220/>>; e no Reino Unido, disponível em: <<http://chronicle.com/blogs/wiredcampus/british-research-libraries-say-no-to-big-deal-serialspackages/32371>>.

realização do pleno potencial das comunidades científicas de todo o mundo e para orientar o progresso científico para o atendimento das necessidades da humanidade”.⁶²

Quase uma década mais tarde, em 2008, quando ainda se buscavam melhorias, a Comissão Nacional do Reino Unido para a UNESCO concluiu: “O fortalecimento da capacidade científica em países em desenvolvimento tem, portanto, sido muito prejudicado pela sua incapacidade de pagar pela literatura científica essencial, devido à combinação dos altos custos de assinatura de periódicos, orçamentos institucionais em declínio e instabilidade monetária”.⁶³ Mais recentemente, um estudo realizado pela *Southern African Regional Universities Association* (SARUA) revelou um cenário do acesso a trabalhos de pesquisa e da disseminação de publicações acadêmicas naquela região⁶⁴, que mostra que a situação ainda está longe de melhorar.

As iniciativas promovidas por editoras, como a HINARI, da OMS⁶⁵, a OARE⁶⁶ e a AGORA⁶⁷, fornecem acesso gratuito aos periódicos científicos para alguns usuários de países em desenvolvimento. Entretanto, aqueles não são de Acesso Aberto por definição, uma vez que o acesso é limitado a apenas alguns usuários de certos países. Os programas diferenciam países pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior ou inferior a 1.250 dólares, cobrando uma inscrição de 1.000 dólares por instituição para aqueles com PIB *per capita* entre 1.250 e 3.500 dólares. Países cujo PIB *per capita* se encontra acima de 3.500 dólares pagam a taxa normal de inscrição. Entretanto, países relativamente pobres, como Brasil e Índia, apesar de seu *status* de países em desenvolvimento, não se qualificam de acordo com esses programas. Além disso, mesmo que um país seja capaz de elevar um pouco seu *status* econômico, pode perder o benefício desses programas, como demonstrou o caso de uma experiência recente em Bangladesh.⁶⁸

Todas as discussões anteriores se referem a cientistas, acadêmicos e suas instituições. Existem outros grupos que também podem se beneficiar do acesso à literatura científica. Eles são denominados pela BOAI de “outras mentes curiosas”. Entre elas, estão a *comunidade profissional* (por exemplo, médicos, advogados, contadores, profissionais de saúde, engenheiros civis e horticultores, entre outros), a *comunidade educacional* (professores dos ensinamentos fundamental e médio), além de *estudiosos* e *consultores independentes* cujo trabalho se baseia em pesquisas. Há uma discussão mais aprofundada deste tema no Capítulo 4.3.2.

O tipo de acesso é tão importante quanto o acesso em si. Para muitos pesquisadores, poder ler uma simples cópia de um artigo de periódico científico em formato PDF é útil e pode ser o suficiente. Entretanto, a definição oficial de Acesso Aberto prevê direitos de reutilização que permitem que o artigo seja usado de várias formas (extração de textos, tradução para outras línguas, uso parcial em outros produtos etc.), conforme discutido no Capítulo 1.3.2. Esse tipo de acesso é conhecido como Acesso Aberto *livre*. O Acesso Aberto *livre* (sem restrição) ainda não constitui a maior parte da literatura de AA. Em repositórios institucionais, a maioria dos artigos encontra-se sob a condição *grátis*, embora uma pequena parte apresente Acesso Aberto *livre* por meio de uma licença apropriada – geralmente da *Creative Commons*. Essa proporção pode aumentar consideravelmente, por meio da implementação de políticas e mecanismos específicos para assegurar que as condições de utilização de cada material coletado sejam *livres*. O melhor exemplo de tal iniciativa é o da *PubMed Central* do Reino Unido (UKPMC), em que os mecanismos permitem as condições de utilização sem restrição onde for possível. A proporção de artigos *livres* dessa coleção aumentou consideravelmente nos últimos anos⁶⁹ (Ver a Figura 3).

62 UNESCO; ICSU. Declaração sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico, Budapeste, 1999. In: UNESCO; ABIPTI. *A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação*. Conferência Mundial de Ciência, Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico, Budapeste, 1º jul. 1999. Brasília: UNESCO, ABIPTI, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131550por.pdf>>.

63 UNITED KINGDOM NATIONAL COMMISSION FOR UNESCO. *Improving Access to Scientific Information for Developing Countries: UK Learned Societies and Journal Access Programmes*. Report from the Improving Access to Scientific Information Working Group of the UK National Commission for UNESCO (Natural Sciences Committee). May, 2008. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/2008/06/unesco-report-on-journal-access.html>>.

64 ABRAHAMS, L. et al. *Opening access to knowledge in Southern African universities*. Johannesburg: Southern African Regional Universities Association, 2008. (SARUA 2008 study series). Disponível em: <<http://www.sarua.org/?q=content/opening-access-knowledge-southern-africanuniversities>>.

65 Health InterNetwork Access to Research Initiative. Disponível em: <<http://www.who.int/hinari/en/>>.

66 Acesso online para pesquisa em meio ambiente: <<http://www.oaresciences.org/en/>>.

67 Acesso à rede *Global Online Research in Agriculture*: <<http://www.aginternetwork.org/en/>>.

68 Disponível em: <<http://www.bmj.com/content/342/bmj.d196.full>>.

69 Ver o resumo de Robert Killey sobre o assunto, publicado no início de 2011. Disponível em: <<http://ukpmc.blogspot.com/2011/04/increasing-amount-of-content-in-ukpmc.html>>.

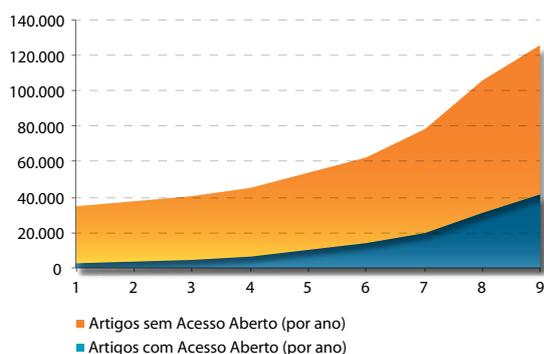


Figura 3: Proporções de artigos *grátis* (laranja) e *livres* (azul) na UKPMC 2001-2009
(Cortesia de Robert Kiley, Wellcome Trust)

3.2 Níveis de Acesso Aberto

O nível de Acesso Aberto, ou seja, o volume de material com AA, varia consideravelmente de uma disciplina e de uma área para outra. Em alguns casos, a cultura de compartilhamento se estabeleceu há tempos, como é o caso da física de alta energia, da astronomia e da ciência da computação. Em outros, o conceito é mais recente, e a prática ainda precisa avançar.

A infraestrutura exerce um papel importante nessa questão, assim como a cultura e as normas da comunidade; e a interação delas pode ajudar muito a estimular os avanços necessários, especialmente onde há financiamentos e benefícios científicos e sociais facilmente identificáveis decorrentes do Acesso Aberto. Se o AA é praticamente onipresente nos campos da física de alta energia e da astronomia, é porque depositar os resultados de pesquisa no repositório arXiv (ver o Capítulo 1.2) se tornou uma norma da comunidade. Nas ciências biomédicas, um campo que tem usufruído do desenvolvimento rápido e amplo do Acesso Aberto nos últimos anos, existe uma infraestrutura bem desenvolvida e sofisticada, que permite o compartilhamento de artigos de periódicos científicos – e de dados de pesquisas; ver o Capítulo 1.4 –, por meio da *PubMed Central*.

O nível atual dos materiais com Acesso Aberto em repositórios (a via “verde”) e em periódicos científicos (a via “dourada”) tem sido mensurado de várias maneiras. A Figura 4 mostra os volumes em repositórios (barras verdes) e em periódicos científicos (barras douradas) para diferentes disciplinas.

A Figura 5 mostra os volumes em repositórios (a via “verde”). As barras mostram a porcentagem de Acesso Aberto, em 2008, da literatura entre os anos

de 1998 a 2006. A Figura 6 mostra essas porcentagens distribuídas por disciplina. Nota-se que esses estudos foram realizados por dois grupos de pesquisa, utilizando diferentes metodologias, o que explica as divergências dos resultados. Ao todo, entretanto, pode-se estimar que a atual porcentagem mundial da literatura que está abertamente acessível se situa por volta de 30%.

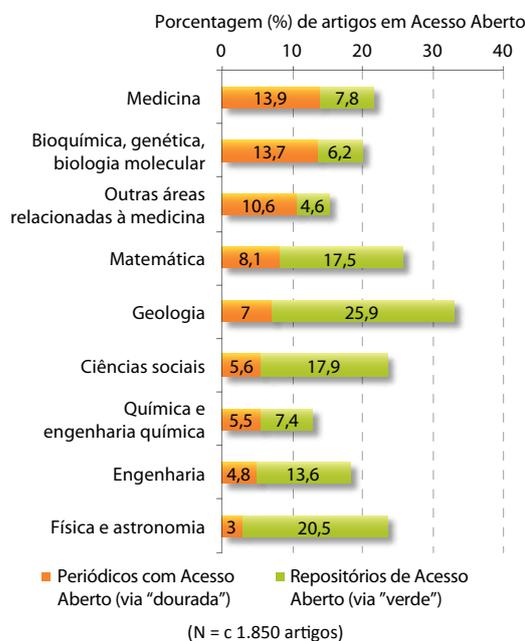


Figura 4: Porcentagem do volume total da literatura científica disponível na forma de artigos com Acesso Aberto, por disciplina e modo de disseminação, em 2008⁷⁰

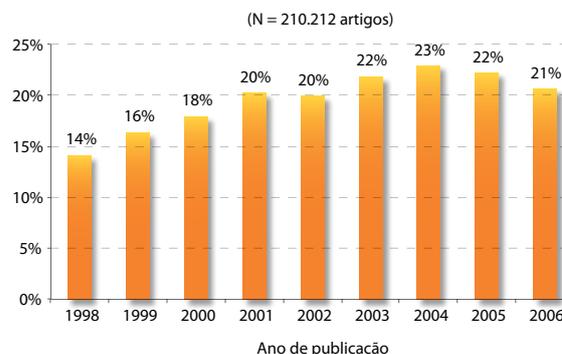


Figura 5: Porcentagem do volume total da literatura científica disponível em repositórios com Acesso Aberto, em 2010⁷¹

70 Dados de Björk e outros (2010). Esse grupo de pesquisa estima que, em 2008, 20,4% da literatura estavam disponíveis em algum tipo de Acesso Aberto. O mesmo grupo mensurou o Acesso Aberto em 2006 e estimou que o volume do material com AA era de 19,4% da literatura total (BJÖRK et al., 2009; ver a referência completa na Bibliografia). A diferença está dentro da margem de erro.

71 Dados de Gargouri e outros (2011). Comunicação pessoal não publicada de Yassine Gargouri, da Universidade de Quebec, em Montreal.

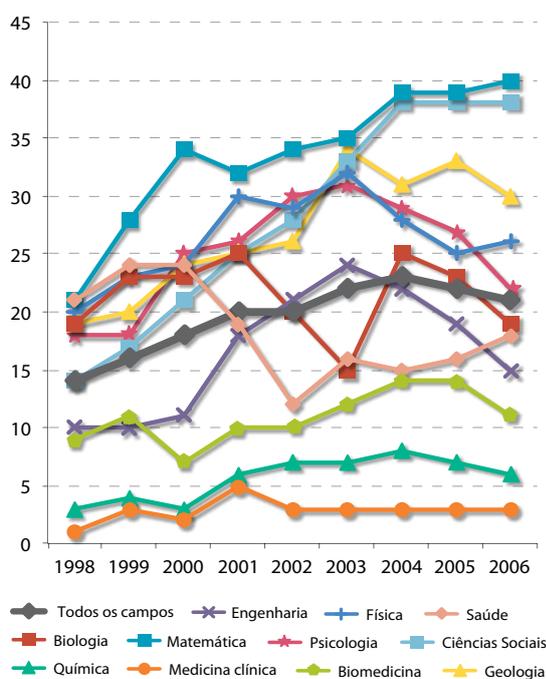


Figura 6: Porcentagem da literatura acadêmica total disponível em repositórios com Acesso Aberto em 2010, por ano de publicação, dividida por disciplina⁷²

Os volumes de Acesso Aberto também são suscetíveis a variações por país ou região, apesar dos poucos dados já publicados sobre isso.

3.3 O Acesso Aberto em um movimento mais amplo em favor do acesso “aberto” à informação

O Acesso Aberto à produção científica não é um conceito isolado. Ele faz parte de um ecossistema mais amplo de questões relativas à informação “aberta”, as quais se desdobram no campo da investigação científica e, de fato, na sociedade em geral, provocando o surgimento de um movimento em favor do Acesso Aberto à informação de domínio público. Juntamente ao Acesso Aberto no campo científico, há também pautas como os Dados Abertos (*Open Data*), os Cadernos Abertos (*Open Notebooks*) ou Ciência Aberta (*Open Science*)⁷³, os Recursos Educacionais Abertos (REA, ou *Open Educational Resources* – OER)⁷⁴, a Inovação Aberta e Softwares de Código Aberto (*Open Source*).

72 Idem.

73 Onde os cientistas experimentais publicam seus registros de laboratório contendo metodologias e resultados abertamente na internet. Por exemplo, ver o site do UsefulChem: <<http://usefulchem.wikispaces.com/All+Reactions>>; e o blog de Cameron: <http://biolab.isis.rl.ac.uk/camerons_labblog>.

74 Por exemplo, o OER Commons. Disponível em: <<http://www.oercommons.org/>>.

É importante ressaltar que existe uma interdependência desses aspectos. A abertura do acesso aos materiais de ensino e aprendizagem pode ser obtida apenas parcialmente, uma vez que é impossível integrar as a informação científica contida neles, a qual é fortemente protegida devido às barreiras da propriedade autoral: em muitos casos, os resultados de pesquisa são materiais didáticos. Os registros abertos de laboratório avançam apenas um pouco mais no sentido de disponibilizar para todos os resultados de experimentos: nesse campo, o contexto e a síntese dos resultados encontram-se nos artigos de pesquisa, que deveriam ser de Acesso Aberto juntamente com o conteúdo dos registros. Assim, o Acesso Aberto é um importante passo inicial no movimento em direção à criação de uma base comum de conhecimentos e na construção de verdadeiras sociedades do conhecimento.

A expressão *Conhecimento Aberto* (*Open Knowledge*) talvez seja a melhor para indicar a abrangência do que se está tentando alcançar. *Conhecimento Aberto* significa *qualquer tipo de informação – de sonetos a estatísticas, de genes a dados geográficos – que pode ser utilizado, reutilizado e redistribuído livremente*.⁷⁵ O *Conhecimento Aberto* é a soma de todos os esforços intelectuais – pesquisa, ensino, criação e inovação – disponíveis para todos. O Acesso Aberto é uma peça fundamental desse quebra-cabeça.

Pontos essenciais da importância do Acesso Aberto

- ▶ A acessibilidade de informação é problemática em todos os lugares.
- ▶ Os níveis de Acesso Aberto variam de acordo com a disciplina.
- ▶ Os problemas de acesso são mais acentuados em países em desenvolvimento, emergentes e em transição.
- ▶ Alguns programas visam a atenuar os problemas de acesso nos países mais pobres, mas eles não garantem o Acesso Aberto: não são permanentes, fornecem acesso apenas a uma parte da literatura, e não disponibilizam a literatura aberta a todos, apenas a algumas instituições específicas.
- ▶ Atualmente, o Acesso Aberto se uniu a outros conceitos no âmbito de um movimento mais amplo em favor da informação “aberta”, que abrange questões como Recursos Educacionais Abertos, Ciência Aberta, Inovação Aberta e Dados Abertos.
- ▶ Algumas iniciativas que visam a melhorar o acesso não são de Acesso Aberto, e deveriam ser claramente identificadas a outra perspectiva.

75 Definição da *Open Knowledge Foundation* (Fundação Conhecimento Aberto). Disponível em: <<http://okfn.org/>>.

CAPÍTULO 4. Benefícios do Acesso Aberto

Uma abordagem aberta à comunicação científica traz uma série de benefícios para a própria pesquisa, para os cientistas e para suas instituições e entidades financiadoras.

4.1 Aperfeiçoamento do processo de pesquisa

O Acesso Aberto à literatura científica pode ampliar o processo de pesquisa de diversas formas.

Em *primeiro lugar*, a pesquisa pode progredir mais rápido e de modo mais eficiente. Os cientistas não precisam despende tempo procurando artigos que não podem acessar por meio de suas próprias bibliotecas. Em um ambiente que funciona à base de assinaturas, isso envolve comunicar-se com colegas de outras instituições, escrever para o autor ou fazer uso de sistemas de empréstimo entre bibliotecas para obter um artigo. Em um mundo de Acesso Aberto, o artigo é disponibilizado com apenas alguns cliques no *mouse*. Isso acelera não apenas o próprio processo de pesquisa, mas também a revisão por pares, uma vez que os revisores buscam artigos de apoio citados no trabalho, além de outras atividades relacionadas à pesquisa, tais como a revisão da literatura em função de um novo projeto. Os autores mencionam alguns problemas que o Acesso Aberto ajuda a superar⁷⁶, aumentando a eficácia do processo de pesquisa e “restaurando sua fé na integridade de seu próprio trabalho”.

Em *segundo lugar*, considera-se, em geral, que a pesquisa interdisciplinar tem crescido em importância, à medida que os problemas científicos requerem cada vez mais insumos e tecnologias de várias disciplinas

para serem resolvidos. O Acesso Aberto estimula a pesquisa interdisciplinar, ao permitir aos pesquisadores de uma determinada disciplina localizar e fazer uso da literatura de outra – a instituição à qual eles pertencem pode não suprir essa necessidade, se não houver um programa de pesquisa sólido em outra disciplina. Além disso, do ponto de vista comercial, é mais fácil lançar periódicos interdisciplinares bem-sucedidos usando um modelo de Acesso Aberto, porque, diante de poucas comunidades consolidadas e, portanto, de pouca demanda, tem sido difícil vender periódicos por assinatura que abranjam uma ampla base científica, uma vez que as bibliotecas acham difícil avaliar a demanda dentro de suas próprias instituições.

Em *terceiro lugar*, as novas tecnologias de tratamento de informação, tais como a extração de textos e dados, podem executar tarefas somente na literatura com Acesso Aberto. Essas ferramentas extraem informações contidas nos artigos – muitas vezes de campos de pesquisa diferentes – e criam novos conhecimentos. Obviamente, elas são capazes de processar e reunir informações com velocidades e de formas que o cérebro humano não consegue. Essas tecnologias já são bastante utilizadas na pesquisa farmacêutica e em algumas áreas da química, e formarão a base de uma nova abordagem à pesquisa no futuro. Entretanto, seu potencial é prejudicado pelo fato de que, no momento, elas não são capazes de “ver” (extrair os conteúdos) a maior parte da literatura. O acesso a resumos e a detalhes bibliográficos não é suficiente: essas ferramentas devem ser capazes de “ler” o texto de um artigo de pesquisa na íntegra, incluindo quaisquer dados de apoio nele contidos.

4.2 Visibilidade e uso da pesquisa

O Acesso Aberto maximiza a visibilidade das produções científicas, aumentando assim as suas possibilidades de uso. Os artigos que se encontram em repositórios ou em periódicos de Acesso Aberto podem ser fácil e

⁷⁶ Entre eles: evitar duplicações, a entrada em “becos sem saída” e a redundância em seus trabalhos; evitar interrupções em seus trabalhos devido à necessidade de procurar por um artigo, “perder o fio da meada” e ter de rever questões; evitar atrasos na entrega de trabalhos a revistas e licitações para financiamento; evitar obstáculos à revisão; evitar tendências relacionadas aos recursos (ver RIN, 2009; referência completa na Bibliografia).

prontamente encontrados por meio de uma busca na internet, usando palavras-chave apropriadas, além de apresentarem a possibilidade de acesso ao conteúdo na íntegra com apenas um clique.

As estatísticas sobre o uso de repositórios demonstram os níveis de interesse na pesquisa e são também um indicador da dificuldade de acesso. Os prováveis usuários que têm acesso a bibliotecas de periódicos e livros por assinatura não têm necessidade de visitar os repositórios. Alguns exemplos do uso de repositórios foram fornecidos no Capítulo 3.1. Esses exemplos vieram de repositórios de países desenvolvidos, mas o mesmo fenômeno pode ser visto no mundo científico em países em desenvolvimento: por exemplo, o repositório da Universidade de Los Andes, na Venezuela, registrou mais de 4.000.000 de *downloads* de artigos em 2010.⁷⁷ Mais importante, o Acesso Aberto proporciona essa visibilidade muito necessária à pesquisa dos países em desenvolvimento, que sempre foi prejudicada pela falta de canais de acesso aos cientistas dos países desenvolvidos, bem como pelas tendências dos grandes serviços de resumos e índices em relação às produções dos países desenvolvidos.⁷⁸ O Acesso Aberto altera essa situação e restabelece o equilíbrio, tornando as pesquisas dos países em desenvolvimento tão visíveis quanto as provenientes das regiões desenvolvidas, que realizam mais pesquisas. Isso ajudará a transformar os papéis e as percepções da comunidade científica e, com o tempo, trará benefícios econômicos para os países em desenvolvimento, à medida que eles tentam construir suas próprias sociedades do conhecimento.⁷⁹

4.3 Impactos da pesquisa

• • • 4.3.1 O impacto acadêmico

A visibilidade aumenta o uso, e o uso aumenta o impacto. Uma quantidade significativa de evidências tem demonstrado que o Acesso Aberto pode ampliar o impacto das pesquisas por meio do uso e das citações. Cerca de 35 trabalhos foram realizados sobre esse assunto, alguns dos quais não demonstraram nenhum aumento no número de citações de materiais de Acesso Aberto. No entanto, o restante – cerca de 30 – demonstrou que o Acesso Aberto de fato aumentou o impacto das citações em até 600%, como verificado em alguns casos, embora a maioria tenha apresentado acréscimos de até 200%.⁸⁰

Há dois aspectos de grande importância que devem ser considerados aqui. *Primeiro*, nem todos os artigos com Acesso Aberto ganham citações adicionais. E isso faz sentido, uma vez que nem todos os artigos merecem citações em primeiro lugar, não importa quantas pessoas os leiam. O que o Acesso Aberto faz é maximizar o tamanho do público, de modo que os artigos que merecem ser citados tenham as melhores chances de serem vistos por qualquer pessoa que tenha motivos para citá-los.

• • • 4.3.2 O impacto fora do meio acadêmico

Além do impacto das citações, o Acesso Aberto pode ter impactos benéficos sobre outros grupos. O exemplo mais comum desse tipo de impacto é o benefício para pacientes, proporcionado pelo acesso a informações sobre pesquisas em saúde. Os profissionais de educação, bem como os profissionais, especialistas e empresários de outras áreas também são potenciais beneficiários da pesquisa científica. Ainda não se tem a compreensão exata de suas necessidades, nem dos benefícios que tais grupos podem ter, mas há indicadores a respeito.

Em *primeiro lugar*, sabe-se que essas pessoas fazem uso dessa literatura e que o acesso é livre (abertamente disponível e gratuito). Por exemplo, o uso de dados da *PubMed Central* – o maior acervo de literatura biomédica dos NIH – mostra que dos 420.000 usuários individuais por dia dos 2 milhões⁸¹ de itens de seu banco de dados,

77 Este repositório divulga suas estatísticas de uso. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/stats?level=general&type=access&page=down=series&start=01-08-2011&end=02-08-2011&pyear=2011&pmonth=08&anoinicio=2011&anoim=2011&mesinicio=01&mesfim=08>>.

78 Espera-se que o Acesso Aberto ajude a superar a divisão geral entre a ciência formal e a periférica, incluindo a divisão entre o mundo em desenvolvimento e o mundo desenvolvido. Para obter a referência completa, ver Guédon (2008) na Bibliografia.

79 Conforme reconhecido pelo dr. Blade Nzimande, ministro da Educação Superior da África do Sul, em um discurso proferido na Conferência Mundial sobre Educação Superior de 2009, em que ele fez uma distinção entre as sociedades do conhecimento do mundo desenvolvido e aquelas do continente africano. Ele disse especificamente que os primeiros são produtores de conhecimento, e os últimos, consumidores. O Acesso Aberto vai mudar essa situação, permitindo ao mundo desenvolvido descobrir e consumir facilmente – pela primeira vez – o conhecimento científico criado pelo mundo em desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.education.gov.za/dynamic/dynamic.aspx?pageid=306&id=8720>>.

80 Um resumo dos estudos realizados até o início de 2010 mostrou que 27 deles apresentaram uma vantagem de citações de Acesso Aberto, e 4 não. Ver Swan (2010) na Bibliografia.

81 Nota de tradução: esses dados são de 2012. Atualmente, a *PubMed Central* tem mais de 3,7 milhões de itens em seu banco de dados.



25% são universidades, 17% são empresas, 40% são “cidadãos”, e os demais, “governo e outros”.

Em *segundo lugar*, as Pesquisas sobre Inovações Comunitárias da União Europeia estudam os negócios inovadores em períodos regulares: um estudo recente mostrou que os “empreendimentos inovadores obtêm as informações de que precisam de fornecedores ou de clientes mais facilmente do que as provenientes de universidades ou institutos públicos de pesquisa”.⁸²

Em *terceiro lugar*, alguns estudos recentes, sobre necessidades e dificuldades de acesso em pequenas e médias empresas de pesquisa e desenvolvimento da Dinamarca, fornecem dados sobre a importância, para essas empresas e para a economia dinamarquesa, de ter acesso rápido, fácil e gratuito à literatura científica.⁸³ Não há razão para se acreditar que a situação da Dinamarca é tão diferente da de qualquer outra economia desenvolvida com base no conhecimento. Dessa forma, é de se esperar que seja considerável o efeito mundial da falta de acesso à informação científica sobre negócios inovadores.

Pontos essenciais dos benefícios do Acesso Aberto

- ▶ O Acesso Aberto aumenta a velocidade, a eficiência e a eficácia da pesquisa.
- ▶ O Acesso Aberto é um fator que propicia a pesquisa interdisciplinar.
- ▶ O Acesso Aberto permite o tratamento informatizado sobre a literatura científica.
- ▶ O Acesso Aberto amplia a visibilidade, o uso e os impactos da pesquisa.
- ▶ O Acesso Aberto permite que comunidades de profissionais, especialistas, empresários e o público interessado se beneficiem da pesquisa.

82 PAVAN, S-V (2007) Statistics in Focus: Science and technology, 81/2007. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-07-081/EN/KS-SF-07-081-EN.PDF>.

83 Ver mais detalhes em Houghton e outros (2011), na Bibliografia.

CAPÍTULO 5. Modelos de negócios



5.1 O contexto: modelos tradicionais de negócios na comunicação científica

Tradicionalmente, e devido ao fato de que a comunicação científica era publicada por meio da impressão em papel, o que incluía o custo de cada cópia produzida, o acesso à informação científica era obtido por assinaturas de periódicos – sistema no qual as bibliotecas e outros assinantes pagavam uma taxa, geralmente anual – para receber as edições do periódico ao longo do ano à medida que elas eram publicadas, e realizavam um único pagamento para a compra de livros.

O inconveniente desse sistema deve-se ao fato de que o acesso era apenas para aqueles que podiam pagar por ele, apesar de que, até a segunda metade do século XX, pelo menos os preços não eram considerados abusivos. Entretanto, nas últimas décadas, os preços dos periódicos têm crescido exponencialmente, muitas vezes aumentando acima da taxa de inflação e de outros índices de preços. Como efeito inicial disso, as bibliotecas lutaram para manter as assinaturas dos periódicos, em geral em detrimento do orçamento destinado à compra de livros. Como resultado, as vendas de livros sofreram⁸⁴ impactos. A área de ciências humanas foi prejudicada pela elevação dos preços dos periódicos da área de ciências exatas. Porém, não era possível incluir para sempre as assinaturas no orçamento de compra de livros, e as assinaturas dos periódicos foram encerradas quando as bibliotecas não mais podiam acompanhar os aumentos dos preços anuais.⁸⁵

Ao final do século XX, as grandes editoras, que tinham uma lista considerável de periódicos, propuseram um

novo modelo, chamado de *pacote de periódicos eletrônicos* (*Big Deal* – “Grande Negócio”). Seguindo esse modelo, as bibliotecas compravam o acesso a *todos* os periódicos da lista de uma determinada editora – um pacote –, por períodos de dois, três ou cinco anos. As bibliotecas podiam, então, oferecer a seus clientes acesso a uma quantidade muito maior de títulos de periódicos de uma única editora, mas o custo também era muito mais alto do que o pagamento por assinaturas individuais de periódicos específicos. O Grande Negócio se manteve com sucesso por mais de uma década, mas o modelo vem começando a decair, devido a fortes reduções orçamentárias enfrentadas novamente pelas bibliotecas.

É face a essa situação que, de acordo com os interesses da ciência e dos cientistas, teve início o movimento em favor de uma literatura científica aberta.

5.2 Novos modelos de negócios na comunicação científica

Ao longo dos últimos 50 anos, após ter abandonado grande parte das atividades de publicação nas mãos de grandes editoras comerciais – incluindo algumas editoras de sociedades acadêmicas –, a comunidade científica está retomando seu controle em algumas áreas. Três tipos de agentes institucionais estão engajados nesse esforço: as bibliotecas, as editoras universitárias – se houver – e os cientistas individuais ou os grupos de cientistas. Além dessa abordagem em âmbito institucional, novos agentes estão chegando ao cenário das publicações comerciais, trazendo novos modelos de negócios destinados a proporcionar Acesso Aberto a seus produtos.

Em situações nas quais as operações não giram em torno de benefícios financeiros, como é o caso dos repositórios e de alguns periódicos de Acesso Aberto, uma gama de novos modelos de negócios tem se

84 Na década de 1970, um livro acadêmico típico tinha uma expectativa de venda em torno de 1.500 exemplares; atualmente, as impressões normais giram em torno de 200 a 500 exemplares.

85 Essa situação foi chamada de “crise dos periódicos”. Ver o relato completo em Young (2009), na Bibliografia.



desenvolvido, alguns comumente usados por empresas que realizam negócios comerciais na internet em outros setores.⁸⁶ Em suma, eles são:

- *Modelo institucional* – a atividade é financiada pela instituição;
- *Modelo comunitário* – a atividade é financiada por meio de doações em dinheiro ou outra espécie de apoio por parte membros da comunidade;
- *Modelo por patrocínio público* – a atividade é financiada por subvenções regulares provenientes de um órgão público, tal como um órgão nacional responsável por TIC;
- *Modelo por assinatura* – a atividade é financiada comercialmente pelo pagamento de taxas de assinatura realizados por seus usuários; e
- *Modelo comercial* – a atividade é financiada comercialmente pelo pagamento de taxas de assinatura e/ou anúncios publicitários.

• • • 5.2.1 Repositórios

Os repositórios não vendem nada, pelo menos não para receber dinheiro em si, mas proporcionam outras formas de benefícios para a instituição ou para a comunidade que os financia. Normalmente, a viabilidade econômica dos repositórios é relacionada à sua capacidade de maximizar a visibilidade e o impacto, bem como de aperfeiçoar o monitoramento e a gestão da pesquisa. No caso de *repositórios institucionais*, a questão comercial também pode ser fundada no imperativo de conservar a informação e aperfeiçoar o ensino. No caso de o repositório também conservar materiais educacionais, existe ainda o imperativo adicional de apoiar o ensino. Em geral, o interesse dos repositórios pode ser resumido em um conjunto de objetivos:

- *Oferecer com Acesso Aberto* as produções da instituição ou da comunidade para o mundo;
- *Causar impacto e influenciar* os avanços, maximizando a visibilidade das produções, de forma a proporcionar o maior impacto possível como resultado;
- *Apresentar e vender* a instituição para mostrar seu valor a grupos interessados, como possíveis funcionários, potenciais estudantes e professores, além de outras partes interessadas;

86 Descritas de forma mais detalhada em “A Driver’s Guide to Institutional Repositories”. Ver a referência completa em Swan (2007), na Bibliografia.

- *Coletar e conservar* as produções digitais – ou insumos, no caso de acervos especiais;
- *Gerenciar e mensurar* as atividades de ensino e pesquisa;
- *Proporcionar e promover* um espaço de trabalho para projetos em andamento e para projetos colaborativos ou de grande escala;
- *Facilitar e incentivar* o desenvolvimento e o compartilhamento de materiais educacionais e de apoio pedagógico em formato digital; e
- *Apoiar e sustentar* os esforços dos estudantes, fornecendo-lhes acesso a teses e dissertações, e proporcionando-lhes um espaço *online* onde possam desenvolver um dossiê para agrupar seus trabalhos.

Cada repositório se compromete a disponibilizar o acesso gratuito de todos os resultados dos esforços de pesquisa da comunidade que ele representa. Esse compromisso é realizado pelos repositórios para a comunidade de pesquisa de forma mais ampla, que, por sua vez, está comprometida com os princípios dos conhecimentos comuns e do compartilhamento dos resultados de trabalhos realizados por meio de financiamento público.

Os repositórios podem funcionar segundo um modelo de negócios do tipo institucional, ou seja, a instituição individual financia e apoia o repositório, por ele proporcionar retorno de ganhos de impacto e notoriedade; ou segundo um modelo com base no financiamento público ou comunitário.

Um exemplo de patrocínio público é o repositório regional do CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) para a pesquisa em ciências sociais na América Latina⁸⁷, que tem sido financiado por mais de uma década por fundos de desenvolvimento da Suécia (SIDA)⁸⁸, da Noruega (NORAD)⁸⁹, do Canadá (IDRC)⁹⁰ e do Reino Unido (INASP)⁹¹.

• • • 5.2.2 Serviços oferecidos pelos repositórios

Os serviços oferecidos pelos repositórios representam uma das principais chaves para seu próprio sucesso. Serviços úteis e populares podem realmente estimular a utilização

87 Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar>>.

88 *Swedish International Development Cooperation Agency*. Disponível em: <<http://www.sida.se/English/>>.

89 *Norwegian Agency for Development Cooperation*. Disponível em: <<http://www.norad.no/en/>>.

90 *International Development Research Center*. Disponível em: <<http://www.idrc.ca/EN/Pages/default.aspx>>.

91 *International Network for the Availability of Scientific Publications*. Disponível em: <<http://www.inasp.info/>>.

dos repositórios, tanto pelos produtores da informação quanto por aqueles que a procuram.

Entre os exemplos de serviços que podem ser fornecidos, estão: estatísticas de uso, estatísticas de impacto (citações), assessorias na formulação de políticas, geração de currículos, funções de edição, publicação, classificação, busca e recuperação de periódicos científicos ou livros (catalogados e conservados no repositório).

Os modelos de negócios variam, embora a maioria tenha como base o modelo de uso livre e de financiamento público⁹² ou comunitário⁹³. Existe a preocupação de que alguns ou a maioria desses repositórios não sejam viáveis no longo prazo, e uma intensa reflexão está em curso sobre como garantir a sustentabilidade dos serviços mais utilizados. O apoio financeiro da comunidade tem se mostrado promissor para alguns serviços de Acesso Aberto⁹⁴, e esse pode ser um caminho a ser seguido.

• • • 5.2.3 Periódicos com Acesso Aberto

Os periódicos com Acesso Aberto utilizam diversos modelos de negócios. Quanto menor for a base de custo, mais fácil se torna fazer com que o negócio seja sustentável. Assim, é mais fácil para as editoras e para as sociedades editoriais de menor porte – aquelas que não têm uma obrigação forte de maximizar o valor de suas ações –, mudar para um modelo de Acesso Aberto, do que para as editoras comerciais de grande porte. Os principais modelos de negócios para periódicos com Acesso Aberto são apresentados nos tópicos seguintes.

..... 5.2.3.1 Taxa de processamento dos artigos

Muitos periódicos de Acesso Aberto cobram uma taxa no “início” do processo de publicação. Essa taxa de processamento de artigo (*article-processing charge* – APC) é paga por autores, por suas instituições ou por suas entidades financiadoras – embora a maioria dos periódicos idôneos com Acesso Aberto deixe de cobrá-la em casos de dificuldades reais, e alguns adotam o sistema de isenção da taxa para autores de países em

92 Por exemplo, o serviço SHERPA RoMEO, que fornece informações sobre políticas editoriais com relação ao autoarquivamento em repositórios, financiado durante um longo período pelo Comitê Conjunto dos Sistemas de Informação do Reino Unido (JISC). Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>>.

93 Por exemplo, a lista de notícias dos repositórios de Acesso Aberto comunitários. Disponível em: <<http://www.connotea.org/tag/AA.repositories?start=10>>.

94 Por exemplo, o arXiv, financiado por doações de instituições de pesquisa. Disponível em: <http://arxiv.org/help/support/arxiv_busplan_Apr2011>; e a Enciclopédia de Filosofia de Stanford, um recurso de Acesso Aberto compilado e atualizado por especialistas da comunidade, e financiado por doações de fundações e instituições de pesquisa. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/>>.

desenvolvimento. Os periódicos que cobram essa taxa, no entanto, permanecem sendo minoria.⁹⁵

Quando uma taxa é cobrada, normalmente ela é paga pelas bolsas de pesquisa dos autores ou com fundos da instituição, destinados especificamente para esse propósito. Algumas entidades financiadoras de pesquisas realizaram um compromisso expresso de fornecer fundos especificamente para o pagamento da APC. Em outros casos, as financiadoras declararam que o dinheiro das bolsas de pesquisa pode ser destinado aos custos de publicação, mediante consentimento do bolsista.⁹⁶ Algumas instituições também estabeleceram um fundo para o pagamento da APC.⁹⁷ Cada instituição tem sua própria política sobre as condições de utilização desse fundo por parte dos autores. Os resultados de longo prazo, ou seja, a sustentabilidade de tais iniciativas, ainda não estão muito bem definidos.

..... 5.2.3.2 Sistemas de assinatura institucional

Algumas editoras de Acesso Aberto também criaram um sistema de assinatura institucional. Os detalhes variam de uma editora para outra e, embora não seja adequado para editoras muito pequenas, as maiores encontraram algumas vantagens nessa abordagem. Uma série de variações foi apresentada até agora, incluindo: sistemas em que as instituições pagam um montante fixo antecipadamente para cobrir os custos dos artigos que seus autores vão publicar no ano seguinte; sistemas nos quais as instituições recebem faturas em intervalos regulares, com valores referentes a artigos publicados no período anterior; pagamentos anuais com taxa fixa, com base no número de pesquisadores – ou de estudantes – da instituição.⁹⁸

..... 5.2.3.3 Publicação realizada pela comunidade

É relativamente comum que periódicos de ciências humanas adotem o modelo nos qual eles são totalmente produzidos dentro do meio acadêmico, como resultado

95 Vários estudos têm demonstrado que 53% (http://www.alpssp.org/ngen_public/article.asp?id=200&did=47&aid=270&st=&AAid=-1) e 67% (http://www.sennoma.net/main/archives/2007/12/if_it_wont_sink_in_maybe_we_ca.php) das revistas de Acesso Aberto não cobram nenhuma taxa, e que 83% das revistas de AA publicadas por editoras de sociedades de estudos não cobram taxas. Disponível em: <<http://www.earllham.edu/~peters/fos/newsletter/11-02-07.htm#list>>.

96 A *BioMed Central*, uma editora de Acesso Aberto de grande porte, mantém uma lista de fundações que apoiam as publicações de AA, por dispor de algum mecanismo que permite o pagamento de taxas por concessões de fundos. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/info/about/apcfaq#grants>>.

97 Por exemplo, a Universidade de Nottingham (Reino Unido). Disponível em: <<http://eprints.nottingham.ac.uk/UniversityOpenAccessPublicationFund.pdf>>.

98 Ver, por exemplo, os sistemas oferecidos pela *BioMed Central*, disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/info/about/membership>>; e pela *Hindawi Publishing Corporation*, disponível em: <<http://www.hindawi.com/memberships/>>.

de esforços voluntários de pesquisadores que realizam serviços de edição, revisão e produção. Eles são publicados *online* de forma gratuita – com Acesso Aberto – e, às vezes, são vendidos impressos por meio de assinatura. Existe um grande número de novos empreendimentos de publicações de Acesso Aberto desse tipo, muitos dos quais são impulsionados por plataformas comunitárias de publicação eletrônica⁹⁹ ou por tecnologias de código aberto e de fácil utilização para a publicação de periódicos com AA, de anais de conferências e de livros.¹⁰⁰

5.2.3.4 Periódicos financiados por publicidade ou patrocínio

O patrocínio público é comum na América Latina, onde os periódicos científicos regionais e nacionais são, em grande parte, subsidiados por fundos governamentais para a realização de pesquisas.¹⁰¹

Se o modelo básico de negócios for comunitário (Capítulo 5.2.3.3), a publicidade pode ajudar a custear quaisquer despesas gerais inevitáveis (como, por exemplo, custos de comunicação). As vendas de espaços publicitários podem ajudar a financiar o Acesso Aberto. A publicidade pode ser uma solução parcial, pois a maioria dos periódicos não espera atrair uma receita suficiente para financiar uma atividade com despesas gerais substanciais. Um exemplo de periódico de prestígio que disponibiliza o conteúdo de suas pesquisas *online* com Acesso Aberto, com financiamento proveniente de anúncios publicitários, é o “British Medical Journal”¹⁰²

5.2.3.5 Subsídios institucionais

As instituições fornecem subsídios oficialmente para periódicos científicos com Acesso Aberto cada vez que estes são publicados, mesmo que seja para financiar os custos gerais de funcionamento de uma editora universitária ou de uma biblioteca que publica esse tipo de periódico. Assim como estas, com frequência as universidades apoiam informalmente as atividades de publicação comunitária (Capítulo 5.2.3.3), fornecendo

o espaço e cobrindo os custos com aquecimento, luz e serviços de telecomunicação.

Embora, no estágio atual, a sustentabilidade desse modelo possa parecer incerta, o modelo provavelmente crescerá em importância à medida que a comunicação científica evoluir e que os pesquisadores assumirem maior controle sobre o processo de comunicação. As instituições de pesquisa e as entidades financiadoras têm se conscientizado cada vez mais sobre a necessidade de considerar a comunicação científica como um elemento que faz parte de todos os processos de pesquisa, com concomitante reconhecimento tácito – e ocasionalmente explícito¹⁰³ – de que os produtores da pesquisa precisarão arcar com seus custos, e não os consumidores. Obviamente, em alguns casos, essas duas entidades são a mesma, embora, em geral, não exista uma relação direta entre a intensidade da pesquisa – seja em uma instituição ou em uma nação – e as despesas com comunicação: as instituições de pesquisa dos países que têm menor volume de pesquisa, por exemplo, ainda precisam pagar pelo acesso à informação científica a um custo desproporcional em relação a seus programas de pesquisa.

5.2.3.6 Vendas de cópias impressas

Alguns periódicos financiam, parcial ou totalmente, suas atividades de publicação com Acesso Aberto, com a venda de suas versões impressas. Quando a receita proveniente das assinaturas consegue cobrir os custos, os periódicos não precisam cobrar a APC no início do processo de publicação.

A *Medknow*, uma editora médica sediada em Mumbai, adotou esse modelo de forma muito bem-sucedida. Todos os conteúdos podem ser acessados gratuitamente *online*, e suas versões impressas são vendidas por assinatura para bibliotecas de todo o mundo. Desde que a *Medknow* adotou esse modelo de Acesso Aberto, ocorreu um aumento em suas vendas, em seu impacto e no número de manuscritos que são enviados para ela.¹⁰⁴

5.2.3.7 Modelos de compra colaborativa

Uma comunidade específica também pode atuar de forma coordenada para proporcionar Acesso Aberto a determinada área do conhecimento. Atualmente, existe apenas um exemplo de tal modelo, ainda em fase de planejamento; trata-se da iniciativa *Sponsoring*

99 Por exemplo, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), disponível em: <www.scielo.br>; e a *Bioline International*, disponível em: <<http://www.bioline.org.br>>.

100 Por exemplo, o pacote de *softwares* de Código Aberto do *Public Knowledge Project: Open Journal Systems* (OJS), disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/?q=ojs>>; dos *Open Conference Systems* (OCS), disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/?q=ocs>>; e do *Open Monograph Press* (OMP), disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/omp>>.

101 Por exemplo, o acervo da revista *SciELO Open Access* (www.scielo.br) tem o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

102 Esse título obtém renda a partir da venda de anúncios publicitários – trata-se do principal veículo publicitário na área médica do Reino Unido – e de assinaturas para bibliotecas. Sua receita permite a disponibilização gratuita e *online* do conteúdo de suas pesquisas, sem nenhuma taxa para os autores ou leitores. Disponível em: <<https://mx2.arl.org/Lists/SPARC-AAForum/Message/4634.html>>.

103 A *Wellcome Trust*, por exemplo, fornece financiamento para a cobertura das taxas de processamento de artigos de revistas de Acesso Aberto. Disponível em: <<http://www.wellcome.ac.uk/about-us/policy/spotlight-issues/Open-access/Guides/wtx036803.htm>>.

104 Ver o estudo de caso da *Medknow*. Disponível em: <http://www.openAAsis.org/index.php?option=com_content&view=article&id=553&Itemid=378>.

*Consortium for Open Access Publishing in Particle Physics (SCOAP3)*¹⁰⁵, na área de física de alta energia. A iniciativa SCOAP3 reúne um acervo de instituições, laboratórios de pesquisa e sociedades acadêmicas que, juntamente com as entidades nacionais financiadoras de pesquisa, se propõem a pagar certas quantias para as editoras de periódicos da área de física de alta energia, em retorno por colocar todo o conteúdo de suas publicações em Acesso Aberto. O projeto está em fase de aprovação. A física de alta energia é um campo bastante específico, a que se dedica um número muito pequeno de periódicos, que se concentram principalmente em poucos grandes centros de pesquisa, o que torna essa abordagem potencialmente viável. Entretanto, seu potencial de se estender para outros campos e disciplinas parece ser pequeno.

• • • 5.2.4 Acesso Aberto “híbrido”

O Acesso Aberto “híbrido” consiste no pagamento das APCs para colocar em AA artigos específicos contidos em periódicos por assinatura. As editoras listam essa opção para poder dizer que oferecem aos autores uma via para o Acesso Aberto, caso eles queiram aproveitá-la. Em alguns casos, as editoras reduzem o valor das assinaturas, à medida que a receita proveniente da opção de AA aumenta. Porém, na maioria dos casos, isso não acontece, e as editoras se beneficiam da APC de Acesso Aberto como uma taxa *extra*. As entidades financiadoras¹⁰⁶ e as instituições¹⁰⁷ podem ser avessas a pagar as APCs às editoras que adotam essa prática, comumente chamada de “ganho duplo”.

• • • 5.2.5 Livros com Acesso Aberto

As experiências cada vez mais numerosas visam a descobrir modelos para publicação de livros com Acesso Aberto, que sejam viáveis e sustentáveis. As iniciativas têm partido de editoras universitárias e bibliotecas¹⁰⁸, e até mesmo de editoras comerciais. O desenvolvimento de novas tecnologias e plataformas para a produção de livros em um ambiente de AA tem progredido ao longo dos últimos anos. Para citar apenas dois exemplos, existe atualmente um *software* de Código Aberto (*Open Source*) disponível especificamente para a produção de livros em

AA¹⁰⁹, bem como uma nova plataforma de publicação cooperativa, que permite que editoras universitárias e outras editoras de pequeno porte aproveitem todo um conjunto de serviços de publicação mediante o pagamento de uma taxa para se concentrarem mais em suas atividades principais, como encomendas de livros e trabalhos editoriais.¹¹⁰ Dessa forma, há diversas inovações e atividades nessa área.¹¹¹

Os principais modelos de negócios são apresentados nos tópicos seguintes.

..... 5.2.5.1 Subsídio

Este modelo é adotado por algumas editoras universitárias, cuja instituição de origem reconhece o valor da disseminação dos resultados da pesquisa – os livros –, mesmo que haja um custo para ela. A tendência atual entre as universidades é a de considerar que o papel da editora consiste em contribuir com a missão geral da instituição de origem, trazendo com ela mais valor em termos de impacto e prestígio, em vez de buscar o lucro *em si*. Para uma universidade, a notoriedade é um valor tão precioso quanto o monetário, e uma editora universitária pode desempenhar um papel muito importante na sua maximização. Em muitos casos, os retornos financeiros podem ser modestos para a universidade, mas subsidiar as publicações acadêmicas é uma prática bem estabelecida, e que na atualidade pode ser vista com mais confiança do que no passado, mesmo como um investimento em notoriedade e na marca da instituição.

Algumas sociedades acadêmicas também podem trabalhar dessa forma, se forem grandes o suficiente para arcar com alguns dos custos relativos à disseminação.

..... 5.2.5.2 Patrocínio

Embora seja raro, às vezes é possível encontrar patrocínio para uma publicação que, eventualmente, o patrocinador queira apoiar por motivos filantrópicos, ou para ampliar o alcance de uma mensagem específica.

..... 5.2.5.3 Vendas de cópias impressas

Este é o modelo mais comumente utilizado no momento. As editoras universitárias tendem a recorrer a este modelo de negócios, e existe pelo menos um exemplo de editora comercial que também o tem adotado. As editoras colocam a versão digital de seus livros em Acesso Aberto *online* e

105 Disponível em: <<http://scAAP3.org/>>.

106 A *Wellcome Trust* requer maior transparência nos custos da publicação de Acesso Aberto das revistas. Disponível em: <<http://www.wellcome.ac.uk/News/Media-office/Press-releases/2009/WTX057058.htm>>.

107 Disponível em: <<http://tillje.wordpress.com/2009/12/14/policies-of-AA-journal-funds-about-hybrid-AA/>>.

108 Às vezes, são chamados de *librarians*, por terem assumido um papel de editora. Ver Ademaie e Schmidt (2010), na Bibliografia.

109 Por exemplo, a *Open Monograph Press*. Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/omp/>>.

110 Desenvolvido e oferecido pela OAPEN. Disponível em: <<http://project.OApen.org/>>.

111 Ver Ademaie e Schmidt (2010), na Bibliografia.

vendem sua versão impressa. As tecnologias modernas de impressão sob encomenda (*print-on-demand* – POD) suprimem a necessidade de tiragens em quantidades fixas, não havendo mais custos de estoque (armazenagem), nem gestão de exemplares remanescentes. As vendas de versões impressas de um livro conseguem cobrir seus custos de produção e edição. Em pelo menos um caso, uma plataforma de publicação colaborativa e de biblioteca digital – ou seja, uma ferramenta de compartilhamento e *marketing* – foi desenvolvida para ser utilizada por várias editoras, de forma que pudessem dividir tais custos entre elas, reduzindo assim os custos gerais para cada editora participante.¹¹²

5.2.5.4 Outros modelos possíveis

Os livros oferecem oportunidades para outros modelos econômicos e sistemas de estabelecimento de preço inovadores. Por exemplo, é possível desconstruir o conceito de *livro*, ao se distinguir o produto básico – o texto – acrescido de vários níveis de valor agregado. Como exemplos, podemos citar os inúmeros *links*, gráficos adicionais, relações de conjuntos de dados, materiais de apoio pedagógico, traduções, e assim por diante, que podem oferecer aos compradores a opção de pagar um pouco a mais por quaisquer itens extras que desejarem. Esse modelo foi adotado pelo Banco Mundial, que transformou suas atividades editoriais de livros comerciais em atividades editoriais de livros com Acesso Aberto.

5.3 Dados Abertos

Quando existe uma infraestrutura organizada de Dados Abertos, o modelo de negócios pode se dar por meio de patrocínio de órgãos públicos (como as centrais de dados do Centro Nacional de Informação em Biotecnologia e do Conselho de Pesquisa do Reino Unido), ou pode ser financiado por comunidades (como os serviços de dados do Instituto Europeu de Bioinformática).

As instituições podem criar repositórios de dados específicos, embora esse desenvolvimento seja relativamente novo, e ainda são poucas as instituições que avançaram nessa direção. Normalmente, os dados são depositados e armazenados em um repositório institucional geral, de forma que a instituição se responsabiliza por sua gestão e preservação.

Os grupos de pesquisa podem publicar conjuntos de dados em seus *sites* na internet: nesses casos, o modelo adotado também é o institucional.

¹¹² Disponível em: <<http://www.OAopen.org/home>>.

5.4 Custos do sistema

Vários estudos foram realizados ao longo dos últimos cinco anos, para analisar os custos e os benefícios das formas tradicionais e modernas de comunicação científica. Todos esses estudos econômicos indicaram que, em geral, seja qual for o modelo de negócios, seria menos dispendioso migrar para um sistema de publicação de trabalhos científicos com Acesso Aberto, devido aos ganhos de eficácia e à redução de custos operacionais nas instituições de pesquisa, além de trazer benefícios para toda a sociedade.

Os estudos foram realizados na Austrália, no Reino Unido, na Dinamarca, nos Países Baixos e nos Estados Unidos.¹¹³ Todos os casos demonstraram que poderia ser feita uma economia significativa, pela publicação de periódicos com Acesso Aberto ou pela utilização da rede de repositórios institucionais para disseminar conhecimento.¹¹⁴ Portanto, a migração para o AA será mais eficiente para a comunicação do conhecimento científico, e não exigirá o investimento de mais recursos no sistema de disseminação: na verdade, trará mais possibilidades de economia financeira.

Pontos essenciais dos modelos de negócios para o Acesso Aberto

- ▶ Novos modelos de negócios estão sendo desenvolvidos para apoiar os esforços em favor da informação “aberta”.
- ▶ Esses novos modelos são desenvolvidos e testados para o Acesso Aberto de periódicos, livros, repositórios, bem como serviços de dados e repositórios.
- ▶ Esses novos modelos não exigirão a busca de mais recursos financeiros para a comunicação científica.

¹¹³ Ver Houghton e outros (2006a, 2006b, 2009a, 2009b), *Knowledge Exchange* (2009) e CEPA (2011). As referências completas encontram-se na Bibliografia.

¹¹⁴ Por exemplo, o estudo do Reino Unido demonstrou uma relação de custo-benefício 40 vezes maior por meio do Acesso Aberto “verde”; por outro lado, para os Estados Unidos, o benefício do Acesso Aberto de todas as pesquisas publicadas pelos principais órgãos federais é entre 4 e 25 vezes superior ao custo.

CAPÍTULO 6. Direitos autorais e licenciamento

Embora a legislação sobre direitos autorais varie de uma jurisdição territorial para outra, existe, de modo geral, uma cláusula que confere permissão especial de “uso devido” (*fair use*) ou “tratamento justo” (*fair dealing*) de uma obra protegida, a fim de considerar as necessidades especiais da comunidade acadêmica. Isso permite, por exemplo, fazer uma cópia de uma obra escrita para fins de estudo privado, ou reproduzir partes da obra em outros trabalhos de natureza científica. As modalidades de aplicação dessa regra diferem em cada jurisdição territorial.

Os direitos autorais exercem um papel central no Acesso Aberto, uma vez que a acessibilidade depende totalmente da titularidade desses direitos, ou seja, depende do detentor do direito autoral. O AA é possível somente se o detentor do direito autoral da obra concordar. Caso o detentor não dê permissão, o AA deixa de ser possível para aquela obra. A oferta de AA não pode apelar para exceções à lei dos direitos autorais com base no “uso devido” ou no “tratamento justo”, de modo que, se o AA for o objetivo, devem ser tomadas medidas adequadas para assegurar que o direito autoral não venha a atuar como obstáculo.

6.1 Direitos autorais e o Acesso Aberto

• • • 6.1.1 Propriedade intelectual de trabalhos acadêmicos

Em geral, o detentor da propriedade intelectual de um artigo de periódico ou de um livro é o autor, exceto nos casos em que as cláusulas do contrato atribuem essa propriedade a seu empregador. Essa situação pode ocorrer, por exemplo, quando pesquisadores trabalham para instituições públicas de pesquisa.

Contudo, tradicionalmente, os cientistas que submetem um artigo a um periódico especializado, para possível publicação, transferem o direito autoral – que, na verdade, consiste em um conjunto de direitos – para a editora do periódico, ao assinar um acordo de cessão de direitos de autor. Dentro desse conjunto de direitos, está o direito de *publicar a obra*, que é exatamente o propósito do autor. Muitos desses acordos de publicação impõem severas restrições ao uso da obra. Em alguns casos, podem até mesmo restringir o uso da obra *pelo próprio autor* em suas atividades de ensino e pesquisa.

É perfeitamente possível que um cientista tenha seus trabalhos publicados, sem ceder a *totalidade* dos direitos. O cientista pode conservar alguns desses direitos, de modo a manter para si a liberdade de divulgar sua obra em canais alternativos, paralelamente à sua publicação no periódico de sua escolha. A forma mais comum de proceder consiste em conceder à editora uma licença para publicar a obra, preservando para si o restante do conjunto de direitos. As editoras podem usar essa fórmula para adquirir apenas os direitos necessários para publicar o trabalho. Essa parece ser a tendência geral. Um estudo realizado em 2008 indicou que o número de editoras que exigiam do autor a cessão dos direitos autorais havia se reduzido, de 83%, em 2003, para 61%, em 2005, e 53%, em 2008. Em 2005, verificou-se que 3% das editoras não exigiam do autor qualquer forma de acordo por escrito, número que aumentou para quase 7% em 2008.¹¹⁵

• • • 6.1.2 Divulgação da obra em Acesso Aberto

Frequentemente, os cientistas desconhecem o que lhes é permitido fazer para divulgar seus artigos, mesmo depois de assinar um acordo de cessão de direitos autorais com uma editora. Muitas vezes, esse acordo costuma ser muito mais permissivo do que os autores pensam.¹¹⁶ Quase 60% dos periódicos especializados permitem

115 J. Cox e L. Cox (2008), ver referência completa na Bibliografia.

116 Ver Morris (2009), referência completa na Bibliografia.



o autoarquivamento de *postprints*, mas geralmente exigem um período de embargo; por outro lado, o terço restante dos periódicos permite o autoarquivamento de *preprints*.¹¹⁷ Portanto, a crença generalizada de que as editoras impedem sistematicamente o Acesso Aberto é em grande medida um equívoco.

No entanto, algumas editoras não permitem que os autores concedam acesso a suas próprias obras, e muitas permitem o autoarquivamento apenas após decorrido o período de embargo, com o objetivo de preservar sua receita com as vendas. Além disso, as editoras podem vir a alterar suas posições. Já houve casos de editoras que mudaram sua atitude quanto ao autoarquivamento, à medida que essa prática se tornou mais comum.

A forma mais simples de assegurar que uma obra seja de Acesso Aberto, sem problema algum, consiste em conservar o direito de divulgá-la dessa forma. Esse direito pode ser conservado pelos próprios autores ou por um agente que esteja autorizado por ele a atuar em seu nome. Essas duas situações são distintas, e convém descrevê-las rapidamente.

6.1.2.1 Direitos conservados pelo autor

Como mencionado acima, no momento em que um artigo é aceito para ser publicado, a editora pede que os autores assinem um acordo de cessão de direitos, por meio do qual ela se torna a proprietária do conjunto completo de direitos de propriedade intelectual. A partir desse ponto, o Acesso Aberto permanece inteiramente a critério da editora. Contudo, nessa etapa do processo, os autores podem negociar com a editora para preservar os direitos necessários para tornar seu trabalho disponível e aberto.

O termo *negociação* não implica barganha: existem instrumentos que ajudam o autor a emendar o contrato de cessão de direitos, de modo a garantir para si os direitos necessários. Trata-se de “cláusulas adicionais do autor”, fórmulas específicas de linguagem jurídica que os autores podem acrescentar a um contrato com a editora, que determinam os direitos que o autor preservará para si após entregar à editora um artigo para ser publicado. As cláusulas adicionais podem variar bastante, de modo que é preciso ter o cuidado de escolher uma que convenha ao autor – ou à instituição – em cada caso específico. Muitas cláusulas adicionais permitem apenas que o autor utilize seu trabalho para fins não comerciais, por exemplo, o que pode funcionar caso o autor esteja publicando um artigo em um periódico especializado, mas talvez imponha restrições excessivas caso se trate de outro tipo de trabalho.

Duas cláusulas adicionais de uso corrente pelo autor são a do SPARC/*Science Commons*¹¹⁸ e a do SURF/JISC.¹¹⁹ Algumas universidades, como a Universidade da Califórnia, em Berkeley, vêm adotando medidas para incentivar seus docentes a preservar todos os direitos de propriedade intelectual, ou a recorrer apenas a editoras que “adotem práticas empresariais razoáveis”.¹²⁰

Às vezes, as instituições estabelecem que os autores devem propor seus próprios acordos às editoras. Geralmente, os acordos elaborados pelas instituições contêm uma cláusula determinando os termos pelos quais a própria instituição detém algum grau de direito para fazer uso da obra. Em 2006, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) desenvolveu uma cláusula adicional para seus pesquisadores; em 2007, um grupo de 12 universidades de pesquisa produziu uma “Cláusula Adicional do Comitê de Cooperação Interinstitucional”¹²¹; no mesmo ano, a Universidade da Califórnia produziu sua própria Emenda aos Acordos de Publicação.¹²² Outras cláusulas ou acordos adicionais foram elaborados por algumas universidades e institutos de pesquisa.¹²³ As políticas institucionais sobre direitos autorais vêm se multiplicando, à medida que o Acesso Aberto passa a ser a prática dominante. Ao mesmo tempo, as universidades tentam impedir que os resultados de pesquisas futuras venham a se tornar propriedade das editoras.

Por exemplo, a Universidade do Texas determina, em suas diretrizes sobre gestão de direitos autorais, que seus pesquisadores tratem desses direitos relativos a seus artigos tendo em vista o benefício “dos autores, dos cidadãos do Texas, do governo do estado, das instituições participantes e do Sistema da UT”. As editoras não são obrigadas a aceitar as cláusulas adicionais do autor, embora muitas o façam, inclusive algumas das maiores editoras, ainda que o autor tenha de realizar essa solicitação em termos específicos, não se tratando de uma opção aberta à editora. No caso da política dos NIH – a política da *Wellcome Trust* é de natureza

118 Essas duas organizações desenvolveram conjuntamente o *Scholar's Copyright Addendum Engine*, que inclui uma série de adendos, inclusive o próprio adendo do autor da SPARC, disponível em: <<http://sciencecommons.org/projects/publishing/scae/>>; além de uma brochura sobre direitos, disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/author/index.shtml>>.

119 A SURF/JISC *Copyright Toolbox*, desenvolvida pela SURF Foundation dos Países Baixos e pelo *Joint Information Systems Committee* (JISC) do Reino Unido, incorpora uma licença para a publicação que os autores podem apresentar às editoras. Isso lhes permite conservar para si mesmos um conjunto de direitos quanto ao uso de seu próprio trabalho. A *Toolbox* oferece também exemplos de fórmulas verbais que podem ser usadas caso o autor ou a editora desejem fazer uma emenda na licença do acordo-padrão de publicação. Disponível em: <<http://copyrighttoolbox.surf.nl/copyrighttoolbox/authors/>>.

120 *University of California Statement of Principles on Scholarly Publishing* (2005). Disponível em: <http://senate.britain.dnsalias.net/sites/default/files/recommendations-reports/statement_of_principles_for_web.pdf>.

121 Disponível em: <<http://www.lib.umn.edu/scholcom/CICAAuthorsRights.pdf>>.

122 Disponível em: <<http://osc.universityofcalifornia.edu/manage/model-amendment.pdf>>.

123 O *Open Access Directory* traz uma lista de cláusulas adicionais. Disponível em: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Author_addenda>.

117 Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/statistics.php?la=en>>.

semelhante –, que estipula que os autores devem preservar os direitos não exclusivos de tornar seus futuros artigos acessíveis por meio do Acesso Aberto, é bem verdade que algumas editoras, a princípio, declararam que não publicariam trabalhos financiados pelos NIH nessas condições. O desfecho, entretanto, foi que essas editoras recusaram de tal postura e, atualmente, nenhuma editora se recusa a publicar artigos sobre pesquisas financiadas pelos NIH, mesmo na vigência das condições impostas pela instituição.¹²⁴

6.1.2.2 Direitos conservados pelo empregador

Como mencionado acima, no caso de instituições públicas de pesquisa, o empregador costuma ser o detentor dos direitos sobre os resultados produzidos por seus empregados. Esse acordo firmado com o empregado, como condição do contrato de trabalho, precede qualquer acordo subsequente com uma editora, tornando-o nulo.

As universidades também podem usar essa fórmula, e algumas vem fazendo isso. O exemplo mais proeminente é o da Universidade de Harvard, que assumiu esses direitos por votações unânimes realizadas em uma série de reuniões do corpo docente. Os professores votaram a favor de conceder à Universidade o direito não exclusivo e irrevogável de publicar os artigos acadêmicos de sua autoria, para fins não comerciais.¹²⁵

Outras universidades também estabeleceram direitos dessa natureza. Por exemplo, a *Queensland University of Technology* (QUT), em Brisbane, Austrália, incluiu em sua Política de Propriedade Intelectual¹²⁶ a seguinte cláusula:

Nos termos de sua política relativa aos direitos de propriedade intelectual, a QUT especifica que toda cessão de direitos autorais de trabalhos científicos de autoria de membros de seu corpo docente está reservada à Universidade para uso perpétuo, irrevogável e não exclusivo da obra em questão, para fins de ensino e pesquisa e para divulgar eletronicamente (com fins não comerciais) por meio do QUT ePrints (o repositório da Universidade), em prazo não superior a 12 (doze) meses após a data de publicação.

Esses acordos firmados com os autores, estabelecidos pelos empregadores antes que qualquer acerto posterior venha a ser firmado com as editoras, permitem uma administração adequada de direitos, indispensável para assegurar o Acesso Aberto, independentemente

da posição da editora. É claro que a editora tem toda a liberdade de se recusar a publicar o trabalho nessas condições: esse é o equilíbrio que se busca entre os direitos do autor e os direitos da editora. Como dito, as editoras podem optar por não publicar o trabalho nessas condições, o que é sua prerrogativa.

6.2 Licenciamento

6.2.1 Por que é importante licenciar os conteúdos com Acesso Aberto?

A condição mais fundamental para o Acesso Aberto é tornar possível que cada pessoa possa ler gratuitamente um texto na íntegra, de um artigo de periódico ou parte de um livro. Esta condição, por si só, não responde à verdadeira definição de Acesso Aberto estabelecida pelo “BBB” (Budapeste, Bethesda, Berlin: ver Capítulo 1.3), e certamente não permite novos usos que são tão promissores.

Além disso, se um artigo não trazer qualquer tipo de informação relativa à licença que a ele se aplica, não fica claro para os usuários o que pode ser feito com ele: eles têm permissão para extrair do artigo um gráfico ou tabela para o uso em um outro documento? Eles podem extrair dados numéricos e acrescentá-los a outra base de dados existente, ou usar trechos do texto para ilustrar um argumento em materiais didáticos digitais postados na internet?

Um licenciamento correto e apropriado estabelece as condições de reutilização e fornecem aos usuários potenciais a segurança de que eles podem utilizar o material para fins específicos, sem enfrentar qualquer acusação eventual. Isso é importante para pessoas que querem saber exatamente a forma lícita para usar o material, e também para explorar serviços de textos e dados de forma a produzir conhecimento. Esse segundo tópico crescerá em importância, à medida que o uso dessas tecnologias for se tornando mais generalizado. Serão necessárias mudanças na legislação em muitas jurisdições territoriais a fim de possibilitar seu uso. À época em que o presente trabalho estava em elaboração, o governo do Reino Unido sinalizou sua intenção de excluir a tecnologia da legislação britânica sobre direitos autorais.¹²⁷ Até o momento, apenas o Japão adotou essa exclusão.

124 As editoras entrevistadas (lista mantida pelo *Open Access Directory*). Disponível em: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Publisher_policies_on_NIH-funded_authors>.

125 Disponível em: <<http://osc.harvard.edu/policies>>.

126 Política de Propriedade Intelectual da QUT. Disponível em: <http://www.mopp.qut.edu.au/D/D_03_01.jsp#D_03_01.05.mdoc>.

127 Ver o anúncio do plano de ação do governo do Reino Unido em resposta a uma análise realizada recentemente para o mesmo governo por Hargreaves (2011), disponível em: <<http://www.bis.gov.uk/news/topstories/2011/Aug/reforming-ip>>; e a íntegra da resposta do governo, disponível em: <<http://www.bis.gov.uk/assets/biscore/innovation/docs/g/11-1199-government-response-to-hargreaves-review>>.



• • • 6.2.2 Princípios do licenciamento

O licenciamento formal ainda não se generalizou na prática do Acesso Aberto, apesar dos benefícios que ele confere. Licenciamento de um artigo ou um livro deixa claro aos usuários o que podem fazer com esse material, permitindo a eles agir com confiança a respeito da permissão de uso da obra, encorajando-os a utilizá-la.

A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste, a Declaração de Berlim e a Declaração de Bethesda sobre Publicação em Acesso Aberto estabeleceram as condições para o AA (ver Capítulo 1.3). Em termos gerais, essas condições são as seguintes:

- A literatura revisada por pares deve estar disponível sem exigência de assinatura ou barreiras de preço.
- A literatura deve estar imediatamente disponível.
- O material publicado pode ser reutilizado de diversas formas, sem necessidade de permissão.

A Iniciativa de Budapeste determina que:

“A única limitação imposta à reprodução e à distribuição, e o único papel que cabe aos direitos autorais nessa área, deve ser o de conferir aos autores o controle sobre a integridade de seu trabalho e garantir seu direito de ser reconhecido e citado de forma correta”.

Isso significa que artigos e livros com Acesso Aberto, incluindo dados, gráficos e suplementos, podem ser, de forma totalmente gratuita, incluídos como *links*, indexados por mecanismos de busca, abertos à extração de citações, sujeitos a varreduras por tecnologias de mineração de dados (*data mining*), colados em outros artigos em *blogs* etc. A única condição é a atribuição de crédito com citação da fonte. A editora pode estar incluída no crédito, embora isso nem sempre aconteça, principalmente com artigos de jornais. No caso de conteúdos de livros com Acesso Aberto, a editora é quase sempre citada nos créditos, em consonância com as normas em vigor na comunidade científica.

• • • 6.2.3 Prática do licenciamento

Portanto, os autores e as editoras que desejarem permitir o verdadeiro Acesso Aberto devem formular suas licenças. Essa exigência pode parecer difícil para algumas editoras – ou para autores que também desejam divulgar seu trabalho anexado a um conjunto claro de permissões.

• • • 6.2.3.1 Repositórios

O quadro é variável no que diz respeito ao conteúdo armazenado nos repositórios. Em geral, os *softwares* utilizados pelos repositórios permitem aos depositantes escolher, entre diferentes tipos de licença, aquela que desejarem aplicar em cada conteúdo depositado, inclusive as licenças da *Creative Commons* (ver adiante). Contudo, isso não é obrigatório, de modo que muitos documentos não trazem qualquer informação relativa à sua licença. Outros contêm uma menção padronizada sobre os direitos autorais (*copyright*), ou alguma condição que trata de usos específicos (por exemplo, apenas para uso não comercial), ou uma licença formal de algum tipo.

• • • 6.2.3.2 Periódicos com Acesso Aberto

Embora o Acesso Aberto gratuito seja o ideal, nem mesmo os periódicos que mais usam o AA o oferecem, preferindo publicar nos termos das condições de direitos autorais mais tradicionais (todos os direitos reservados) e admitindo apenas exceções de uso devido/tratamento justo.¹²⁸

• • • 6.2.3.3 O licenciamento *Creative Commons*

A organização *Creative Commons* desenvolveu uma série de licenças entre as quais autores e editoras podem escolher. Algumas editoras de Acesso Aberto usam as licenças da *Creative Commons* para assegurar que o conteúdo dos artigos publicados em seus periódicos seja reutilizado no sentido mais amplo possível (Acesso Aberto livre): ou seja, que ele possa ser reproduzido, resumido e “misturados” a outros materiais, visando à produção de novas informações, sujeitos a serem “varridos” por ferramentas de exploração de textos e mineração de dados etc.

A *Creative Commons* elaborou uma gama de licenças, a fim de atender a diferentes necessidades. O *site* da *Creative Commons* traz explicações sobre essas licenças e orientações sobre como utilizá-las, para que surtam o melhor efeito possível.¹²⁹ O *site* apresenta também uma ferramenta de geração de licenças para uso das editoras e dos autores de conteúdo.

Para as editoras e os autores que desejarem tornar seus trabalhos o mais livremente reutilizáveis possível, inclusive permitindo a terceiros que queiram, de alguma maneira, reutilizar o material para desenvolver e comercializar

128 O *Directory of Open Access Journals* lista 1.535 periódicos (22% de um total de 6.873) que usam algum tipo de licença da *Creative Commons*. Disponível em: <<http://www.doaj.org/?func=licensedJournals>>. Dos periódicos, 763 (11% do total) têm o Selo de Aprovação do SPARC Europe, que exige uma licença CC-BY. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=sealedJournals&uiLanguage=en>>.

129 Disponível em: <<http://creativecommons.org/>>.

novos trabalhos, devem adotar a licença mais adequada que é a “Atribuição” da *Creative Commons* – comumente conhecida como “CC-BY” –, uma ferramenta que exige que o criador da obra seja citado sempre que esta for reutilizada, mas que não impõe qualquer tipo de restrição a essa reutilização.

Para as editoras e os autores que desejam impor restrições a algumas formas de reutilização, como não permitir a elaboração de derivativos comerciais, a *Creative Commons* também tem uma licença que cobre essa possibilidade. As palavras-chave que designam essas licenças CC são: “Atribuição” (CC BY), “Não Comercial” (CC BY-NC), “Sem Derivações” (CC BY-ND), “Compartilha Igual” (partilha nos termos da mesma licença, CC BY-SA).

As licenças da *Creative Commons* oferecem as seguintes vantagens sobre uma licença individualizada:

- É quase certo que exista uma licença pré-elaborada que seja compatível com as exigências do editor, economizando tempo e esforço gastos na redação de uma licença individualizada.
- As licenças da *Creative Commons* são de fácil compreensão e comumente utilizadas, de modo que um leitor ou reutilizador em potencial entenderá imediatamente as condições contidas nelas.
- As licenças comportam metadados legíveis por máquinas, que simplificam os processos automatizados efetuados por ferramentas de coleta e mineração de dados: essas ferramentas são capazes de reconhecer o tipo de licença e, portanto, por meio da licença legível por máquina, conseguem saber quais são os conteúdos que estão autorizados a ser coletados e trabalhados.

Pontos essenciais sobre direitos autorais

- ▶ O Acesso Aberto requer o consentimento do detentor dos direitos autorais.
- ▶ Os direitos autorais são um conjunto de direitos.
- ▶ A prática mais comum consiste em ceder o conjunto de direitos para a editora do periódico, embora, na maioria dos casos, isso não seja necessário: as editoras podem realizar seu trabalho, contanto que o autor atribua a elas o direito de publicar a obra.
- ▶ Os autores e outros detentores de direitos autorais (empregadores e financiadores) podem preservar os direitos de que necessitam para assegurar que a obra seja de Acesso Aberto.
- ▶ É preferível conservar previamente os direitos suficientes para permitir o Acesso Aberto do que tentar obter essa permissão após a publicação.
- ▶ Licenciamento de trabalhos científicos sob licença é uma boa prática, porque esclarece ao usuário o que e quanto lhe é permitido fazer com a obra; portanto, é uma prática que pode incentivar seu uso.
- ▶ Atualmente, apenas uma parcela mínima da literatura com Acesso Aberto é formalmente licenciada, incluindo conteúdos de AA publicados em periódicos.
- ▶ O licenciamento da *Creative Commons* é a melhor solução, porque o sistema é bem conhecido, porque oferece uma série de licenças que cobrem todas as necessidades e porque as licenças são legíveis por máquinas.
- ▶ Sem uma licença da *Creative Commons* mais adequada, na maioria das jurisdições, a exploração de textos e a mineração de dados precisarão de emendas à legislação de direitos autorais, a fim de permitir esses processos em materiais não abrangidos pela licença dada a eles.

CAPÍTULO 7. Estratégias para a promoção do Acesso Aberto

As estratégias para a promoção do Acesso Aberto se enquadram em três grandes categorias – **formulação de políticas, sensibilização e desenvolvimento de infraestrutura**. Essas três grandes estratégias foram usadas em diversos âmbitos e, em alguns casos, envolveram argumentos favoráveis ao AA, alinhados a outros em apoio a questões do movimento à informação “aberta” (como Recursos Educacionais Abertos e *softwares* de Código Aberto). Embora essa prática, em algumas circunstâncias, possa resultar em uma forte justificativa, deve-se lembrar que o argumento a favor do AA à informação científica se sustenta por si só, e não precisa, necessariamente, ser reforçado por outra causa para desenvolver um programa de divulgação eficaz.

No entanto, vem se tornando cada vez mais difícil separar os argumentos a favor do Acesso Aberto da literatura científica e seus militantes em favor dos Dados Abertos, uma vez que os objetivos são muito semelhantes, e as metas visadas, em termos de progresso científico, são praticamente indistinguíveis. As políticas nessas áreas estão projetadas nas mesmas linhas, além de as atividades de sensibilização terem se ampliado e de o desenvolvimento de infraestrutura tratar da necessidade de fornecer acesso, tanto à literatura acadêmica quanto a dados de pesquisa. Devido a essa crescente convergência, a UNESCO constata que, no futuro, será necessário integrar estratégias de Dados Aberto às estratégias em favor do Acesso Aberto. Essas estratégias são realizadas nos âmbitos institucional, nacional e internacional.

7.1 Estratégias voltadas para a formulação de políticas

Não há dúvida de que as políticas formuladas por financiadores e instituições de pesquisa, além de outras organizações importantes em matéria de pesquisa, têm permitido uma melhor conscientização sobre o Acesso Aberto, bem como acelerado seu desenvolvimento nas áreas em que essas políticas são aplicáveis. Pelo simples fato de existirem, as políticas servem para promover os objetivos do Acesso Aberto, despertar interesse, incentivar ações concretas e servir de exemplo a outros.

Portanto, muitos indivíduos, grupos e organizações que promovem o Acesso Aberto concentram suas atividades nos esforços de convencer instituições e financiadores de pesquisas, bem como outras organizações influentes, da necessidade de uma política que trata do Acesso Aberto. Cada vez mais, os governos e outros órgãos do setor público vêm se interessando e ouvindo os argumentos a favor da abertura da literatura científica – e também dos dados. Em alguns casos, já foram tomadas medidas legislativas.

Atualmente, há estudos que tratam de propostas de legislação, sobre a oferta do Acesso Aberto em si, ou sobre mudanças nas leis de direitos autorais (*copyright*) que contribuam para esse avanço em direção à abertura. Exemplos dessas propostas são encontrados no Brasil, na Argentina, na Alemanha e na Polônia. Na Ucrânia, já existe uma lei¹³⁰, aprovada em 2007, que faz parte do desenvolvimento da sociedade da informação daquele país; e, na Espanha, a recente Lei Nacional de Ciência traz um capítulo que trata especificamente do Acesso Aberto (ver Capítulo 8.1).

Seguem-se alguns exemplos bem-sucedidos de implementação de políticas¹³¹, que aceleraram e promoveram o Acesso Aberto:

130 Disponível em: <<http://www.eprints.org/openaccess/policysignup/fullinfo.php?inst=The%20Parliament%20of%20Ukraine%20%28Verhovna%20Rada%29>>.

131 Uma lista completa das atuais políticas de cumprimento obrigatório sobre Acesso Aberto pode ser encontrada no *Registry of Open Access Mandatory Archiving Policies* (ROARMAP). Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/>>.

Políticas obrigatórias de âmbito institucional

- A primeira política de âmbito institucional da Escola de Eletrônica e Ciência da Computação da Universidade de Southampton, Reino Unido, de 2002.
- A primeira política pan-institucional da Universidade de Tecnologia de Queensland, de 2004.
- A primeira política institucional aplicada na Índia, do Instituto Nacional de Tecnologia, em Rourkela, de 2006.
- Oito políticas que tratam especificamente do corpo docente e que foram adotadas por diferentes faculdades da Universidade de Harvard, entre 2008 e 2011.

Políticas obrigatórias de âmbito nacional

- As políticas de Acesso Aberto adotadas pelos sete Conselhos de Pesquisa do Reino Unido, entre 2005 e 2011.
- A política de Acesso Aberto adotada pelos *National Institutes of Health* (NIH) dos Estados Unidos, em 2007.

Políticas obrigatórias de âmbito internacional

- A política adotada pela *Wellcome Trust*, em 2005.
- A política internacional multi-institucional do Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas de Zonas Tropicais Semiáridas (ICRISAT), com sede em Hyderabad, Índia, de 2009.
- A política que abrange 20% das pesquisas realizadas sob o 7º Programa-quadro da União Europeia.

O êxito de longo prazo das políticas de Acesso Aberto será mensurado pelo volume de conteúdos produzidos com AA e pela conformidade com as definições de AA (ver Capítulo 1.3). Algumas instituições que adotaram essa política – mas não todas – criaram seus mecanismos de controle de qualidade para sua aplicação, que levaram a reforçar essa política; aqui, destaca-se pelo menos um caso, os NIH. Sabe-se que os níveis de observância da aplicação da política variam consideravelmente. A eficácia dos diferentes tipos de política é discutida no Capítulo 8.

7.2 Estratégias voltadas para a sensibilização

As estratégias voltadas para a sensibilização da causa do Acesso Aberto têm se concentrado em dois grandes objetivos: reunir os elementos factuais que demonstram as vantagens do AA e convencer os tomadores de decisão, financiadores e gestores de pesquisa.

A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI) foi uma das primeiras iniciativas formais organizadas nessa área. Publicada em 2002, ela estabeleceu as diretrizes para a defesa do AA durante todo o restante da década. Financiada em sua fase de conceituação pelo Instituto Sociedade Aberta – denominado atualmente de Fundações Sociedade Aberta; ver Capítulo 7.4 –, a BOAI apresentou, em poucos parágrafos claros e isentos de ambiguidade, uma descrição e um conjunto de objetivos em torno dos quais os defensores poderiam se unir para promover a ideia de uma ciência mais aberta. Esse texto pode ser assinado por instituições e fundações que se comprometam com seus objetivos, e continua a ser um instrumento poderoso em defesa do Acesso Aberto, assim como a Declaração de Berlim – que também convida e coleta assinaturas de instituições dispostas a assumir o compromisso.

A partir de 2002, as atividades de sensibilização têm se intensificado. Foram criadas organizações com a finalidade específica de promover o Acesso Aberto – ver Capítulo 7.4 –, algumas com mandato internacional, outras de âmbito operacional nacional ou regional. A base de argumentos demonstrativos sobre os benefícios do AA vem crescendo, o que demonstra o valor do interesse pela acessibilidade da informação científica, não apenas por parte dos cientistas, mas também por parte de outros grupos – ver Capítulo 4.

Os esforços de sensibilização visam a atingir os tomadores de decisão, pesquisadores e, cada vez mais, estudantes que sejam receptivos ao conceito de *abertura* e favoráveis ao desenvolvimento das melhores formas de comunicação científica, e que são os cientistas do futuro. Os jovens cientistas de hoje constituem o terreno fértil da mudança cultural. O movimento estudantil *Free Culture* (Cultura Livre)¹³² e a *Right to Research Coalition* (Coalizão pelo Direito à Pesquisa)¹³³ são exemplos de militância estudantil a favor de uma ciência mais aberta.

Como seria de se esperar, as bibliotecas de pesquisa exercem um papel importante no movimento em defesa do Acesso Aberto. A SPARC – e suas correspondentes europeia e japonesa – é uma organização de defesa de grande eficácia, que conseguiu instaurar mudanças em muitos âmbitos. Há também a Liga Europeia de Bibliotecas de Pesquisa (*Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche* – LIBER) e a *Electronic Information for Libraries* (EIFL).

Além disso, existem atores da própria comunidade de pesquisa, incluindo gerentes sêniores: entre eles, um da

132 Disponível em: <<http://freeculture.org/>>.

133 Disponível em: <<http://www.righttoresearch.org/>>.



Enabling Open Scholarship, uma organização internacional de gestores de universidades que promovem os princípios e as práticas da pesquisa aberta. Uma lista dessas e de outras organizações encontra-se no Capítulo 7.4.

Contudo, a sensibilização não se limita a organizações especializadas. Ela acontece também nas bases, no âmbito local e em todo o mundo. Em 2008, a Biblioteca Pública de Ciência lançou o Dia do Acesso Aberto, que obteve tamanho êxito que, no ano seguinte, o evento se prolongou por uma semana inteira, o que vem acontecendo desde então. Em 2010, a Semana do Acesso Aberto¹³⁴ envolveu milhares de manifestações em 90 países, e o movimento não para de se ampliar. A UNESCO promove essas celebrações ativamente.¹³⁵

7.3 Estratégias voltadas para o desenvolvimento de infraestruturas

O Acesso Aberto não poderá se tornar realidade de forma plena, se não estiver instalada uma infraestrutura adequada que garanta o acesso em todos os lugares do mundo, bem como uma verdadeira interoperabilidade. No Capítulo 2.1, a questão da interoperabilidade foi mencionada no contexto das normas técnicas para os metadados utilizados pelos repositórios – para garantir que todo o material em Acesso Aberto seja descrito de forma padronizada, ou seja, basicamente da mesma forma. Isso, contudo, não é o suficiente, pois ainda resta muito a ser feito para se construir as bases sólidas dessas infraestruturas.

Até o presente, o que foi possível foi a criação de uma rede *online* de repositórios e de acervos de periódicos com Acesso Aberto, assim como a consolidação de organizações que definem e respeitam as normas técnicas, encontram soluções técnicas para os problemas mais prementes e promovem o Acesso Aberto. Os componentes essenciais estão instalados, mas continuam os problemas de interoperabilidade relativos à transferência da informação de um repositório para outro, a relatórios de uso, à avaliação de impacto e ao gerenciamento e à preservação das identidades, bem como alguns problemas difíceis relativos ao acesso a dados de pesquisa. Essas são as áreas em que o trabalho deverá se concentrar no futuro.

134 Disponível em: <<http://www.openaccessweek.org/>>.

135 Em 3 de novembro de 2015, a 38ª sessão da Conferência Geral da UNESCO proclamou o dia 28 de setembro como o *Dia Internacional do Acesso Universal à Informação*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002352/235297e.pdf>>.

7.4 Organizações engajadas na promoção do Acesso Aberto

São muitas as organizações, grandes e pequenas, que estão engajadas na promoção do Acesso Aberto. A lista a seguir, que de forma alguma é completa, apresenta uma seleção das organizações de maior proeminência. Todas elas têm competências distintas, e cada uma oferece possibilidades de colaboração e parceria com a UNESCO.

Organizações representantes da comunidade internacional de bibliotecas

- *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition (SPARC)*¹³⁶ – criada pela *Association of Research Libraries* dos Estados Unidos.
- *SPARC Europe*¹³⁷ – equivalente europeia da SPARC norte-americana. Tal como a SPARC Japão, opera seu próprio programa de atividades. Apesar de seguirem agendas independentes, as três organizações trabalham de forma colaborativa em uma série de iniciativas.
- SPARC Japão.¹³⁸
- *Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche (LIBER)*.¹³⁹
- *Electronic Information for Libraries (EIFL)*¹⁴⁰ – uma organização internacional que trabalha em colaboração com bibliotecas de mais de 45 países em desenvolvimento e em transição da África, da Ásia e da Europa, que facilita o acesso ao conhecimento para educação, aprendizagem, pesquisa e desenvolvimento comunitário sustentável.
- *Confederation of Open Access Repositories (COAR)* – uma organização que reúne gestores de repositórios de todo o mundo, lançada em 2009.¹⁴¹
- *Red Federada Latinoamericana de Repositorios Institucionales de Publicaciones Científicas (La Referencia, antiga Red CLARA)*.¹⁴²
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).¹⁴³

136 Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/>>.

137 Disponível em: <<http://www.sparceurope.org/>>.

138 Disponível em: <<http://www.nii.ac.jp/sparc/en/>>.

139 Disponível em: <<http://www.libereurope.eu>>.

140 Disponível em: <<http://www.eifl.net/>>.

141 Disponível em: <<http://coar-repositories.org/>>.

142 *La Referencia*. Disponível em: <<http://lareferencia.redclara.net>>.

143 Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>.

Em todo o mundo, há também um grande número de organizações nacionais de bibliotecas que promovem o Acesso Aberto como parte de suas atividades.

Organizações internacionais que surgiram da comunidade científica

- *Open Knowledge Foundation (OKF)* – criada em 2004 para promover o Acesso Aberto ao conhecimento de todos os tipos. Tem sede no Reino Unido, mas alcance internacional.¹⁴⁴
- *Enabling Open Scholarship (EOS)* – criada em 2009 para promover os princípios e as práticas da pesquisa aberta a gestores de institutos de ensino superior e de pesquisa.
- *Center for Internet and Society (CIS)* – criado em 2008, em Bangalore, na Índia, trabalha em questões relacionadas ao impacto social da internet, inclusive o Acesso Aberto. Embora tenha sede na Índia, a missão do CIS enfatiza o diálogo e os intercâmbios Sul-Sul.¹⁴⁵

Organizações de infraestrutura

- *Joint Information Systems Committee (JISC)* – organização nacional de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para o ensino superior do Reino Unido, que patrocina um programa abrangente de pesquisa que estuda o desenvolvimento de infraestrutura com base em evidências.¹⁴⁶
- Fundação SURF – organização de TIC dos Países Baixos, que financia trabalhos que visam a promover inovações com base em tecnologia da informação no ensino superior e na pesquisa.¹⁴⁷
- Federação dos Repositórios Digitais – coalizão de universidades japonesas que apoia mais especificamente as inovações dos repositórios no Japão.¹⁴⁸

Organizações de financiamento que apoiam o Acesso Aberto

- *Open Society Foundations (OSF)* – financia a pesquisa, o desenvolvimento e o trabalho de sensibilização em âmbito internacional em favor do Acesso Aberto.¹⁴⁹
- *Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT)* – órgão nacional de financiamento de

pesquisa na Espanha, que promove a ciência e a tecnologia, inclusive as inovações que facilitam o Acesso Aberto.¹⁵⁰

- *Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG)* – órgão nacional de financiamento de pesquisa na Alemanha. Fornece apoio ao desenvolvimento de infraestruturas e a ações de sensibilização em favor do Acesso Aberto.¹⁵¹
- Comissão Europeia – financia pesquisa e desenvolvimento em toda a União Europeia e fornece apoio ao reforço das infraestruturas e à elaboração de políticas de Acesso Aberto.¹⁵²

Associações de Editores

- *Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA)*¹⁵³ – organização que reúne editoras que publicam periódicos e livros com Acesso Aberto.

Pontos essenciais abordados

- ▶ As estratégias de Acesso Aberto se baseiam na formulação de políticas, no desenvolvimento de infraestruturas e nas ações de sensibilização da causa.
- ▶ As três estratégias deram bons frutos, são interdependentes e estão em andamento.
- ▶ Atualmente, todas as três se entendem cada vez mais, abrangendo também os Dados Abertos.
- ▶ Existem muitos atores que aplicam essas estratégias nos âmbitos internacional, nacional e local, com os quais a UNESCO pode trabalhar e estabelecer parcerias.

144 Disponível em: <<http://okfn.org/>>.

145 Disponível em: <<http://www.cis-india.org/>>.

146 Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk/openaccess>>.

147 Disponível em: <<http://www.surffoundation.nl/en/Pages/default.aspx>>.

148 Disponível em: <<http://drf.lib.hokudai.ac.jp/drf/index.php?Digital%20Repository%20Federation%20%28in%20English%29>>.

149 Disponível em: <<http://www.soros.org/>>.

150 Disponível em: <<http://www.fecyt.es/fecyt/home.do>>.

151 Disponível em: <<http://www.dfg.de/en/index.jsp>>.

152 Disponível em: <<http://ec.europa.eu/research/science-society/index.cfm?fuseaction=public.topic&id=1294&lang=1>>.

153 Disponível em: <<http://www.oaspa.org/>>.

CAPÍTULO 8. Marco de ação para uma política de Acesso Aberto

O desenvolvimento de políticas é de importância crucial para o avanço do Acesso Aberto, e um processo estruturado é a melhor forma de assegurar um resultado satisfatório.¹⁵⁴ Uma política de acompanhamento é indispensável, mesmo nos casos em que o trabalho de sensibilização da causa funcione com a máxima eficácia.

8.1 Desenvolvimento e evolução das políticas

Embora precedida por várias abordagens que incentivaram o Acesso Aberto ou por declarações que aprovaram esse conceito, a primeira política a alcançar um resultado concreto foi a política obrigatória adotada pela Escola de Eletrônica e Ciência da Computação da Universidade de Southampton, no Reino Unido, em 2002. Ela exigia que os autores vinculados à Escola depositassem seus *postprints* – a versão final do autor após o artigo ter sido validado pelos pares – em seu repositório institucional. Em 2004, uma política semelhante foi adotada, abrangendo a totalidade da Universidade de Tecnologia de Queensland, em Brisbane e, mais tarde naquele ano, foi adotada pela Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

Trata-se aqui de *políticas institucionais* – ou subinstitucionais, como no caso de Southampton, uma vez que afeta uma única escola. Por volta dos últimos cinco anos, as instituições de financiamento de pesquisa vêm adotando suas próprias políticas. O primeiro foi a *Wellcome Trust*, uma fundação sediada em Londres, que financia pesquisas biomédicas em todo o mundo e que adotou sua política em 2005, sendo seguida pouco depois pelos *National Institutes of Health* (NIH), dos Estados Unidos.

154 Ver as diretrizes no “Toolkit de Políticas RCAAP OA” de Portugal, disponível em: <<http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/repository?func=startdown&id=336>>.

Paralelamente a essas iniciativas de instituições acadêmicas e de financiamento, ocorreram os primeiros esforços de âmbito nacional. A primeira política nacional foi adotada pela Ucrânia, em 2007. Um projeto de lei sobre política científica, que incluía um capítulo sobre o Acesso Aberto, foi apresentado no início de 2009 na Espanha, e foi ratificado em 12 de maio de 2011.¹⁵⁵ Atualmente, existem projetos de lei em processo de aprovação na Argentina, no México, na Polônia e no Brasil.¹⁵⁶

À época em que o presente capítulo estava em elaboração, havia um total de 297 políticas de cumprimento obrigatório sobre o Acesso Aberto em vigor, adotadas por financiadores de pesquisa (52 políticas), universidades e institutos de pesquisa (132 políticas), bem como departamentos, faculdades ou escolas de instituições de pesquisa (31 políticas).¹⁵⁷ Algumas políticas de cumprimento obrigatório que tratam de teses de doutorado e dissertações de mestrado também foram adotadas em algumas instituições.

A Figura 7 mostra a evolução das políticas obrigatórias de Acesso Aberto ao longo da última década.¹⁵⁸

155 *Ley de la Ciencia* (divulgação à imprensa pelo governo em espanhol), disponível em: <<http://bit.ly/nfeiAC>>. Para uma tradução para o inglês do artigo relevante, ver: <<http://bit.ly/l4wmVQ>>.

156 Essa informação foi publicada em 2012. Em 2016, já se encontram aprovadas as leis que promovem o Acesso Aberto na Argentina e no México. MÉXICO. *Decreto por el que se reforman y adicionan diversas disposiciones de la Ley de Ciencia y Tecnología, de la Ley General de Educación y de la Ley Orgánica del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología*. Disponível em: <<http://www.dof.gob.mx/>>. ARGENTINA. *Ley 26899: Creación de Repositorios Digitales Institucionales de Acceso Abierto, Propios o Compartidos*. Disponível em: <<http://repositorios.mincyt.gob.ar/>>.

157 Já em 2016, existem em vigor um total de 771 políticas de cumprimento obrigatório sobre o Acesso Aberto, adotadas por financiadores de pesquisa (133 políticas), universidades e institutos de pesquisa (565 políticas), bem como departamentos, faculdades ou escolas de instituições de pesquisa (73 políticas).

158 O *Registry of Open Access Repository Mandatory Archiving Policies* (ROARMAP) monitora o aumento das políticas. Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/>>.

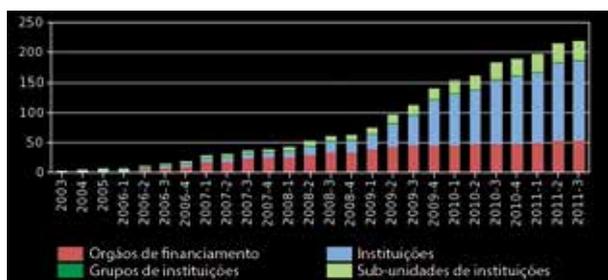


Figura 7 – Evolução das políticas obrigatórias de Acesso Aberto (dados para os anos a partir de 2005, mostrados por trimestre)
Fonte: ROARMAP¹⁵⁹

8.2 Questões sobre as políticas

• • • 8.2.1 Facultativa ou obrigatória

Esse crescimento do número de políticas é certamente bem-vindo, mas ainda existem milhares de universidades, institutos de pesquisa e financiadores de pesquisa, em todo o mundo, que ainda não implementaram uma política de Acesso Aberto. Na ausência dessas políticas, a proporção de trabalhos científicos (resultados de pesquisas) depositados em um repositório (por autoarquivamento) continua muito baixo, não ultrapassando de 20% a 30% do total dos trabalhos realizados.

As evidências demonstram de forma inequívoca que, para que tenham efeitos reais, as políticas de instituições como as financiadoras de pesquisa devem ser de caráter obrigatório. Uma política institucional de natureza obrigatória adotada por uma instituição consegue ser bem-sucedida após dois anos de acúmulo de conteúdos arquivados em seu repositório, sendo capaz de elevar para 60% a média de arquivamento de sua produção total.¹⁶⁰ A Figura 8 mostra os níveis de Acesso Aberto nos repositórios das instituições que adotaram políticas de cumprimento obrigatório, comparados às instituições que adotaram políticas de caráter facultativo.

Constata-se que os pesquisadores aceitam de bom grado as obrigações impostas a eles.¹⁶¹ Um reflexo desse fato é o crescimento recente das políticas com base no modelo de Harvard, no qual cada membro do corpo docente deve votar a favor ou contra a obrigatoriedade do Acesso Aberto.

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/>>. Acesso em: fev. 2016.

¹⁶⁰ Estudos realizados por Sales (2006) e Gargouri e outros (2010) produziram dados que demonstram esse fato; ver referências completas na Bibliografia.

¹⁶¹ Nos levantamentos, mais de 80% dos autores afirmam que estariam dispostos a cooperar com essa determinação, e outros 14% dizem que o fariam com algumas reservas. Ver Swan e Brown (2005); referências completas na Bibliografia.

Em maio de 2005, os NIH adotaram uma política de cumprimento facultativo, mas, apesar da ampla divulgação e das informações repassadas aos beneficiários dos financiamentos, a taxa de observância permaneceu renitentemente baixa – inferior a 5% no primeiro ano, e não muito mais alta no ano seguinte. O Congresso dos Estados Unidos, então, determinou que os NIH tornassem a política de cumprimento obrigatório, o que entrou em vigor no início de 2008. A observância, atualmente, é bem superior a 50% e continua a crescer.

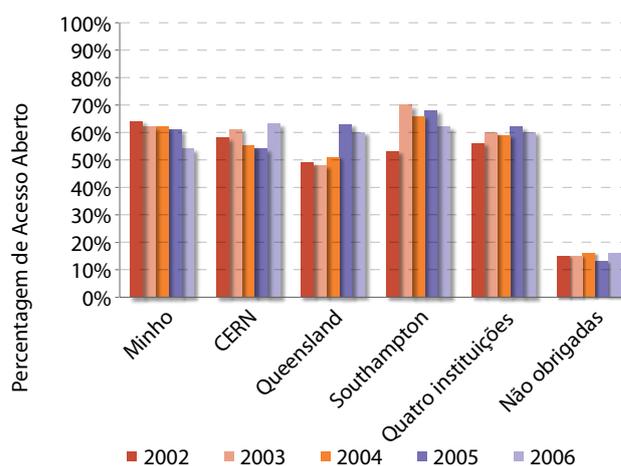


Figura 8 – Percentagem do total da produção de artigos em periódicos institucionais publicados com Acesso Aberto por autoarquivamento em repositórios de quatro instituições (Universidade do Minho, Universidade de Southampton, Universidade de Tecnologia de Queensland e CERN) que adotam políticas de cumprimento obrigatório, comparada aos níveis de autoarquivamento em instituições nas quais o depósito dos artigos em repositórios é facultativo

Fonte: GARGOURI et al., 2010.

• • • 8.2.2 Tipos de Acesso Aberto

Uma política pode abranger apenas o Acesso Aberto “verde”, ou o “verde” e o “dourado”, mas existe uma diferença de enfoque para cada um desses tipos. Embora o AA “verde” – que usa o autoarquivamento em repositórios – possa ter se tornado obrigatório pelas instituições ou pelos financiadores, seria extremamente problemático se uma política insistisse no AA “dourado”: isso significaria obrigar os cientistas a publicar em periódicos específicos. Até o presente, não existe uma política de cumprimento obrigatório que trata do AA “dourado”, embora muitas delas incentivem os cientistas a publicar em um periódico em Acesso Aberto, caso exista um que seja apropriado.

Algumas instituições de financiamento – e poucas universidades – oferecem também fundos expressamente destinados a cobrir despesas com a taxa de processamento cobrada por artigos de periódicos



com Acesso Aberto. Um número mais elevado dessas instituições não atribui fundos adicionais, mas permite que as subvenções sejam usadas para cobrir despesas com a taxa de processamento. Deve-se observar que, há décadas, tem sido empregada a prática do uso de fundos para pagar as despesas de impressão colorida ou impressão de páginas de periódicos vendidos por assinatura: os financiadores que autorizam esse tipo de prática poderiam considerar, agora, os requisitos de Acesso Aberto desses artigos como contrapartida ou pagamento de um tipo de imposto fiscal para o direito de acesso a esses periódicos.

Todas as políticas de cumprimento obrigatório privilegiam a via “verde” de Acesso Aberto. Elas exigem que os artigos sejam depositados em um repositório e disponibilizados gratuitamente em AA, em uma data apropriada.

• • • 8.2.3 Local de depósito

Muitos financiadores adotam políticas que estipulam apenas que os artigos sejam depositados em um “repositório adequado”, reconhecendo que, nas disciplinas financiadas por eles, o pesquisador pode escolher entre vários repositórios. Na física, por exemplo, os cientistas talvez prefiram depositar seus artigos no repositório central arXiv, e não no de sua instituição. Em outras disciplinas nas quais não exista um repositório temático de renome, o repositório institucional será o mais indicado.

As políticas institucionais, naturalmente, obrigam que os autores usem o repositório da instituição para depósito. Isso não apenas permite que eles se beneficiem dos conselhos e da assistência da equipe do repositório, como também traz benefícios institucionais, em termos de coletar a *totalidade* dos resultados de pesquisa da instituição, formando um arquivo digital permanente de sua produção científica. O repositório é uma valiosa ferramenta de gestão da pesquisa.

Alguns cientistas podem se encontrar sujeitos a mais de uma política de depósito obrigatório – a da sua instituição e a do financiador de sua pesquisa. Diante da multiplicação de conflitos desse tipo, há um trabalho de desenvolvimento técnico que visa à criação de ferramentas que permitam ao autor depositar um artigo uma única vez, após o que este será copiado em outros repositórios.¹⁶² A UKPMC, em razão de determinação por parte dos financiadores, vem desenvolvendo meios para enviar uma cópia dos artigos nela depositados para

o repositório institucional do autor. Esses dispositivos simplificam a vida dos autores, incentivam a observância das políticas e ampliam o Acesso Aberto.

A melhor solução concilia as necessidades de todos os interessados e oferece a possibilidade de coletar a maior quantidade possível de conteúdos com Acesso Aberto para uma rede de repositórios institucionais que se torna o local primário de depósito, e possibilita a criação de coleções centralizadas e especializadas em disciplinas específicas, elaboradas por coleta de conteúdos necessários a partir dessa rede de repositórios distribuídos.¹⁶³ As instituições têm grande interesse em coletar e gerenciar o capital intelectual resultante de seus programas de pesquisa, e podem assegurar que esse material seja coletado e arquivado por meio da implementação de uma política de depósito obrigatório.

• • • 8.2.4 Tipos de conteúdos

..... 8.2.4.1 Literatura

O objetivo do Acesso Aberto é que a literatura seja revisada e validada por pares, e que a maioria dos repositórios utilize *softwares* que permitam limitar buscas à literatura revisada, como uma questão de boa prática. A maioria das políticas abrange artigos publicados em periódicos. Muitas delas cobrem também anais de conferências revisados por pares, por serem considerados vetores de publicação primária em algumas disciplinas, principalmente na engenharia e nas ciências da computação. Em outras disciplinas, às vezes, os anais de conferências também podem ser revisados por pares e publicados, embora os artigos de periódicos continuem sendo a principal forma de publicar a literatura científica. Os casos dos anais se enquadram na categoria “desejável”, e não na “obrigatória” para estar disponível em Acesso Aberto.

Além disso, muitas políticas também se aplicam a teses e a dissertações (doutorado e mestrado) que são, evidentemente, produções revisadas por pares. Em alguns casos, principalmente na América Latina, a maioria das políticas desenvolvidas até hoje tratam especificamente desse tipo de conteúdo. Muitas políticas mencionam especificamente e incentivam o Acesso Aberto para livros e partes de livros (capítulos), mas sem a obrigatoriedade de inclusão em um repositório, uma vez que, como discutido no Capítulo 1.4, os livros representam um caso particular, por não fazerem parte do trabalho dos cientistas de disseminar gratuitamente a literatura.

162. Por exemplo, o *Simple Web Service Offering Repository Deposit (SWORD)*. Disponível em: <<http://swordapp.org/>>.

163. Conclusão de um estudo sobre a infraestrutura ideal, em termos técnicos e organizacionais, para oferecer Acesso Aberto em escala nacional (SWAN et al., 2005).

Com respeito a artigos publicados em periódicos, as políticas geralmente especificam que a versão a ser depositada seja a *postprint*, ou seja, a versão final do artigo após ser submetida à revisão por pares e a quaisquer alterações necessárias. Caso a política do periódico no qual o artigo será publicado seja a de exigir que o Acesso Aberto se limite à versão *preprint*, tal política deverá fazer menção clara a essa exigência. A política deverá abordar também a questão dos embargos impostos pela editora.

8.2.4.2 Dados

Cada vez mais, as políticas vêm abrangendo dados de pesquisa e, com frequência, as mesmas políticas são implementadas por atores mais modestos, que ocupam nichos mais específicos, e também por grandes financiadores de pesquisa.¹⁶⁴ Em geral, essas políticas não costumam ser as mesmas – de Acesso Aberto – que tratam da literatura de natureza textual. Os dados têm um caráter à parte e, portanto, suas políticas devem levar em conta as questões de confidencialidade e os casos especiais em que os dados não podem ser divulgados por outras razões. O desenvolvimento e a formulação das políticas de Dados Abertos constituem, assim, uma tarefa especializada que é muito mais complexa do que a formulação de políticas de Acesso Aberto para os artigos científicos. Uma política de Dados Abertos deve ser incorporada como o prolongamento de uma política de Acesso Aberto já em processo de formulação.

8.2.5 Embargos

Muitas editoras – mas certamente não todas – estipulam um período de embargo antes da publicação de um artigo com Acesso Aberto. Essa exigência se deve ao temor de queda nas vendas. A maioria das políticas de AA considera e autoriza a prática de embargos, de modo que os autores não sejam colocados em uma posição difícil frente a suas editoras. Na área científica, os embargos exigidos pelas editoras costumam variar entre 6 e 12 meses. Qualquer prazo maior é visto pela comunidade como pouco razoável e contrário ao interesse público, e a maioria das políticas de cumprimento obrigatório estabelece 12 meses como o maior prazo permissível. Em um número considerável das políticas de financiadores de pesquisa, o maior período de embargo máximo é de 6 meses. Seja como for, a política deve especificar a duração do embargo exigido e nunca tratar da questão em linguagem vaga, tal como “de acordo com a política da editora”.

Entretanto, o problema com os embargos se deve ao fato de que os autores tendem a esquecer de depositar o artigo, passados meses de sua publicação. O momento natural para o depósito do *postprint* pelo autor é quando o artigo está pronto para ser encaminhado ao periódico.

Para contornar essas dificuldades e maximizar os níveis de depósito de artigos, os tipos de *software* de repositórios mais comuns oferecem um recurso relativo aos embargos: o autor deposita o *postprint* no momento em que este for encaminhado ao periódico, bem como seleciona o período de embargo a partir de uma lista fornecida pelo *software*. Ao final desse período, o *software*, automaticamente, publica o artigo com Acesso Aberto.

O *software* também garante que os metadados do artigo (título, autores etc.) sejam abertos desde a data do depósito. Os metadados não são sujeitos a direitos autorais, de maneira que as editoras não podem impedir sua divulgação. Os metadados são indexados por mecanismos de busca (por exemplo, o Google Acadêmico), de modo que, mesmo durante o período de embargo, os usuários podem se inteirar da existência do artigo, embora a íntegra do texto ainda não esteja disponível. Além disso – o que também de grande importância –, a instituição terá o registro completo dos seus resultados de pesquisa, e não o registro parcial, que ocorreria no caso de uma política que ficasse à mercê da circunstância de os autores virem a lembrar de depositar seus artigos 6 ou 12 meses após a sua publicação.

O *software* traz um botão “solicite uma cópia” que envia automaticamente uma mensagem de *e-mail* para o autor que depositou o artigo, pedindo permissão para o envio por *e-mail* de uma cópia ao usuário que deseje consultá-lo. Essa prática é permitida nos termos do “uso devido”: o autor fornece uma única cópia para estudo privado. Esse sistema permite que, apesar do embargo, o uso e o impacto do artigo comecem a crescer a partir do momento do depósito.

8.2.6 Acesso Aberto grátis e livre

De maneira geral, as políticas atuais de cumprimento de depósito obrigatório evitam essa distinção.¹⁶⁵ Apesar de ser promissora para a ciência, no presente momento, entende-se que a exigência de Acesso Aberto livre (sem restrições) está indo longe demais, pois tornaria muito difícil aos autores publicar nos periódicos de sua preferência, devido

164 Ver, por exemplo, a nova política de dados do *Centre for Global Development*. Disponível em: <<http://blogs.cgdev.org/globaldevelopment/2011/08/cgds-new-data-codetransparency-policy.php>>.

165 As exceções são os financiadores do UKPMC (oito instituições beneficentes do Reino Unido e o Conselho de Pesquisas Médicas), que exigem Acesso Aberto livre, sempre que arcam com os custos da totalidade ou de parte da taxa de processamento de um artigo para publicação em periódicos de AA.



à resistência das editoras. Esse é um assunto que deve ser deixado para as políticas futuras, embora esse futuro não esteja muito distante. Há uma tendência crescente de os periódicos de AA usarem a licença *Creative Commons* a fim de permitir uma reutilização liberal e, à medida que um maior número de periódicos se torna de AA, pode-se esperar que essa tendência continue.

• • • 8.2.7 Permissões

Como discutido no Capítulo 6, o Acesso Aberto depende da permissão do detentor dos direitos autorais.

..... 8.2.7.1 Autores como detentores dos direitos autorais

As instituições devem considerar, em suas políticas, os casos em que os autores preservam direitos suficientes para permitir o Acesso Aberto a suas obras. As instituições podem ou assegurar para si próprias direitos suficientes como condição expressa no contrato de trabalho, ou providenciar para que esses direitos lhes sejam concedidos pelos autores.

Um exemplo da primeira opção acima é o da Universidade de Tecnologia de Queensland (QUT), que incluiu as seguintes cláusulas em sua Política de Propriedade Intelectual:¹⁶⁶

Propriedade dos direitos autorais

- ▶ Conforme os princípios gerais da lei citados no Capítulo 3.1.4 acima, a QUT, na qualidade de empregadora, é a proprietária dos direitos autorais, sempre que o trabalho tiver sido criado por um contratado seu no desempenho de suas funções empregatícias. Essa propriedade dos direitos autorais pela QUT se aplica tanto à equipe acadêmica quanto à equipe profissional.

Direitos sobre os trabalhos acadêmicos

- ▶ Na condição de que a QUT não tenha obrigações contratuais com terceiros que a impeçam de efetuar essa cessão, a QUT atribui o direito de publicar trabalhos acadêmicos ao(s) criador(es) desses trabalhos. Essa atribuição está sujeita a uma licença perpétua, irrevogável, mundial, isenta de *royalties* e não exclusiva em favor da QUT, que permite a esta usar os trabalhos para fins de ensino, pesquisa e comercialização, além de reproduzir e divulgar os trabalhos por meios eletrônicos para fins não comerciais, por meio do repositório digital de Acesso Aberto da QUT.
- ▶ Caso seja exigido, a QUT assinará documentos para registrar de modo mais pleno a propriedade do membro de sua equipe do direito de publicação dos direitos autorais de um trabalho acadêmico, e a licença não exclusiva da QUT sobre o citado trabalho.

- ▶ Caso seja exigido, o membro da equipe assinará documentos para registrar de modo mais pleno a licença em favor da QUT para usar os trabalhos acadêmicos das formas citadas nesta Seção 3.1.5.
- ▶ O “direito de publicar” trabalhos acadêmicos nesta Seção 3.1.5 significa o direito de publicar uma obra tal como se refere a Lei dos Direitos Autorais de 1968 (Cwth).¹⁶⁷
- ▶ A versão do trabalho acadêmico que a QUT pode disponibilizar por meio de seu repositório digital pode ser a versão publicada ou a versão final revisada por pares. A QUT concordará com as exigências da editora quanto a embargos de no máximo 12 meses (a partir da data de publicação pela editora), sobre a divulgação do trabalho por meio do repositório digital.
- ▶ Qualquer acordo subsequente de publicação ou cessão do direito de publicar o trabalho acadêmico, assumidos pelo criador, estarão sujeitos aos termos da licença não exclusiva preexistente mencionada nesta Seção 3.1.5.

Um exemplo deste último caso é a postura adotada pela Universidade de Harvard, onde pesquisadores de seis faculdades votaram a favor da concessão à Universidade do direito não exclusivo e irrevogável de distribuir seus artigos acadêmicos para qualquer fim não comercial.¹⁶⁸ Esse direito tem precedência sobre qualquer outro acordo estabelecido subsequentemente com as editoras.

..... 8.2.7.2 Editoras como detentores dos direitos autorais

Nos casos em que o autor tiver transferido todos os direitos para a editora, como costuma acontecer na assinatura de um acordo de transferência de direitos autorais para a editora – ver Capítulo 6 –, a permissão para publicar um trabalho com Acesso Aberto deverá ser solicitada à editora.

Os pedidos de permissão às editoras que contenham mais condições do que as que elas normalmente oferecem têm poucas chances de sucesso. No caso de mais da metade dos periódicos, a editora permite algum tipo de autoarquivamento, embora em cerca de um terço delas, isso se refira apenas ao *preprint*, o que ocasiona uma situação insatisfatória para a maioria dos autores. Não costuma acontecer de uma editora, quando solicitada a fazê-lo, mudar de postura e permitir o autoarquivamento do *postprint*. Também é improvável que as editoras façam concessões sobre a duração do embargo.

Os formuladores de políticas devem levar em consideração esses fatos, ao redigirem uma política. Antes de mais nada, deve ser encontrado um equilíbrio entre os interesses das diversas partes. É de interesse

166 Disponível em: <http://www.mopp.qut.edu.au/D/D_03_01.jsp#D_03_01.05.mdoc>

167 No caso do Brasil, a lei que rege os Direitos Autorais é a Lei n. 9.610/1998.

168 Disponível em: <<http://osc.harvard.edu/policies>>.

público que os resultados científicos estejam disponíveis publicamente, logo após estarem em condições de ser publicados. Mostra-se frágil uma postura política que comprometa o interesse público, ao se submeter aos interesses das editoras.¹⁶⁹

Na maioria dos casos de desenvolvimento de políticas, atualmente, a política depende da permissão da editora, uma vez que os direitos são rotineiramente transferidos para ela. A melhor prática é que, também de forma rotineira, sejam preservados direitos suficientes aos autores, de modo a que a oferta de Acesso Aberto não dependa inteiramente das permissões das editoras. Estas podem optar por não publicar um trabalho nessas condições, o que faz parte do equilíbrio entre direitos e opções.

• • • 8.2.8 Observância

Os níveis de observância variam, até mesmo no caso de políticas obrigatórias. Os termos usados na redação da política são um fator a ser considerado, mas a forma como a política é implementada também tem forte influência. Um bom programa de defesa da causa, que forneça apoio à política, costuma ser necessário para que sejam alcançados níveis aceitáveis de observância.

É mais fácil para as instituições do que para os financiadores monitorar a observância de suas políticas, embora, mesmo para elas, essa não seja uma tarefa simples. Não existe um serviço de indexação que cubra 100% da literatura, de modo que a comparação do conteúdo do repositório com os registros dos serviços de indexação fornecerá apenas uma ideia aproximada de quanto completo é o conteúdo do repositório.

Algumas universidades têm um sistema de informação chamado *Current Research Information System* (CRIS), que lista a concessão de financiamentos, os grupos de pesquisa, os equipamentos adquiridos, as colaborações etc. Muitos desses sistemas CRIS também registram os dados bibliográficos dos trabalhos publicados. Nesses casos, a instituição tem condições de verificar se todos os trabalhos publicados foram depositados no repositório. No entanto, deve ser dito que a grande maioria das universidades não tem um sistema de informação dessa natureza, o que dificulta muito o monitoramento da observância de uma política de Acesso Aberto.

Os financiadores se deparam com problemas ainda maiores, uma vez que têm muita dificuldade em

determinar com precisão o que foi publicado, com base nas pesquisas financiadas por eles. Frequentemente, as publicações ocorrem após o término do período de financiamento do projeto, sem constar, portanto, no relatório final do projeto encaminhado ao financiador. Em geral, rastrear as publicações que resultaram de seus financiamentos exige um intenso trabalho manual de busca na literatura, com a tentativa de correlacionar os resultados e o conteúdo acumulado com Acesso Aberto.

Nos casos em que os financiadores tentaram aumentar os níveis de observância, foi alcançado algum grau de sucesso. Tanto a *Wellcome Trust* quanto os NIH, por exemplo, enviaram correspondência aos beneficiários de seus financiamentos, lembrando-os de suas obrigações estipuladas na política.

A carta enviada pela *Wellcome Trust* pergunta aos beneficiários por que razão eles não haviam cumprido o que estava determinado na política.¹⁷⁰ Esses financiadores também escreveram às instituições dos beneficiários, lembrando-as de suas responsabilidades e do seu próprio interesse no processo.

Alguns grandes financiadores vêm propiciando o desenvolvimento de sistemas para aperfeiçoar o monitoramento dos resultados de seus programas de financiamento. Os NIH agora exigem que os beneficiários de seus financiamentos usem as referências de entrega de manuscritos da *PubMed Central* (PMC), sempre que citarem artigos em seus relatórios de projeto ou nos novos formulários de candidatura para financiamentos.¹⁷¹ Essa medida assegura que o beneficiário de fato encaminhe o manuscrito à PMC, para obter um número de registro de entrega.

Os desenvolvedores de *softwares* de repositórios também começaram a trabalhar com os financiadores, com o objetivo de entender suas necessidades e incluir no *software* os campos de metadados corretos, de modo a obter informações sobre financiamentos e bolsas de estudos. Essa é uma área que começou a ser desenvolvida há pouco, mas que tende a crescer e a se generalizar. A capacidade de prestar contas dos resultados dos gastos públicos e de demonstrar os retornos dos investimentos em pesquisa são questões que vêm se tornando cada vez mais importantes em todo o mundo, e universidades e financiadores perceberão cada vez mais que uma literatura de Acesso Aberto contribui muito para avaliações dessa natureza.

169 Por exemplo, o Conselho de Pesquisas Econômicas e Sociais do Reino Unido exige que os beneficiários de seus financiamentos publiquem seus trabalhos com Acesso Aberto "quando isso é permitido pelos sistemas de licenciamento ou direitos autorais adotados pelos editores".

170 Ver a auditoria de observância do Acesso Aberto da *Wellcome Trust* de 2009. Disponível em: <<http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Publications/Grantholders-newsletter/WTX052748.htm>>.

171 Disponível em: <http://publicaccess.nih.gov/citation_methods.htm>.



• • • 8.2.9 Sanções

Geralmente, a observância de uma política é incentivada por uma combinação de recompensas¹⁷² e punições: os formuladores de políticas devem considerar a possibilidade de utilizarem sanções quando o convencimento e as recompensas deixam de funcionar.

Os financiadores de pesquisas têm uma série de opções a seu dispor. Eles podem recusar a concessão de novos financiamentos, ou suspender o financiamento em curso, caso um beneficiário descumpra o combinado. Até hoje, nenhum financiador chegou a esse ponto, mas, há algum tempo, os NIH deixaram claro que pensam em tratar com mais rigor os beneficiários de seus financiamentos, sendo uma das opções para isso a “suspensão de recursos”.¹⁷³

Os administradores das instituições de pesquisa contam com um conjunto diferente de sanções, inclusive a de condicionar as promoções e as candidaturas para cátedras à prática de autoarquivamento.¹⁷⁴

• • • 8.2.10 Sensibilização

Por mais bem formuladas que sejam, as políticas necessitam de sensibilização e promoção para se tornarem realmente eficazes. Em todas as instituições de alto desempenho, em termos da percentagem de sua produção arquivada nos repositórios, existem programas de sensibilização vigorosos e fundamentados. Os detalhes exatos variam conforme a instituição, mas vão da divulgação do uso do repositório e de estatísticas relativas ao seu impacto até a concessão de recompensas. Coloca-se ênfase na forma pela qual a abertura da produção da instituição melhora sua reputação e a de seus cientistas, considerados individualmente: vincular comportamentos a benefícios é uma prática promovida com insistência.¹⁷⁵

172 Um exemplo de sistema de recompensas pelo depósito funciona na Universidade do Minho, em Portugal, onde são realizados pagamentos em dinheiro aos departamentos por cada item depositado, de modo a estimular os departamentos a incentivarem seus pesquisadores. Disponível em: <<https://mx2.arl.org/Lists/SPARC-OAForum/Message/2807.html>>.

173 Vice-diretor de Pesquisas Extramuros dos NIH, Norka Ruiz Bravo: “Outras maneiras possíveis de forçar os infratores das normas a cumprirem seus compromissos vão desde um lembrete enviado pelo diretor do programa até a mais extrema – ‘suspensão de recursos’”. Citado em um artigo publicado em *Science*, 18 jan. 2008, 266 DOI:10.1126/science.319.5861.266 [este artigo é de acesso pago].

174 Esse método vem funcionando na prática na Universidade de Liège, na Bélgica, onde a política do reitor deixa claro que, ao examinar as candidaturas à promoção ou a uma cátedra, ele consulta o repositório para verificar o histórico de publicação do candidato.

175 Para uma lista de atividades de defesa com bons resultados demonstrados na prática, ver o artigo do *Enabling Open Scholarship* dirigido aos bibliotecários. Disponível em: <http://www.openscholarship.org/jcms/c_7152/making-the-case-for-open-accessguide-for-librarians>.

• • • 8.2.11 Isenções

Algumas políticas oferecem um mecanismo de isenção. Se, por alguma razão, os autores não puderem ou não desejarem cumprir as exigências da política, pede-se a eles que apresentem uma solicitação formal de isenção, esclarecendo a razão pela qual ela é necessária. É comum que essa opção esteja combinada a uma política de detenção de direitos, de modo a solucionar os casos em que o autor deseja publicar em um determinado periódico cuja editora exija que sejam transferidos a ela direitos autorais plenos.

• • • 8.2.12 Acesso Aberto “dourado”

Por fim, algumas políticas trazem uma declaração específica sobre o Acesso Aberto “dourado”, nos casos em que o administrador da política estiver disposto a arcar com os custos do processamento do artigo, ou permitir que os recursos do financiamento sejam usados para essa finalidade.

8.3 Tipologias das políticas

As questões que tratam de políticas, mencionadas nas seções acima, podem ser resumidas em uma *tipologia*. É claro que as políticas podem variar quanto a todos estes parâmetros, de modo que o número total de combinações é muito grande. Entretanto, na prática, um número de variantes principais se destaca, as quais são mostradas na Tabela 1, na página seguinte.

Obrigatório	Depósito imediato	Embargo permitido	Preservação de direitos	Isenção permitida	Notas	Exemplos
Tipo 1 – Depósito imediato, sem isenção						
Sim	Sim	Sim, quanto à abertura do texto na íntegra: metadados abertos desde a ocasião do depósito.	Facultativo	Não	Este tipo de política se aplica sempre que seu formulador ainda não tenha nem deseje adquirir os direitos sobre o trabalho a ser depositado. A política deixa que os direitos permaneçam como já estão – ou seja, com o autor ou com a editora. Nesse último caso, as permissões das editoras devem ser respeitadas, o que implica que a política determine o período de embargo. A política exige que os metadados sejam visíveis a partir da data do depósito, para que usuários possam se inteirar da existência do artigo e solicitar uma cópia ao autor.	Universidade de Liège < http://www.eprints.org/openaccess/policy/signup/fullinfo.php?inst=Universit%C3%A9%20de%20Li%C3%A8ge >
Tipo 2 – Preservação dos direitos						
(a) Os autores cedem direitos suficientes ao formulador da política						
Sim	Geralmente	Geralmente. O embargo é tratado como no Tipo 1.	Sim	Sim	Este tipo de política se aplica sempre que seu formulador ainda não tenha os direitos sobre o trabalho produzido, mas esteja disposto a adquirir direitos autorais suficientes dos autores do trabalho, para publicá-lo com Acesso Aberto. Geralmente, é oferecida aos autores a opção de uma isenção, caso a política impeça a publicação no periódico escolhido.	Universidade de Harvard, Faculdade de Artes e Ciências < http://osc.hul.harvard.edu/hfaspolicy >
(b) O formulador da política já detém direitos suficientes						
Sim	Geralmente	Geralmente. O embargo é tratado como no Tipo 1.	Sim	Sim	Este tipo de política se aplica quando o seu formulador já tem os direitos sobre o trabalho produzido ou está disposto a adquiri-los.	Universidade de Tecnologia de Queensland. http://www.mopp.qut.edu.au/F/F_01_03.jsp#F_01_03.02.mdoc
Tipo 3 – Depósito após um período determinado						
Sim	Não	Sim, mas especificado na política.	Facultativo	Não	Este tipo de política concilia, em certo grau, as exigências das editoras com relação a um embargo, embora especifique a duração máxima do período de embargo. Na prática, esse período costuma ser de 6 meses, caso a política se aplique apenas às ciências naturais, e de 12 meses, quando abrange um número maior de disciplinas.	<i>Wellcome Trust</i> http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Policy/Policy-and-position-statements/WTD002766.htm >
Tipo 4 – Depósito se/quando permitido pela editora						
Sim	Não	Sim, tudo o que for exigido pela editora.	Não	Sim	Este tipo de política abre espaço para a totalidade das exigências da editora, incluindo embargos de qualquer duração.	Universidade de Southampton http://www.soton.ac.uk/library/research/eprints/policies/oapolicy.html >
Tipo 5 – Voluntário						
Não	Sem importância					Universidade de Athabasca < http://www2.athabasca.ca/secretariat/policy/research/openaccess.htm >

Tabela 1 – Tipologia de políticas de Acesso Aberto: principais variantes em uso

Nota 1: qualquer dessas políticas pode exigir Acesso Aberto livre, embora, até o presente, praticamente todas tenham exigido apenas o Acesso Aberto grátis.

Nota 2: qualquer dessas políticas pode incluir uma menção ao Acesso Aberto “dourado”, além do que o formulador da política deseja que os autores façam quanto a isso; por exemplo, a política pode apenas incentivar os autores a publicar em periódicos de Acesso Aberto, ou o formulador pode preferir descrever um fundo específico disponibilizado para essa finalidade.



Pontos essenciais sobre as melhores práticas em matéria de políticas

- ▶ *Tipo de política* – as políticas podem solicitar e incentivar a oferta de Acesso Aberto, ou podem exigí-la. As evidências demonstram que o segundo tipo, de cumprimento obrigatório, gera níveis mais elevados de acúmulo de material depositado em repositórios, e também demonstram que os pesquisadores obedecem de bom grado a essas determinações.
- ▶ *Vias de Acesso Aberto abrangidas* – as políticas podem exigir o Acesso Aberto “verde” com autoarquivamento, mas, para preservar a liberdade dos autores de publicar no periódico de sua preferência, devem apenas “incentivar” o Acesso Aberto “dourado” com a publicação em periódicos de Acesso Aberto.
- ▶ *Locais de depósito* – pode ser exigido o depósito em repositórios institucionais ou centrais. As políticas institucionais, como é natural, especificam os primeiros. As políticas dos financiadores podem fazer o mesmo, ou, em alguns casos, especificar um determinado repositório central.
- ▶ *Tipos de conteúdo abrangidos* – todas as políticas tratam de artigos publicados em periódicos. As políticas também devem incentivar o Acesso Aberto para livros. As políticas dos financiadores cada vez mais abrangem os dados resultantes das pesquisas.
- ▶ *Embargos* – as políticas devem especificar a duração máxima permitida para o período de embargo. Nas ciências, esse período deve ser de 6 (seis) meses, no máximo. As políticas devem exigir que o depósito ocorra no momento da publicação, e que o texto integral permaneça no repositório, embora fechado até o término do período de embargo.
- ▶ *Permissões* – o Acesso Aberto depende da permissão dos detentores dos direitos autorais, o que o torna vulnerável aos interesses das editoras. Para assegurar que o Acesso Aberto seja adotado sem grandes problemas, o autor ou o empregador deverão preservar direitos suficientes para tal, com a cessão às editoras de uma Licença para Publicar. Nos casos em que os direitos autorais forem transferidos para as editoras, o Acesso Aberto dependerá sempre da permissão desta, e as políticas devem levar em consideração esse fato, incorporando uma “brecha” que possa ser explorada pelas editoras.
- ▶ *Observância das políticas* – os níveis de observância variam segundo a força da política e o grau de apoio que ela recebe. A observância pode ser ampliada com atividades de sensibilização e promoção da causa e, sempre que necessário, com sanções.
- ▶ *Sensibilização para apoiar uma política* – existem práticas de sensibilização com eficácia demonstrada no apoio a uma política de Acesso Aberto. Os formuladores das políticas devem providenciar para que elas sejam conhecidas, entendidas e que as melhores entre elas sejam implementadas.
- ▶ *Sanções para apoiar uma política* – tanto as instituições como os financiadores contam com sanções que podem ser usadas para apoiar uma política de Acesso Aberto. Os formuladores de políticas devem fazer com que estas sejam identificadas e entendidas, e que as sanções apropriadas sejam implementadas sempre que outras medidas não forem suficientes para produzir os resultados desejados.
- ▶ *Isonções* – nos casos de uma política de cumprimento obrigatório, os autores podem se ver impedidos de observá-las. Assim, é necessária uma cláusula de isenção para levar em conta esse fato.
- ▶ *Acesso Aberto “dourado”* – nos casos em que um financiador ou uma instituição se comprometem com a política “dourada” de arcar com os custos de processamento do artigo, esse compromisso deve constar no texto da política.

CAPÍTULO 9. Resumo das diretrizes para as políticas



9.1 O contexto

As políticas de Acesso Aberto se baseiam nas oportunidades oferecidas pela internet de otimizar a disseminação da informação científica para todos os grupos de usuários que dela possam se beneficiar. É possível criar uma base de dados de conhecimento científico que seja mundial, interoperável, aberta, reutilizável e permanentemente disponível se as estratégias e as políticas corretas forem implementadas.

Um movimento que visa à promoção do Acesso Aberto está emergindo em escala mundial – com boa parte dele coordenada pela atuação conjunta de atores importantes da área – e com foco em objetivos, práticas, estratégias e políticas peculiares. As etapas essenciais já foram realizadas. Já foram estabelecidas definições formais para descrever e explicar o conceito de Acesso Aberto, as distinções entre AA grátis e livre, e entre as duas vias (a “verde” e a “dourada”) pelas quais os resultados da pesquisa são disponibilizados gratuitamente. Há também definições consensuais de conceitos correlatos, como *Dados Abertos* – que figuram, cada vez mais, assim como a literatura de pesquisa, nos principais objetivos do movimento pela livre difusão da informação científica –, *Ciência Aberta*, *Recursos Educacionais Abertos* e *Inovação Aberta*.

Alguns avanços bem-sucedidos foram alcançados, os conteúdos com Acesso Aberto têm se acumulado nos repositórios e sido publicados em periódicos com AA; porém, esse acervo ainda não atingiu 30% do volume total da literatura publicada, de forma que ainda resta bastante trabalho a ser feito até que esse nível apresente um aumento significativo. São necessários esforços sustentados em três áreas: desenvolvimento de infraestrutura, sensibilização e conscientização ativa da causa, e formulação de políticas.

A seguir, são estabelecidas diretrizes para financiadores de pesquisa e formuladores de políticas institucionais.

As semelhanças são muitas, mas em alguns casos existem diferenças nas políticas.

9.2 Diretrizes para governos e outras entidades financiadoras de pesquisas

Os financiadores de pesquisas desempenham um papel crucial na formulação das políticas de Acesso Aberto. Os órgãos governamentais que alocam recursos públicos têm interesse de que os resultados de pesquisas que financiam sejam divulgados o mais amplamente possível, bem como sejam utilizados por todos que deles possam se beneficiar. O Acesso Aberto aumenta a visibilidade, o uso e o impacto da pesquisa, e permite que ela chegue a todos os grupos de beneficiários que possam utilizá-la, incluindo educadores, profissionais liberais, técnicos e empresários, bem como outros interessados em geral. Dessa forma, os retornos dos investimentos públicos em ciência são maximizados.

Portanto, os responsáveis pelo financiamento da pesquisa são incentivados a desenvolver e implementar uma política de Acesso Aberto. Para essa finalidade, eles talvez se interessem em considerar as questões descritas nos tópicos seguintes.

• • • 9.2.1 Natureza da política

Políticas que incentivam ou que pedem aos cientistas para disponibilizar seus trabalhos com Acesso Aberto pouco contribuem para a coleta de material para o acervo com AA. Por outro lado, as políticas obrigatórias são eficazes se receberem o apoio necessário. Por essa razão, a política deve *exigir* que os cientistas a observem, explicando por que é necessária essa obrigatoriedade e demonstrando seus benefícios para os próprios cientistas e para o público em geral.

9.2.2 Abrangência da política: principal conteúdo

As definições aceitas do Acesso Aberto deixam claro que o principal conteúdo do AA é a literatura científica (artigos de periódicos e anais de conferências revisados por pares, além de teses e dissertações). Essas definições também lembram que é recomendável a inclusão, nesta categoria, de monografias acadêmicas, embora reconhecendo que elas representam um caso especial em virtude da questão do pagamento de *royalties*: os livros não podem ser *distribuídos* da mesma forma que os artigos de periódicos. As políticas devem seguir esse modelo, especificando que os artigos publicados em periódicos são o principal alvo da política, mas que o acesso à literatura monográfica é igualmente importante e deve ser incentivado, mesmo que não seja possível atribuir às monografias uma política de cumprimento obrigatório.

Os dados de pesquisa *podem* ser submetidos a uma política de cumprimento obrigatório, mas é melhor que façam parte de uma política distinta. Atualmente, muitos financiadores já estabeleceram políticas de Dados Abertos, mas elas envolvem questões mais complexas do que uma política de Acesso Aberto e, por isso, é melhor que as duas não sejam conjugadas. No entanto, uma política de AA também pode mencionar a questão e *incentivar* que os cientistas, sempre que possível, compartilhem os dados referentes a seus artigos.

9.2.3 Abrangência da política: Acesso Aberto grátis ou livre

As razões para o Acesso Aberto livre são importantes para o futuro da pesquisa, e, como tal, merecem ser reconhecidas na formulação da política. Os depósitos dos conteúdos que se enquadram na definição de Acesso Aberto livre devem ser incentivados, mas não exigidos. A política deve orientar sobre o uso do licenciamento *Creative Commons* – ou outra licença similar – e trazer esclarecimentos sobre a atribuição mais adequada da licença para a maioria dos fins acadêmicos (CC-BY: “atribuição” da licença).

9.2.4 Como observar a política

As políticas devem trazer esclarecimentos sobre as duas vias do Acesso Aberto: a “verde”, por meio de repositórios, e a “dourada”, por meio de periódicos de AA. A política pode e deve *exigir* a via “verde”, mas apenas *incentivar* a “dourada”, uma vez que, de outro modo, estaria prejudicando a liberdade de escolha dos cientistas

quanto ao periódico em que desejam publicar. O Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (*Directory of Open Access Journals*) deve ser mencionado como fonte de informação sobre os diferentes periódicos, e os autores devem ser incentivados a examinar a possibilidade de optar por um deles para a publicação de seu próximo artigo.

9.2.5 Local de depósito

No caso do Acesso Aberto “verde”, as políticas devem especificar onde os artigos devem ser depositados. Caso o financiador tenha o seu próprio repositório, este pode ser o local adequado. Caso contrário, é possível que exista um repositório central de uma área científica específica, que aceite depósitos diretos – como acontece na área da física de alta energia e nas disciplinas biomédicas: nesses casos, às vezes, os financiadores deixam a cargo do autor a escolha do local de depósito.

No entanto, a política contribuirá mais para o crescimento do Acesso Aberto se ficar especificado que o depósito deve ser realizado no repositório da instituição à qual o autor pertence. Dessa forma, o financiador estará trabalhando *com* instituições, muitas das quais têm implementado suas próprias políticas, que, naturalmente, estipulam o depósito no seu próprio repositório e, além disso, estará incentivando as instituições a criar repositórios para essa finalidade.

Existem tecnologias que permitem ao autor depositar no repositório da sua instituição e ter seu artigo reproduzido em outros repositórios, uma solução que simplifica a situação em que o autor assumiu compromissos, tanto com a sua instituição quanto com o seu financiador.

9.2.6 Momento do depósito

A política deve exigir que o artigo seja depositado assim que ele estiver pronto para ser publicado. Caso haja a determinação de se respeitar um período de embargo, é necessário que o autor garanta que o artigo estará aberto e acessível ao fim desse período. Na maioria dos casos, os *softwares* de repositórios são capazes de automatizar essa liberação como parte do processo de depósito, bastando que o autor informe o período de embargo a ser respeitado.

9.2.7 Taxas de processamento de artigos

Os financiadores devem se posicionar quanto ao pagamento de taxas inerentes ao processamento de artigos em periódicos da “via dourada”, devendo deixar explícito se

é ou não permitido usar recursos do financiamento para essa finalidade, e se o financiador está disposto a conceder recursos suplementares para a publicação com Acesso Aberto, além de explicitar o montante desses recursos e a forma como acessá-los. Também deve ficar claro se é ou não permitido usar esses recursos para custear as taxas de processamento de artigos em periódicos “híbridos” – muitos financiadores não o permitem esse custeio, por que a maioria dos periódicos “híbridos” recebe duplo financiamento.

• • • 9.2.8 Direitos autorais

As políticas dos financiadores devem deixar claro que os direitos autorais (*copyright*) consistem em um conjunto de direitos, e que é possível conservar uma parte suficiente desses direitos para divulgar seus trabalhos como for conveniente. Também deve ficar claro que a maioria dos periódicos permite o autoarquivamento – a via “verde”, por meio de depósitos em repositórios –, embora muitos exijam um período de embargo antes que o artigo se torne de Acesso Aberto. Caso o financiador recuse a exigência de um embargo, esse fato também deve ficar explícito, embora, atualmente, a maioria das políticas de financiadores permita um embargo de curta duração (seis meses). Se ele se recusar totalmente, em geral, será necessário que o financiador exija que alguns direitos sejam conservados por ele próprio ou pelo autor, a fim de que o artigo esteja com Acesso Aberto imediatamente após sua publicação. A política deve ser clara quanto à opção do financiador nas seguintes circunstâncias:

- O financiador exige, como condição da concessão do financiamento, que o autor conserve para si direitos autorais suficientes para tornar a obra de Acesso Aberto.
- O financiador exige, como condição da concessão do financiamento, que o autor ceda a ele os direitos autorais suficientes para tornar a obra de Acesso Aberto.

Os autores devem ser aconselhados a consultar o serviço SHERPA RoMEO, que indica as permissões que são concedidas por diversas editoras, para que eles possam se inteirar da posição do periódico no qual desejam publicar. Alternativamente, pode-se oferecer ou recomendar aos autores um modelo compatível de *Licença para Publicar*, que eles poderão propor às editoras. Por fim, a política deve deixar claro às editoras as opções que ela lhes oferece.

Com relação ao autoarquivamento, a melhor prática consiste em atribuir uma licença *Creative Commons* a cada obra, esclarecendo aos usuários, tanto humanos quanto mecânicos, sobre as condições nas quais o trabalho pode ser utilizado.

• • • 9.2.9 Período de embargo

Os financiadores podem decidir por aceitar um curto período de embargo, antes que um artigo se torne disponível em Acesso Aberto. A política deve deixar explícita a duração do embargo permitido, assim como deixar claro que, caso a política da editora exija um embargo mais longo, os autores devem decidir por publicar em algum outro periódico.

• • • 9.2.10 Observância da política e das sanções

Na política que estabelece medidas obrigatórias, deve ser esperada a observância. Contudo, a experiência sugere que é necessário apoiar a política por meio de sensibilização e conscientização sobre a causa, bem como da edição periódica de “lembretes” gerais ou dirigidos especificamente aos detentores de direitos autorais que estiverem recalitrantes. Os financiadores devem estar preparados para colocar em prática esses sistemas de apoio à política, e também para deixar claro que haverá o monitoramento da observância e as sanções que serão aplicadas aos infratores.

9.3 Diretrizes para formuladores de políticas institucionais

O Acesso Aberto se justifica nas instituições por razões morais e por interesse próprio. O AA aumenta a visibilidade, o uso e o impacto da pesquisa, permitindo que ela chegue a todos os grupos a que pode ser útil, inclusive educadores, profissionais liberais, técnicos e empresários, bem como a todos os cidadãos que estejam interessados. Tanto a instituição quanto os cientistas vinculados a ela, individualmente, se beneficiam dessa visibilidade e do impacto produzidos pelo AA. Cada vez mais, as universidades públicas são convidadas a demonstrar sua utilidade e seu valor para o público que as apoia, e o AA é parte desse valor.

As instituições são, portanto, incentivadas a desenvolver e implementar uma política de Acesso Aberto. Ao se lançar nessa tarefa, os administradores institucionais talvez se interessem em refletir sobre as questões apresentadas nos subtópicos a seguir.



• • • 9.3.1 Natureza da política

Políticas facultativas, ou seja, que incentivam ou pedem que os cientistas publiquem seu trabalho com Acesso Aberto, contribuem pouco para a coleta de material para o acervo com AA. Por outro lado, as políticas obrigatórias são eficazes quando recebem o apoio necessário. Por essa razão, a política deve *exigir* que os cientistas a respeitem, esclarecendo a razão de ser da própria política e seus benefícios para os cientistas e para o público em geral.

• • • 9.3.2 Abrangência da política: principal conteúdo

As definições aceitas de Acesso Aberto deixam claro que o principal conteúdo do AA é a literatura revisada por pares e cedida gratuitamente pelos autores (artigos publicados em periódicos e anais de conferências revisados por pares, além de teses e dissertações). Essas definições também tratam da conveniência de incluir monografias de pesquisa, embora reconhecendo que estas representam um caso especial, em virtude da questão do pagamento de *royalties*: ao contrário dos artigos publicados em periódicos, os livros não são considerados literatura “de distribuição gratuita”. As políticas devem seguir esse modelo, especificando que a literatura publicada em periódicos é o seu principal alvo, mas que o acesso à literatura monográfica é igualmente importante e deve ser incentivado, embora não possa ser submetido a uma política de cumprimento obrigatório.

Os dados de pesquisa *podem* ser submetidos a uma política de cumprimento obrigatório, mas é melhor que sejam tratados em um documento político à parte. Atualmente, algumas universidades já adotaram políticas de Dados Abertos, mas uma política de dados envolve questões mais complexas do que uma política de Acesso Aberto, e é melhor que as duas não sejam conjugadas.

Isso posto, uma política de Acesso Aberto também pode mencionar e *incentivar* que os cientistas, sempre que possível, compartilhem os dados referentes a seus artigos.

• • • 9.3.3 Abrangência da política: Acesso Aberto grátis ou livre

As razões para o Acesso Aberto livre são importantes para o futuro da pesquisa e, como tal, merecem ser reconhecidas na formulação da política. A oferta de material enquadrado na definição de Acesso Aberto livre deve ser incentivada, mas não exigida. A política deve orientar sobre o uso das

atribuições da licença *Creative Commons* – ou outra licença similar – e trazer esclarecimentos sobre a licença mais adequada para a maioria dos fins acadêmicos (CC-BY: e “atribuição” da licença).

• • • 9.3.4 Como observar a política

As políticas devem trazer esclarecimentos sobre as duas vias do Acesso Aberto: a “verde”, por meio de repositórios, e a “dourada”, por meio de periódicos com Acesso Aberto. A política pode e deve *exigir* a via “verde”, mas apenas *incentivar* a “dourada”, uma vez que, de outro modo, estaria prejudicando a liberdade de escolha dos cientistas quanto ao periódico em que desejam publicar. O *Directory of Open Access Journals* deve ser mencionado como fonte de informação sobre os diferentes periódicos; além disso, os autores devem ser incentivados a examinar a possibilidade de optar por um dos periódicos do diretório, para planejar a publicação de seu próximo artigo.

• • • 9.3.5 Local de depósito

As políticas devem especificar que os artigos serão depositados no repositório da instituição. Caso necessário ou desejável, existem tecnologias que permitem ao autor depositar no repositório da sua instituição e ter seu artigo reproduzido em outros repositórios. Essa solução simplifica a situação em que o autor assumiu compromissos, tanto com a sua instituição quanto com o seu financiador.

• • • 9.3.6 Momento do depósito

A política deve exigir o depósito de um artigo assim que ele estiver pronto para publicação. Caso deva ser considerado um embargo, exige-se que o autor garanta que o artigo estará aberto e acessível ao fim do período de embargo. Na maioria dos casos, os *softwares* de repositórios são capazes de automatizar essa liberação caso o autor informe, como parte do processo de depósito, o período de embargo a ser respeitado.

• • • 9.3.7 Taxas de processamento de artigos

Os administradores de instituições devem se posicionar quanto ao pagamento de taxas de processamento de artigos, no caso de periódicos “dourados”, devendo também deixar explícito se a instituição disponibiliza recursos para essa finalidade; em caso afirmativo, devem especificar

o montante desses recursos e a forma como acessá-los. Além disso, devem esclarecer se é permitido ou não usar esses recursos para custear as taxas de processamento de artigos em periódicos “híbridos” – muitas instituições não o permitem, uma vez que a maioria dos periódicos “híbridos” recebe duplo financiamento.

• • • 9.3.8 Direitos autorais

As políticas institucionais devem deixar claro que os direitos autorais consistem em um conjunto de direitos, e que é possível preservar direitos suficientes para divulgar o trabalho da forma necessária. Também deve ficar claro que a maioria dos periódicos permite o autoarquivamento – a via “verde”, por meio de repositórios –, embora muitos exijam um período de embargo antes que o artigo se torne de Acesso Aberto. Caso a instituição não pretenda admitir um embargo, esse fato também deve ficar explícito.

Nesse caso, em geral será necessário que a instituição exija que alguns direitos sejam preservados por ela própria ou pelo autor, a fim de que o Acesso Aberto entre em vigor imediatamente após a publicação. A política deve ser clara quanto à opção da instituição nas seguintes circunstâncias:

- A instituição, como condição do contrato de trabalho, exige que o autor preserve para si direitos autorais suficientes para tornar a obra de Acesso Aberto.
- A instituição, como condição do contrato de trabalho, exige que o autor ceda a ela própria os direitos autorais suficientes para tornar a obra de Acesso Aberto.

A política deve informar os autores sobre o serviço SHERPA RoMEO, que lista as permissões das editoras, para que eles possam se inteirar da posição do periódico no qual desejam publicar. Alternativamente, a política pode oferecer ou recomendar aos autores um modelo compatível de *Licença para Publicar*, que o autor poderá propor à editora. Por fim, a política deve deixar claro às editoras as opções abertas a elas nos termos da própria política.

A melhor prática com relação ao autoarquivamento consiste em atribuir uma licença *Creative Commons* para cada trabalho, esclarecendo assim aos usuários, tanto humanos quanto mecânicos, sobre as condições nas quais um trabalho pode ser usado.

• • • 9.3.9 Período de embargo

As instituições podem decidir por aceitar um curto período de embargo, antes que um artigo seja publicado com Acesso Aberto. A política deve deixar explícita a duração do embargo permitido, bem como também deixar claro que, caso a política da editora exija um embargo mais longo, os autores devem decidir por publicar em algum outro periódico.

• • • 9.3.10 Observância e sanções

Na política de cumprimento obrigatório, deve ser esperada a observância. Contudo, a experiência sugere que será necessário um reforço adicional em termos de conscientização sobre a causa e de outras providências. Talvez, os gestores de universidades não desejem ameaçar com sanções específicas, nem se sintam em posição de agir assim. Uma opção que pode ser considerada por eles é a de vincular o repositório à avaliação e ao monitoramento das atividades de pesquisa, incentivando os autores a realizarem o depósito, a fim de que seu trabalho seja considerado na avaliação, aumentando assim as suas chances de serem promovidos ou nomeados para uma cátedra.



BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS SELECIONADAS

AAUP TASK FORCE ON ECONOMIC MODELS FOR SCHOLARLY PUBLISHING. *Sustaining scholarly publishing: new business models for university presses*. 2011. Disponível em: <<http://mediacommons.futureofthebook.org/mcpress/sustaining/>>.

ADEMA, J.; SCHMIDT, B. From service providers to content producers: new opportunities for libraries in collaborative open access book publishing. *New Review of Academic Librarianship*, n. 16, Suppl. 1, Special Issue: Dissemination Models in Scholarly Communication. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13614533.2010.509542>>.

ARL. *ARL Statistics and Measurement Program*. Disponível em: <<http://www.arl.org/stats/>>.

ARL. *Monograph and Serials Costs in ARL Libraries 1986 to 2002*. Disponível em: <<http://www.arl.org/stats/arlstat/graphs/2002/2002t2.html>>.

ARONSON, B. Improving online access to medical information for low-income countries. *New England J. Medicine*, 350, pp. 966-968, 2004. Disponível em: <<http://content.nejm.org/cgi/content/full/350/10/966>>.

ARUNACHALAM, S.; MUTHU, M.; PRAKASH, P. *Open Access to scholarly literature in India: a status report*. Bangalore: Centre for Internet & Society, 2011. Disponível em: <<http://www.cis-india.org/openness/blog/open-access-to-scholarlyliterature>>.

BERNERS-LEE, T. *Information management: a proposal*. 1989. Disponível em: <<http://www.w3.org/History/1989/proposal.html>>.

BJÖRK, B.-C.; ROOS, A.; LAURI, M. Scientific journal publishing: yearly volume and open access availability. *Information Research*, v. 14, n. 1, paper 391, 2009. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/14-1/paper391.html>>.

BJÖRK, B.-C. et al. Open Access to the scientific journal literature: Situation 2009. *PLoS ONE*, v. 5, n. 6, e11273, 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0011273>>.

BROWN, S.; SWAN, A. *Data dimensions: disciplinary differences in research data sharing, reuse and long term viability*. Edinburgh: Digital Curation Centre, 2009. Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/sites/default/files/documents/publications/SCARP%20SYNTHESIS.pdf>>.

CAMBRIDGE ECONOMIC POLICY ASSOCIATES. *Heading for the open road: costs and benefits of transition in scholarly communication*. London: Research Information Network, 2011. Disponível em: <http://www.rin.ac.uk/system/files/attachments/Dynamics_of_transition_report_for_screen.pdf>.

COX, J.; COX, L. *Scholarly Publishing Practice: third survey 2008; academic journal publishers' policies and practices in online publishing*. Shoreham-by-Sea: ALPSP, 2008. Disponível em: <http://www.alpsp.org/ngen_public/article.asp?aid=24781>.

GARGOURI, Y. et al. Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. *PLoS ONE*, v. 5, n. 10, e13636, 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0013636>>.

GUÉDON, J. *Open Access and the divide between "mainstream" and "peripheral" science*. 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10760/10778>>.

HAIJEM, C.; HARNAD, S.; GINGRAS, Y. Ten-year cross-disciplinary comparison of the growth of Open Access and how it increases research citation impact. *IEEE Data Engineering Bulletin*, v. 28, n. 4, p. 39-47, 2005. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/11688/>>.

HARNAD, S. *Impact analysis in the open access era*. 2005. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/2005/10/10.html>>.

HARNAD, S. Implementing peer review on the net: scientific quality control in scholarly electronic journals. In: PEEK, R.; NEWBY, G. (Eds.). *Scholarly Publishing: the electronic frontier*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996. p. 103-118. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/2900/>>.

HARNAD, S.; BRODY, T. Comparing the impact of open access (OA) vs. non-OA articles in the same journals. *D-Lib Magazine*, v. 10, n. 6, 2004. Disponível em: <www.dlib.org/dlib/june04/harnad/06harnad.html>.

HITCHCOCK, S. et al. *Evaluating Citebase, an open access Web-based citation-ranked search and impact discovery service*. 2003. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/8204/>>.

HOUGHTON, J.; SHEEHAN, P. *The economic impact of enhanced access to research findings CSES*. Melbourne: Victoria University, Aug. 2006. (Working paper, 23). Disponível em: <<http://www.cfses.com/documents/wp23.pdf>>.



- HOUGHTON, J.; SHEEHAN, P. Estimating the potential impacts of open access to research findings. *Economic Analysis & Policy*, v. 39, n. 1, 1 Mar. 2009. Disponível em: <<http://www.eap-journal.com/download.php?file=696>>.
- HOUGHTON, J.; STEELE, C.; SHEEHAN, P. *Research communication costs in Australia: emerging opportunities and benefits; report to the Department of Education, Science and Training*. Canberra: Department of Education, Science and Training, 2006. Disponível em: <<http://dspace.anu.edu.au/handle/1885/44485>>.
- HOUGHTON, J.; SWAN, A.; BROWN, S. *Access to research and technical information in Denmark: technical report*. Southampton: School of Electronics & Computer Science, University of Southampton, 2011. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/22603/>>.
- HOUGHTON, J. W. et al. *Economic implications of alternative scholarly publishing models: exploring the costs and benefits; report to the Joint Information Systems Committee (JISC)*. 2009. Disponível em: <<http://www.cfses.com/EIASPM/>>.
- INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE COUNCIL. *World Social Science Report 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/resources/reports/worldsocial-science-report/>>.
- KNOWLEDGE EXCHANGE. *Open Access: what are the economic benefits? A comparison of the United Kingdom, Netherlands and Denmark*. 2009. Disponível em: <<http://www.knowledge-exchange.info/Default.aspx?ID=316>>.
- LOOK, H.; PINTER, F. Open Access and humanities and social science monograph publishing. *New Review of Academic Librarianship*, n. 16, Suppl. 1, Special Issue: Dissemination Models in Scholarly Communication, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13614533.2010.512244#tabModule>>.
- LYNCH, C. A. Open Computation: Beyond Human-Reader-Centric Views of Scholarly Literatures. In: JACOBS, N. (Ed.). *Open Access: key strategic, technical and economic aspects*. Oxford: Chandos Publishing, 2006. Disponível em: <<http://www.ischool.berkeley.edu/research/publications/2006/342/0>>.
- MORRIS. *Journal authors' rights: perception and reality*. 2009. Disponível em: <<http://www.publishingresearch.net/documents/JournalAuthorsRights.pdf>>.
- RESEARCH INFORMATION NETWORK. *Overcoming barriers: access to research information content*. 2009. Disponível em: <http://www.rin.ac.uk/system/files/attachments/overcoming_barriers_report.pdf>.
- RODRIGUEZ-ESTEBAN, R. Biomedical text mining and its applications. *PLoS Comput Biol*, v. 5, n. 12, e1000597, 2009. Disponível em: <<http://www.ploscompbiol.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pcbi.1000597>>.
- RUUSALEPP, R. *Infrastructure planning and data curation: a comparative study of international approaches to enabling the sharing of research data*. Edinburgh: Digital Curation Centre, 2008. Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/sites/default/files/documents/publications/reports/Data-Sharing-Report.pdf>>.
- SALE, A. H. J. Comparison of IR content policies in Australia. *First Monday*, v. 11, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://eprints.utas.edu.au/264/>>.
- SUBER, P. *Open Access overview*. 2010. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>.
- SWAN, A. The business of digital repositories. In: WEENINK, K.; WAAIJERS, L.; VAN GODTSENHOVEN, K. (Eds.). *A DRIVER'S Guide to European Repositories*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/14455/>>.
- SWAN, A. Open Access and the progress of science. *American Scientist*, v. 95, n. 3, p. 197-199, May/Jun. 2007. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13860/>>.
- SWAN, A. Open Access and the progress of science. *American Scientist*, v. 95, n. 3, p. 197-199, May/Jun. 2007. En español (versão em espanhol). Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/15958/>>.
- SWAN, A. *The open access citation advantage: studies and results to date*. 2010. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/18516/>>.
- SWAN, A.; BROWN, S. *Open access self-archiving: an author study*. 2005. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10999/>>.
- SWAN, A.; BROWN, S. *To share or not to share: research data outputs*. Research Information Network, 2008. Disponível em: <<http://www.rin.ac.uk/our-work/data-management-and-curation/share-or-not-share-research-data-outputs>>.
- SWAN, A. et al. *Delivery, management and access model for e-prints and open access journals within further and higher education: report for the JISC*. 2005. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/11001/>>.
- UNESCO. *UNESCO Science Report 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/sciencetechnology/prospective-studies/unescoscience-report/unesco-science-report-2010/>>.
- YOUNG, P. *The serials crisis and Open Access: a white paper for the Virginia Tech Commission on Research*, 2009. Disponível em: <http://scholar.lib.vt.edu/faculty_archives/YoungP/OAwhitepaper.pdf>.



GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E ABREVIATURAS

Acesso Aberto “dourado” – Acesso Aberto por meio da publicação de artigos em periódicos com Acesso Aberto (AA).

Acesso Aberto “híbrido” (*Hybrid Open Access*) – Acesso Aberto para artigos específicos em um periódico que, de outra forma, vende assinaturas. Os autores podem pagar para publicar seus artigos com AA, enquanto o restante do periódico permanece sendo de acesso pago. É oferecido por editoras que desejam manter seu sistema de assinaturas e também oferecer uma opção de AA, e pode ser visto como um mecanismo de transição para o AA pleno em algum momento no futuro.

Acesso Aberto “verde” – Acesso Aberto por meio do depósito/autoarquivamento de itens (artigos publicados em periódicos, anais e apresentações de conferências revisados por pares, além de teses e dissertações) em um repositório de AA.

Autoarquivamento – processo de depositar um artigo ou outro produto de pesquisa em forma digital em um repositório de Acesso Aberto.

BOAI – Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste. Essa foi a primeira definição formal do Acesso Aberto, desenvolvida em uma reunião patrocinada pelo Instituto Sociedade Aberta – atualmente, Fundações Sociedade Aberta –, realizada em Budapeste, Hungria, em dezembro de 2001, e publicada em fevereiro de 2002.

Coleta (*harvesting*) – a coleta de objetos (artigos, livros, dados etc.) ou de informações de um ou mais *sites* remotos, para reuni-los em um outro *site*. Termo usado, por exemplo, com relação à coleta de artigos em repositórios institucionais e sua transferência e disponibilização em uma base de dados central.

Creative Commons – organização sem fins lucrativos que estabelece, mantém e administra a infraestrutura de dispositivos jurídicos e técnicos, a fim de permitir o compartilhamento de produtos digitais, inclusive o desenvolvimento de uma série de licenças. Disponível em: <<http://creativecommons.org/>>.

Dados Abertos (*Open Data*) – na área de comunicação científica, são conjuntos de dados produzidos pela pesquisa e disponibilizados em Acesso Aberto. Algumas condições podem ser aplicadas quanto a seu uso, dependendo da necessidade de confidencialidade ou outras restrições.

Definição “BBB” de Acesso Aberto – síntese das três iniciativas formais mais importantes para a construção de uma definição oficial de Acesso Aberto, formulada em reuniões realizadas em Budapeste (ver BOAI), Bethesda e Berlim.

E-print – versão eletrônica de um artigo publicado em periódico ou de um capítulo de livro.

Ganho duplo (*double-dipping*) – prática pela qual uma editora oferece Acesso Aberto pela via “dourada” em um periódico que, em outras condições, comercializa assinaturas, sem se comprometer com a redução do preço das assinaturas em razão da nova fonte de receita. Aqui, o autor paga uma taxa de processamento do artigo, e a editora publica aquele artigo com AA: o restante do conteúdo daquele número do periódico continua disponível apenas para os assinantes. Algumas editoras reduzem o preço de suas assinaturas, à medida que a receita derivada das taxas de processamento de artigos aumenta; porém, a maioria delas não faz isso, beneficiando-se duas vezes, portanto, das verbas da comunidade de pesquisa.

Metadados – informação que descreve um objeto. Em termos de comunicação científica, o objeto pode ser um artigo, um livro, um conjunto de dados etc. Os metadados – ou dados bibliográficos – descrevem a autoria, a proveniência, o local de publicação, o tipo de objeto e outras informações.

Mineração de dados (*data mining*) – processo computacional que utiliza técnicas de análise e extração de dados. Os conjuntos de dados são recuperados por *softwares* com sistema de busca, que reconhecem entidades, relações e ações, integrando-as de novas formas para gerar novos conhecimentos.



Mineração de textos (*text mining*) – processo computacional que utiliza técnicas de análise e extração de dados em textos, frases e palavras. Os *softwares* buscam e recuperam a informação, e reconhecem entidades, relações e ações, integrando-as de novas formas para gerar novos conhecimentos.

OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) – protocolo da Iniciativa de Arquivos Abertos para a Coleta de Metadados. Norma de padronização técnica para os metadados dos repositórios e periódicos de Acesso Aberto. A adoção dessa padronização garante a interoperabilidade.

Pacote de periódicos eletrônicos (*Big Deal*) – assinatura de um pacote de múltiplos periódicos de uma única editora. Geralmente é assinado por bibliotecas, por um período de vários anos consecutivos.

Periódico de Acesso Aberto – periódico que disponibiliza gratuitamente seu conteúdo eletrônico imediatamente após a publicação do artigo e em uma base de dados (repositório) permanente.

Postprint – artigo publicado em um periódico – ou livro, ou capítulo de um livro – que passou pela revisão por pares e foi modificado conforme o resultado dessa revisão, mas que permanece no formato criado pelo autor – ou seja, não no formato publicado pela editora.

Preprint – artigo de um periódico – ou livro, ou capítulo de um livro – que ainda não passou pela revisão por pares.

Repositório – base de dados digital de produtos resultantes de pesquisa. Pode ter base institucional ou servir a uma comunidade disciplinar, geográfica ou de outra natureza.



ANEXO 1. Exemplos de políticas

A.1.1 Políticas de entidades financiadores

Seguem-se alguns exemplos de políticas de financiadores.

• • • A.1.1.1 Wellcome Trust¹⁷⁶

(Este é um exemplo de política de Tipo 3)

Declaração de Posição de Política de Acesso Aberto apoiando o acesso gratuito e sem restrições às pesquisas publicadas.

A missão da Fundação Wellcome Trust é apoiar as mentes mais brilhantes da área da pesquisa biomédica e das humanidades médicas. O principal produto dessa pesquisa são novas ideias e novos conhecimentos, que o Trust espera que seus pesquisadores publiquem em periódicos de alta qualidade, após revisão por pares.

A Wellcome Trust acredita que maximizar a distribuição desses artigos – por meio da oferta de acesso online gratuito – é a maneira mais eficaz de assegurar que a pesquisa financiada por nós possa ser acessada, lida e utilizada. O que, por sua vez, permitirá a criação de uma rica cultura de pesquisa.

A Wellcome Trust, portanto, apoia o acesso irrestrito à produção de pesquisas publicadas como um elemento fundamental de sua missão de benemerência e um benefício público a ser incentivado sempre que possível. Em termos específicos, a Wellcome Trust:

- Espera que os autores de trabalhos de pesquisa maximizem as oportunidades de tornar seus resultados gratuitamente disponíveis.
- Exige que cópias eletrônicas de quaisquer trabalhos de pesquisa que tenham sido aceitos para publicação em um periódico que requeira a revisão por pares, e que sejam apoiados, no total ou em parte, por financiamentos concedidos pela Wellcome Trust, sejam disponibilizados por meio da PubMed Central (PMC) e da UK PubMed (UKPMC) assim que possível e no máximo seis meses após a data oficial de publicação final pelo editor do periódico.

- Oferecerá aos beneficiários de financiamentos verbas suplementares, por intermédio de suas instituições, destinadas a cobrir os custos do Acesso Aberto, quando necessário, a fim de cumprir as exigências do Fundo.
- Incentiva – e, nos casos em que custeia uma taxa de Acesso Aberto, exige – que os autores e editores procedam ao licenciamento de artigos de pesquisa, a fim de que estes possam ser livremente copiados e reutilizados (por exemplo, para fins de mineração de textos e dados), na condição de que os créditos sejam integralmente atribuídos.
- Afirma o princípio de que o mérito intrínseco do trabalho, e não o título do periódico no qual o trabalho do autor foi publicado, deve ser levado em conta por ocasião das decisões quanto à concessão de financiamentos.

Os detalhes específicos de como os autores devem observar esta política podem ser encontrados na lista de perguntas mais frequentes (FAQs) destinada ao autor. Informações para editores podem ser encontradas no guia para editores. Esta política continuará sujeita a revisões.

• • • A.1.1.2 Institutos Nacionais de Saúde (Estados Unidos)¹⁷⁷

(Este é um exemplo de política de Tipo 3)

O diretor dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) exigirá que todos os pesquisadores que recebam financiamentos dos NIH encaminhem, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, à PubMed Central da Biblioteca Nacional de Medicina, uma cópia eletrônica de seus manuscritos em versão final e revisada por pares, assim que estes forem aceitos para publicação, que deverão ser divulgados ao público em um prazo não superior a 12 meses após a data oficial de publicação, ficando estipulado que os NIH implementarão a política de acesso público de forma consistente com a lei de direitos autorais.

176 Disponível em: <<http://www.wellcome.ac.uk/About-us/Policy/Policy-and-positionstatements/WTD002766.htm>>.

177 Disponível em: <<http://grants.nih.gov/grants/guide/notice-files/NOT-OD-08-033.html>>.



Detalhamento

1. A Política de Acesso Público dos NIH se aplica a todos os artigos revisados por pares produzidos, no todo ou em parte, com financiamento dos NIH ou por autores que pertençam ao quadro de funcionários dos NIH, e que forem aceitos para publicação a partir de 7 de abril de 2008.
2. As instituições e os pesquisadores são responsáveis por assegurar que quaisquer acordos de publicação ou de direitos autorais relativos aos artigos apresentados estejam em plena conformidade com esta Política.
3. A *PubMed Central* é o arquivo digital dos NIH para os textos integrais de artigos revisados por pares e publicados em periódicos. Seu conteúdo é publicamente acessível e integrado com outras bases de dados (ver <<http://www.pubmedcentral.nih.gov>>).
4. O manuscrito final revisado por pares inclui todos os gráficos e materiais suplementares associados ao artigo.
5. A partir de 5 de maio de 2008, qualquer pessoa que apresente ao NIH um requerimento, proposta ou relatório de progresso terá que incluir o número de referência de Apresentação de Manuscrito do PMC ou dos NIH ao citar os artigos resultantes de sua pesquisa financiada pelos NIH. Esta política abrange os requerimentos encaminhados ao NIH na data final do prazo que vence em 25 de maio de 2008 e todas as datas finais subsequentes.

Observância

A observância desta política é exigida por lei e termo e condição da concessão de financiamentos e acordos de cooperação, de conformidade com o *NIH Grants Policy Statement* (Política de Concessão de Financiamentos dos NIH). Quanto aos contratos, os NIH incluem essa exigência em todas as solicitações e concessões de P&D nos termos da Seção H, Exigências Especiais para Contratação, em conformidade com o Formato Uniforme dos Contratos.

• • • A.1.1.3 Conselho Irlandês de Pesquisa para Ciência, Engenharia e Tecnologia (IRCSET)¹⁷⁸

(Este é um exemplo de política de Tipo 1)

A POLÍTICA DO CONSELHO IRLANDÊS DE PESQUISA PARA CIÊNCIA, ENGENHARIA E TECNOLOGIA RELATIVA A: O REPOSITÓRIO DE ACESSO ABERTO DE TRABALHOS DE PESQUISA PUBLICADOS.

O Conselho Irlandês de Pesquisa para Ciência, Engenharia e Tecnologia (IRCSET) estabeleceu e irá promover a seguinte política relativa à colocação de publicações sobre pesquisas em Repositórios de Acesso Aberto.

Sempre que uma publicação de pesquisa resultar, no todo ou em parte, de uma pesquisa financiada pelo IRCSET (ou seja, sempre que um dos pesquisadores em questão tiver seu trabalho financiado por verbas do IRCSET), a seguinte política deverá ser observada a partir de 1º de maio de 2008.

AS SEQUINTE DETERMINAÇÕES SE APLICAM AOS PESQUISADORES FINANCIADOS PELO IRCSET **A política do IRCSET tem como base os seguintes princípios básicos:**

A eficácia intelectual e o progresso da comunidade de pesquisa como um todo podem ser continuamente reforçados sempre que a comunidade tenha acesso e possa recorrer a uma base a mais vasta possível de conhecimentos e resultados compartilhados. Isso vale particularmente para a área das pesquisas financiadas com verbas públicas, na qual é necessário assegurar o avanço das pesquisas e das inovações científicas em benefício da sociedade e da economia, sem uma duplicação desnecessária dos esforços de pesquisa.

1. *Esta política de publicação confirma a liberdade dos pesquisadores de efetuarem sua publicação inicial onde quer que julguem mais apropriado.*
2. *O efeito da política é o de aumentar a visibilidade das pesquisas financiadas pelo IRCSET e pelo Estado e facilitar o acesso a elas, sempre que a pesquisa em questão deva ser publicada pelo(s) pesquisador(es) responsáveis.*
3. *A política baseia-se na prática reconhecida como a melhor, e segue as recomendações da Política do Conselho Consultivo Europeu de Pesquisas (EURAB) com relação às publicações científicas, estando também de conformidade com a Declaração Conjunta dos Ministros da OCDE que incumbe esta última organização a trabalhar para a implementação dos Princípios*

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://www.ircset.ie/Default.aspx?tabid=102>>.



e Diretrizes sobre o Acesso a Dados de Pesquisas de Financiamento Público anteriormente acordados.

Condições a serem cumpridas pelos beneficiários de financiamentos do IRCSET:

1. Todos os pesquisadores devem colocar suas publicações resultantes, em todo ou em parte, de pesquisas financiadas pelo IRCSET em um repositório de Acesso Aberto assim que possível, mas em um prazo máximo de seis meses.
2. O repositório, de preferência, deve ser um repositório institucional local, ao qual os direitos necessários devem ser outorgados para possibilitar a transferência para outros repositórios.
3. Os autores devem depositar os postprints (ou a versão do editor, caso permitido), acompanhados dos metadados dos artigos aceitos para publicação em periódicos revisados por pares e em anais de congressos internacionais.
4. O depósito deve ser feito por ocasião da aceitação pelo periódico/congresso. Os repositórios deverão liberar os metadados imediatamente, e as restrições ao acesso ao texto integral do artigo deverão ser aplicadas conforme o estabelecido. O Acesso Aberto deverá estar disponível assim que possível após o período de embargo solicitado pelo autor, ou em um prazo de seis meses, o que ocorrer primeiro.
5. Os repositórios apropriados deverão providenciar a preservação de longo prazo dos resultados das pesquisas publicadas e garantir o livre acesso do público a esses resultados.
6. O IRCSET poderá ampliar ou emendar as exigências acima sempre que necessário, a fim de assegurar a melhor prática do Acesso Aberto.

Como funciona o Acesso Aberto?

Um repositório de Acesso Aberto consiste em um sistema de armazenamento e recuperação, onde os resultados de pesquisas e os artigos publicados serão armazenados e disponibilizados ao acesso pleno, aberto e gratuito da comunidade de pesquisadores e do público em geral.

Algumas universidades irlandesas atualmente oferecem seus próprios repositórios de Acesso Aberto, e um consórcio de universidades irlandesas vem-se dedicando ao desenvolvimento de um sistema nacional de repositórios de Acesso Aberto, ou seja, a interligação dos repositórios das instituições participantes, a fim de assegurar a máxima acessibilidade pública.

Em um Repositório de Acesso Aberto, os direitos autorais e as considerações relativas à prática justa de costume não são abandonados, e a publicação no Acesso Aberto não impede a publicação prévia em um periódico científico de renome, nem em uma publicação comercial.

A prática de disponibilizar em "Acesso Aberto" as publicações acadêmicas possibilita seu acesso por qualquer pessoa, em qualquer país do mundo, que possua uma conexão de internet. Os leitores potenciais do material em Acesso Aberto são em número muito superior aos das publicações nas quais o acesso aos textos integrais é restrito aos assinantes. Os repositórios de Acesso Aberto são projetados também para abrir detalhes de seus conteúdos a motores de busca especializados.

A.1.2 Políticas institucionais

• • • A.1.2.1 Universidade de Liège (Bélgica)¹⁷⁹

(Este é um exemplo de política de Tipo 1)

(Pelo reitor, o professor Bernard Rentier)

A política é de cumprimento obrigatório: a determinação de Depósito-Imediato/Acesso-Opcional (DI/AO).¹⁸⁰

1. Todas as publicações devem ser depositadas.
2. Sempre que as condições expressas no acordo com o editor estiverem cumpridas, o autor deverá autorizar que o acesso ao depósito seja aberto.
3. Como padrão, o acesso a um depósito será fechado, salvo se o Acesso Aberto houver sido autorizado. Em caso de dúvida, o acesso permanecerá fechado a fim de evitar conflitos com as condições do acordo do editor.
4. Para os depósitos de acesso fechado, o repositório institucional <http://orbi.ulg.ac.be/> terá um *botão de solicitação de uma cópia eletrônica por e-mail*, permitindo ao autor autorizar solicitações de cópias avulsas.¹⁸¹

¹⁷⁹ Disponível em: <http://orbi.ulg.ac.be/files/extrait_moniteur_CA.pdf>.

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?archives/71-guid.html>>.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?archives/274-guid.html>>.



26 de novembro de 2008 (mensagem do Reitor ao corpo docente):

O aumento da visibilidade internacional da ULg (Universidade de Liège) e de seus pesquisadores, graças, principalmente, a suas publicações, bem como o apoio ao desenvolvimento em escala global do Acesso Aberto e gratuito aos trabalhos científicos (AA) são os dois objetivos centrais das medidas por mim tomadas, como os senhores provavelmente já sabem.

A pedido meu, foi criado na ULg pela Rede de Bibliotecas, o Repositório Institucional "ORBi" (Repositório e Bibliografia Abertos) com o fim de alcançar esses objetivos.

[i] A fase experimental de codificação, baseada no trabalho voluntário estando concluída, podemos agora, neste 26 de novembro de 2008, avançar e dar início à "fase de produção". Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os professores e pesquisadores que já arquivaram no ORBi centenas de suas referências, 70% delas consistindo de textos na íntegra. Graças à sua paciência, o ajuste fino do sistema foi concluído.

De hoje em diante, é responsabilidade de cada membro da ULg alimentar o ORBi com suas próprias referências. Quanto a isso, o Conselho Administrativo da Universidade decidiu tornar obrigatório a todos os membros da ULg:

- o depósito de todas as referências bibliográficas de seus trabalhos publicados a partir de 2002;
- o depósito do texto integral de todos seus artigos publicados em periódicos a partir de 2002.

O acesso a esses textos integrais só será concedido com a permissão do autor e em consonância com as regras aplicáveis aos direitos e direitos autorais do autor. A Universidade tem grande interesse em respeitar os direitos de todas as partes interessadas.

[ii] Para publicações futuras, o depósito no ORBi será obrigatório assim que o artigo for aceito pelo editor.

[iii] Eu gostaria de lembrar-lhes que, tal como anunciado há um ano, em março de 2007, a partir de 1º de outubro de 2009, apenas as referências depositadas no ORBi serão levadas em conta na lista oficial de publicações que acompanha qualquer curriculum vitae apresentado para fins de procedimentos internos de avaliação (nomeações, promoções, concessão de financiamentos etc.).

Seminários informativos foram programados para os próximos meses, a fim de permitir que todos os senhores se familiarizem com o uso dessa ferramenta. Ajuda *online* também se encontra disponível, como, por exemplo, o manual do usuário simplificado (também disponível em forma de panfleto) e o Guia do Depositante.

O desenvolvimento do ORBi oferece múltiplas vantagens não apenas para a Instituição, mas também para os pesquisadores e suas equipes, tais como:

- um aumento considerável da visibilidade para os trabalhos publicados, por meio de referências nos principais motores de busca (Google Acadêmico, OAI metamotors etc.);
- a conservação centralizada e perene das publicações, permitindo múltiplas possibilidades de exploração (integração em páginas na internet (*webpages*) pessoais, institucionais, exportação de listas de referência para outros aplicativos e organizações de financiamento, tais como o Fundo Nacional Belga para a Pesquisa Científica) etc.

Espero que, apesar do tempo que os senhores terão que dedicar a essa tarefa um tanto tediosa, logo perceberão as vantagens desta política institucional.

• • • A.1.2.2 Universidade de Pretória (África do Sul)¹⁸²

(Este é um exemplo de política de Tipo 1)

A fim de auxiliar a Universidade de Pretória a oferecer Acesso Aberto aos artigos acadêmicos resultantes das pesquisas executadas na Universidade e financiadas com verbas públicas, o corpo docente e os alunos são *obrigados* a:

- apresentar os *postprints* revisados por pares e os metadados de seus artigos ao UPSpace, o repositório institucional da Universidade, e também dar à Universidade permissão para tornar esse conteúdo gratuitamente disponível e tomar as providências necessárias para a conservação perpétua desses arquivos.

Os *postprints* devem ser apresentados *imediatamente* após sua aceitação para publicação. A Universidade de Pretória exige que seus pesquisadores cumpram as políticas dos financiadores de pesquisas, tais como a *Wellcome Trust*, com relação ao arquivamento de arquivo aberto.

¹⁸² Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/137/>>.



Os *postprints* desses artigos não estão excluídos da determinação da UP, e devem primeiramente ser apresentados tal como descritos em (1). Informações sobre as políticas dos diferentes financiadores podem ser encontradas em: <<http://www.sherpa.ac.uk/juliet/>>. O acesso aos textos em versão integral estará sujeito à permissão dos editores. O acesso não será concedido caso a permissão dê margem a dúvidas, ou não esteja disponível. Nesses casos, um sumário será disponibilizado na internet para buscas externas, a fim de alcançar a máxima visibilidade para a pesquisa. O acesso ao texto integral será susgado por um determinado período, caso esse embargo tenha sido exigido pelo editor ou financiador.

O *Open Scholarship Office* assumirá a responsabilidade sobre a Adesão às políticas de arquivamento de editores e financiadores de pesquisas e sobre o gerenciamento do serviço de embargos do sistema, postergando a visibilidade pública a fim de cumprir as exigências colocadas por aqueles.

A Universidade de Pretória *recomenda* enfaticamente que transferências de direitos autorais sejam evitadas. Os pesquisadores são *incentivados* a negociar os termos dos direitos autorais com os editores nos casos em que estes últimos não permitam o arquivamento, a reutilização e o compartilhamento. Isso pode ser feito acrescentando o adendo do autor oficial da UP a um contrato de publicação. A Universidade de Pretória *incentiva* seus autores a publicarem os artigos sobre suas pesquisas em periódicos credenciados de Acesso Aberto.

• • • A.1.2.3 Universidade de Harvard (EUA)¹⁸³

(Este é um exemplo de política de Tipo 2a)

(Pelo professor Stuart Schrieber, *Office of Scholarly Communication*)

Segue-se um modelo de uma política de Acesso Aberto ao estilo de Harvard – com uma licença de preservação de direitos sujeita a isenção e a exigência de depósito. Essa linguagem baseia-se e acolhe as contribuições das políticas adotadas por votação em diversas faculdades de Harvard, e também no MIT, na Escola de Educação da Universidade de Stanford, na Universidade de Duke e outras. Acrescentei algumas anotações esclarecendo a escolha dos termos empregados.

Informações adicionais sobre a motivação e a implementação das políticas de Acesso Aberto de Harvard podem ser encontradas no *site* do *Office for Scholarly*

Communication de Harvard (<http://osc.hul.harvard.edu/>).

Perguntas sobre a política e sobre este modelo de linguagem podem ser colocadas em osc@hulmail.harvard.edu.

O presente documento será atualizado ao correr do tempo, à medida que a política for sendo refinada. Esta é a revisão 1.7 de 17 de abril de 2010, 00:57:25.

1. O corpo docente da [nome da universidade] compromete-se a disseminar os frutos de suas
2. pesquisas e trabalhos acadêmicos da maneira mais ampla possível. Atendo-se a esse compromisso,
3. o corpo docente adota a seguinte política: Cada membro do corpo docente outorga à [nome
4. da universidade] permissão para tornar disponíveis seus artigos acadêmicos e de exercer
5. os direitos autorais sobre esses artigos. Mais especificamente, cada membro do corpo docente outorga
6. à [nome da universidade] uma licença não exclusiva, irrevogável e mundial de exercer todo e qualquer
7. direito contido nos direitos autorais sobre a totalidade de seus artigos acadêmicos, em qualquer
8. meio, com a condição de os artigos não serem vendidos com fins lucrativos, e autorizar outros
9. a fazerem o mesmo. A política se aplica a todos os artigos acadêmicos de autoria ou coautoria
10. de um docente no período em que este for membro do corpo docente, com exceção de artigos concluídos
11. anteriormente à adoção desta política, ou quaisquer artigos a respeito dos quais o docente
12. tenha se comprometido com um acordo de licenciamento ou atribuição em data anterior à adoção
13. desta política. O Reitor ou pessoa por ele designada isentará um determinado artigo da aplicação da
14. licença ou adiará o acesso por um determinado período de tempo
15. por determinação expressa de um membro do corpo docente.
16. Cada membro do corpo docente deverá fornecer uma cópia eletrônica da versão final do autor
17. de cada artigo no máximo à data de sua publicação, sem qualquer custo financeiro

183 Redigido por Stuart Shieber. Documento original disponível em: <http://osc.hul.harvard.edu/sites/default/files/model-policy-annotated_0.pdf>.



18. para o representante designado pela Reitoria e no formato correto
19. (como, por exemplo, PDF) especificado pela Reitoria.
20. A Reitoria poderá tornar o artigo disponível ao público em um repositório de Acesso
21. Aberto. A Reitoria será responsável pela interpretação
22. desta política, solucionando controvérsias relativas a sua interpretação e aplicação e, de tempos em tempos,
23. recomendando alterações ao Corpo Docente. A política será revista
24. após três anos, e um relatório será encaminhado ao Corpo Docente.

NOTAS EXPLICATIVAS

Linha 1 – *disseminar os frutos de suas pesquisas e trabalhos acadêmicos da maneira mais ampla possível*: a intenção da política é promover o acesso o mais amplo possível às pesquisas da universidade. O preâmbulo ressalta que o ponto em questão é acesso, e não finanças.

Linha 3 – *outorga*: o termo, aqui, é de importância crucial. A política provoca a outorga da licença de forma direta. Termos alternativos como “todos os membros do corpo docente outorgarão” colocariam a exigência sobre os membros do corpo docente, não provocando a outorga de forma direta.

Linha 4 – *artigos acadêmicos*: o objeto da política são os artigos acadêmicos. O que artigos acadêmicos vêm a ser é deixado propositalmente vago. Claramente abrangidos pelo termo estão (para usar a terminologia da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste) os artigos que descrevem os frutos das pesquisas dos acadêmicos e que são ofertados ao mundo como contribuição à investigação e ao conhecimento, sem expectativa de remuneração.

O mais comum é que esses artigos sejam publicados em periódicos com revisão por pares e em anais de congressos. Claramente excluídos dessa definição está uma grande variedade de outros tipos de textos acadêmicos tais como livros e artigos encomendados, bem como literatura popular, ficção, poesia e materiais didáticos (notas de aula, vídeos de palestras, estudos de caso). É frequente que docentes manifestem a preocupação de que o termo não tem (nem poderia ter) uma definição precisa. Essa preocupação, geralmente, diz respeito a se um caso particular é ou não abrangido pelo termo. No entanto, a delimitação exata de cada caso não é possível nem necessária. Mais particularmente,

se a preocupação for de um artigo específico ser erroneamente colocado no âmbito da política, uma isenção sempre pode ser obtida.

Linha 5 – *outorga*: aqui também, o termo não é “outorgará”.

Linha 6 – *exercer todo e qualquer direito contido nos direitos autorais*: a licença é bastante ampla, por duas razões. Primeiramente, essa amplitude permite flexibilidade no uso dos artigos. Uma vez que novos usos para os artigos acadêmicos estão constantemente sendo inventados – um dos principais exemplos sendo a mineração de texto – a preservação de um amplo conjunto de direitos maximiza a flexibilidade no uso dos materiais.

Em segundo lugar, um conjunto amplo de direitos permite que a universidade devolva esses direitos ao autor, criando assim um método alternativo para sua aquisição que não seja solicitá-los do editor. Embora esteja sendo permitido à universidade o exercício de um conjunto amplo de direitos, não é exigido que ela os exerça. As universidades têm a liberdade de estabelecer políticas quanto a quais direitos serão usados e de que maneira, como por exemplo, firmar com os editores acordos abrangentes. Por exemplo, uma universidade pode concordar com determinadas restrições à sua atuação em troca do editor reconhecer a existência da licença anterior e de um acordo quanto à não exigência de adendos ou isenções. Harvard criou também um acordo-modelo desse tipo: <<http://osc.hul.harvard.edu/docs/model-pubagreement-090430.pdf>>.

Linha 8 – *não serem vendidos com fins lucrativos*: esse termo parece preferível ao termo mais vago “não comercial”. A intenção é permitir usos que impliquem a recuperação dos custos diretos, tais como uso em coleções de apostilas que permitam reaver os custos das fotocópias. Uma vez que a disponibilidade de Acesso Aberto permite uma distribuição fluente usando um meio com custos marginais praticamente nulos, mesmo esse nível de atividade comercial talvez não seja necessário. De fato, Harvard estipulou em acordos com editores que evitará até mesmo vendas de recuperação de custos: “Quando Harvard divulga ou distribui um artigo, Harvard não cobrará por ele e não venderá espaço de publicidade na mesma página sem a permissão do Editor. Mesmo os preços que apenas recuperam os custos de reprodução ou de outro tipo, não envolvendo lucros, serão proibidos”.

Permitir a recuperação dos custos cria um novo conjunto de direitos a ser assim negociado. A política pode também se abster de toda e qualquer venda, caso preferível, e nesse caso a expressão “com fins lucrativos” pode ser retirada.



Linha 8 – *autorizar outros*: o dispositivo de transferibilidade permite que a universidade autorize outros a fazerem uso dos artigos. Por exemplo, os pesquisadores podem ser autorizados a usar os artigos para mineração de textos. E o que é importante, os próprios autores originais podem ser autorizados a fazer uso de seus artigos, por exemplo, distribuindo-os legalmente a partir de seus próprios *websites* (o que, atualmente, muitos fazem de forma ilegal), usá-los em suas aulas, desenvolver trabalhos derivativos etc.

Linha 9 – *fazerem o mesmo*: essa ordem da fraseologia, introduzida na política do MIT, deixa claro que o dispositivo de transferibilidade se aplica tanto aos direitos preservados quanto à limitação não comercial.

Linha 10 – *artigos concluídos antes da adoção*: a aplicação retroativa da política é problemática e, de qualquer modo, suspeita. Esta cláusula deixa claro que a licença se aplica apenas prospectivamente.

Linha 13 – *Reitor (Provost)*. A linguagem-modelo é a de uma política universitária onde as questões acadêmicas da universidade são supervisionadas por um *Provost*. Em se tratando de uma política universitária onde essa supervisão é realizada por um *Dean*, algumas ocorrências do termo “*Provost*” podem ser substituídas pelo termo “*Dean*”, sempre que conveniente, como ocorreu nas políticas de Harvard.

Linha 13 – *isentar*: e não “poderá isentar”. A isenção fica a critério exclusivo do autor. Essa política de isenções amplas é de importância para a palatabilidade da política, sendo talvez o aspecto mais importante desse enfoque de políticas de Acesso Aberto. A capacidade de isentar o artigo de licenciamento significa que a política não decreta a preservação de direitos, mas apenas altera o método-padrão de preservação de direitos, passando do *opt-in* para o *opt-out*. Muitas das preocupações manifestadas pelos docentes quanto a essas políticas são sanadas por essa isenção ampla. Essas preocupações incluem questões de liberdade acadêmica, efeitos não planejados nos membros mais jovens do corpo docente, objeções baseadas em princípios libertários, liberdade para acatar as políticas dos editores etc. Alguns talvez sejam de opinião que a política seria “mais forte” sem a cláusula de isenção ampla, se, por exemplo, as isenções fossem examinadas com base em algum tipo de critério. Na verdade, independentemente de quais restrições sejam feitas às isenções (inclusive sua total eliminação), existe sempre a possibilidade de fato de uma isenção ser adotada em razão de um membro do corpo docente mover uma ação exigindo de que uma exceção seja feita em seu caso particular. É muito melhor incorporar na política uma válvula de escape que ofereça uma solução

antecipada do que acabar oferecendo essa mesma solução sob pressão de um confronto desgastante, no qual um ou mais membros do corpo docente, sentindo-se ressentidos, exigem uma exceção a uma política que supostamente não as permite.

Linha 14 – *licença*: a isenção se aplica à licença, e não à política como um todo. A distinção não é de importância crucial em sentido pragmático, uma vez que, de modo geral, é a licença que leva às solicitações de isenção, não o aspecto de depósito da política e, de qualquer maneira, o autor conta com uma possibilidade de fato de isenção do aspecto do depósito ao simplesmente optar por não disponibilizar um manuscrito. Mesmo assim, caso seja possível usar essa formulação mais limitada, ela é preferível por reforçar a ideia de que todos os artigos devem ser depositados, quer uma isenção seja ou não concedida e quer eles possam ou não ser distribuídos.

Linha 14 – *adiará o acesso*: a Universidade de Duke foi pioneira na incorporação de um período de embargo administrado pelo autor para artigos específicos, como forma de respeitar a vontade do editor sem a necessidade de uma isenção plena. Isso permite que se tire partido de todo o espectro dos direitos após o término do período de embargo, sem ter que depender do que o editor se disponha a permitir. Uma vez que ainda se trata de uma oportunidade *opt-out*, isso não enfraquece a política em aspectos importantes. Uma tal menção explícita a embargos pode agradar aos membros do corpo docente por reconhecer a prevalência dos embargos nos periódicos com os quais eles estão familiarizados.

Linha 15 – *expressa*: um autor deve determinar de forma concreta para que uma isenção seja concedida, mas a expressão “expressa” é preferível a “por escrito”, por permitir, por exemplo, o uso de um formulário eletrônico para a determinação de uma isenção.

Linha 15 – *determinação*: o termo substitui “solicitação”, usado anteriormente, de forma a deixar claro que a solicitação não pode ser negada.

Linha 16 – *versão final do autor*: a versão final do autor – a versão posterior à revisão por pares e às alterações dela resultantes, e qualquer editoração da qual o autor tenha participado – é a versão correta para a qual deve ser solicitada a distribuição. Os autores têm razões legítimas para não se disporem a fornecer versões anteriores à versão final e, na medida que direitos adicionais incidem sobre a versão definitiva publicada pelo editor que vão além dos direitos que incidem sobre a versão final do autor, aquela versão não se enquadraria na licença outorgada pelo autor.



Linha 17 – *no máximo à data de sua publicação*: a distribuição de artigos nos termos desta política não tem como intenção apropriar-se da publicação no periódico, e sim complementá-la. Isso faz com que a política seja também consistente com o pequeno grupo de periódicos que ainda seguem a regra *Ingelfinger*. Uma alternativa seria solicitar a entrega no momento da aceitação para publicação, com uma declaração de que a distribuição pode ser adiada até a data da publicação.

Linha 23 – *revista*: especificar uma revisão deixa claro que haverá a clara oportunidade de ajustar a política à luz de quaisquer problemas que venham a surgir.

• • • **A.1.2.4** Universidade de Strathmore (Quênia)¹⁸⁴

(Este é um exemplo de política de Tipo 2a)

A Universidade de Strathmore está comprometida com a disseminação a mais ampla possível dos frutos de suas pesquisas e de sua produção acadêmica. Para cumprir com esse compromisso, a Universidade adota a seguinte política: todos os membros da Universidade concederão ao Vice-Chanceler e ao Conselho Acadêmico da Universidade de Strathmore permissão para tornar disponíveis seus artigos acadêmicos e exercer os direitos autorais sobre esses artigos.

Em termos mais específicos, todos os membros do corpo docente concederão ao Vice-Chanceler e ao Conselho Acadêmico da Universidade de Strathmore uma licença não exclusiva, irrevogável e mundial para exercer todos e quaisquer direitos relativos à totalidade de seus artigos acadêmicos, em qualquer meio, e para autorizar outros a fazerem o mesmo, com a condição de que os artigos não sejam postos à venda com fins lucrativos.

A política se aplicará a todos os artigos acadêmicos de autoria ou coautoria de uma pessoa no período em que ela for membro da Universidade, com a exceção de quaisquer artigos concluídos em data anterior à adoção da política e de quaisquer artigos com relação aos quais o membro do corpo docente tenha firmado um acordo de licenciamento ou atribuição incompatível com a política, em data anterior à adoção desta última.

O Vice-Chanceler ou pessoa designada por ele isentarão da aplicação da política um determinado artigo, mediante solicitação por escrito de um membro do corpo docente, explicando as razões de assim agir. Todos os membros do corpo docente fornecerão uma cópia eletrônica da versão final do artigo, sem qualquer ônus financeiro,

ao representante designado pelo Gabinete do Vice-Chanceler, no formato correto (como, por exemplo, PDF) especificado pelo Gabinete do Vice-Chanceler, no máximo até a data da publicação. O Gabinete do Vice-Chanceler pode disponibilizar o artigo ao público em um repositório de Acesso Aberto.

O Gabinete do Diretor de Pesquisas será responsável pela interpretação desta política, solucionado controvérsias relativas à sua interpretação e aplicação e, de tempos em tempos, recomendando alterações à Universidade. A política será revista após três anos, e um relatório será encaminhado ao Conselho Acadêmico.

• • • **A.1.2.5** Universidade de Tecnologia de Queensland – QUT (Austrália)¹⁸⁵

(Este é um exemplo de política de Tipo 2b)

Materiais que representam a totalidade das pesquisas e da produção acadêmica da Universidade disponibilizados ao público devem ser colocados no repositório institucional de *e-prints* da QUT, sujeitos às exceções listadas abaixo. Dessa maneira, a Universidade contribuirá para o crescente corpus internacional de literatura revisada de pesquisa e de outros tipos disponível em Acesso Aberto, processo esse que vem ocorrendo em universidades de todo o mundo.

Os seguintes tipos de material *têm* que ser incluídos nos *e-prints* da QUT:

- Artigos e textos apresentados em congressos (o manuscrito aceito do autor) avaliados e posteriores à revisão por pares.
- Teses digitais apresentadas por candidatos de pós-graduação na área de pesquisa por intermédio do Centro de Estudantes de Pesquisa (ver F/1.10 Tratamento de teses na biblioteca).

Os seguintes tipos de material *podem* ser incluídos nos *e-prints* da QUT:

- Artigos e textos apresentados em congressos (o manuscrito apresentado pelo autor) avaliados e com as correções posteriores à revisão por pares, caso necessárias.
- Livros e capítulos de livros.
- Literatura de pesquisa sem referências, contribuições apresentadas em congressos, capítulos constantes dos anais (a versão aceita).

¹⁸⁴ Disponível em: <<http://roarmap.eprints.org/344/>>.

¹⁸⁵ Disponível em: <http://www.mopp.qut.edu.au/F/F_01_03.jsp#F_01_03.02.mdoc>.



- Trabalhos criativos com um componente de pesquisa.
- Descrições de dados e conjuntos de dados de pesquisa.

Material a ser comercializado ou que contenha conteúdo confidencial, ou nos casos em que a promulgação infringiria um compromisso legal assumido pela Universidade e/ou pelo autor, não serão incluídos nos *e-prints* da QUT.

Os materiais serão organizados nos *e-prints* da QUT de acordo com as mesmas categorias usadas nos relatórios de pesquisas apresentados ao DIISR (ver o *site* do *Office of Research*).

A QUT prefere que os materiais sejam disponibilizados à época de sua publicação. As solicitações de embargos com períodos superiores a 12 meses devem ser encaminhadas ao Vice-Chanceler Adjunto (Tecnologia, Informação e Apoio Didático).

• • • **A.1.2.6** Universidade de Southampton (Reino Unido)¹⁸⁶

(Este é um exemplo de política de Tipo 4)

1. Declaração de Posição

1. A Universidade de Southampton exige que toda a sua equipe de pesquisadores deposite as informações bibliográficas de todos os produtos de suas pesquisas no repositório de pesquisas *E-prints Soton*, para que seja criado um registro institucional amplo de todas as atividades de pesquisa.
2. A Universidade exige que os *postprints* de artigos publicados em periódicos e as comunicações apresentadas em congressos sejam depositados e tornados de Acesso Aberto, sempre que permitido pelo editor, a fim de maximizar a visibilidade e o impacto da pesquisa.

2. Política

2.1 Depósito de produtos de pesquisas

Os membros da equipe são *obrigados* a depositar os metadados bibliográficos de todas as formas de produção publicadas no repositório de pesquisas *E-prints Soton*.

Os membros da equipe são *obrigados* a depositar os manuscritos avaliados, corrigidos e aceitos (*postprints*) de todos os artigos revistos por pares e publicados em periódicos, bem como de todos os artigos apresentados em congressos após a revisão por pares.

Os membros da equipe são *incentivados* a depositar, sujeito às restrições exigidas pelo editor, as seguintes formas de produtos de pesquisa:

1. Manuscritos ainda não avaliados (*“preprints”*) de artigos, sempre que tal depósito não venha a limitar as oportunidades futuras de publicação.
2. Atualizações e correções posteriores à publicação.
3. Os conjuntos de dados de pesquisa nos quais os artigos se baseiam.
4. Comunicações apresentadas em congressos e workshops.
5. Livros, capítulos de livros, monografias, relatórios e documentos de trabalho.
6. Representações audiovisuais (inclusive vídeos) de trabalhos criativos.

2.2 Acesso Aberto às pesquisas e observância externa

Exige-se que os *postprints* de artigos publicados em periódicos e apresentados em congressos sejam publicados em Acesso Aberto sempre que permitido pela editora. Em todos os casos, a equipe do repositório auxiliará os autores e depositantes a fim de assegurar que as exigências dos editores, conselhos de financiamento e patrocinadores comerciais sejam atendidas. Se um período de embargo for necessário, o produto pode ser armazenado no repositório e programado para liberação ao público na data estabelecida.

2.3 Uso de produtos de pesquisa para a avaliação de pesquisas

Os registros e produtos depositados serão usados para:

- Análise interna do desempenho das pesquisas e como fator das avaliações e promoções no quadro da Universidade.
- Modelagem de perfis e entrega de informações para análise externa, por exemplo, ao *Research Excellence Framework*.
- Qualquer informação contextual adicional armazenada estará sujeita aos níveis apropriados de acesso restrito.

¹⁸⁶ Disponível em: <<http://www.soton.ac.uk/library/research/eprints/policies/oapolicy.html>>.

• • • **A.1.2.7** Universidade Politécnica de Hong Kong (China)¹⁸⁷

(Este é um exemplo de política de Tipo 4)

A partir de setembro de 2010, a PolyU adotará a seguinte política de Apoio ao Acesso Aberto a Pesquisas Publicadas: os acadêmicos e pesquisadores da PolyU são obrigados a depositar cópias eletrônicas de seus artigos revisados por pares e publicados em periódicos ou em anais de congressos (o manuscrito final aceito do autor) no Repositório Institucional da PolyU para Acesso Aberto, na data da publicação do artigo. Os textos na íntegra de outros produtos de pesquisa também serão depositados sempre que apropriado.

Os autores pertencentes ao quadro da PolyU fornecerão à Biblioteca da Universidade cópias de suas obras, e a Biblioteca da Universidade determinará se os acordos com o editor permitem o depósito em repositórios institucionais para acesso público. A equipe do Repositório Institucional da PolyU examinará os acordos de direitos autorais firmados com os editores a fim de assegurar se os depósitos são permitidos.

187 Disponível em: <<http://www.polyu.edu.hk/ro/newRO415.html>>.





ANEXO 2. Modelos de políticas para instituições, entidades financiadoras e governos

Esta seção traz as formulações verbais de modelos de políticas que podem ser adaptados e usados por instituições, financiadores e governos nacionais. Há duas variantes, seguindo a tipologia mostrada no Capítulo 8. A primeira é o Tipo 1 (depósito imediato sem isenções), e a segunda é o Tipo 2 (preservação de direitos com isenção).

A2.1 Tipo 1: depósito imediato, sem renúncia (“política de Liège”)

Este tipo de política se aplica sempre que seu formulador já não possua e não tenha a intenção de adquirir os direitos sobre o trabalho abrangido pela política. A política deixa que os direitos permaneçam onde já estão – ou seja, com o autor ou com a editora. Nesse último caso, as permissões das editoras devem ser respeitadas, fazendo com que a política estabeleça um período de embargo. A política exige que os metadados sejam visíveis a partir da data do depósito, de modo a que os potenciais usuários possam se inteirar da existência do artigo e solicitar uma cópia ao autor.

[A instituição / O financiador / O governo] espera que os autores de trabalhos acadêmicos, tratando de pesquisas financiadas com verbas públicas, maximizem a acessibilidade, o uso e as aplicações de seus resultados. Para tal:

[A instituição / O financiador / O governo]

- (1) exige que cópias eletrônicas de todos os artigos sobre pesquisas que tenham sido aceitas para publicação em um periódico que pratique a revisão por pares e que sejam financiadas, no todo ou em parte, por verbas públicas, sejam depositados no repositório digital [institucional/central] imediatamente após sua aceitação para publicação.

- (2) exige que os metadados (título, autores, filiação institucional, nome do periódico que aceitou o artigo) sejam disponibilizados a partir da data do depósito do artigo.
- (3) exige que o texto integral esteja disponível em um prazo máximo de seis meses após a publicação do artigo.
- (4) incentiva os autores a preservarem a propriedade dos direitos autorais sobre seus artigos publicados sempre que possível.

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQS)

Quais são as vantagens do Acesso Aberto para os pesquisadores?

Na qualidade de *autores*, os pesquisadores se beneficiam porque seus trabalhos de pesquisa passam a ter uma divulgação muito mais ampla, podendo ser lidos sem restrições por qualquer pessoa que tenha acesso à internet, o que aumenta o impacto de sua pesquisa. De fato, vem sendo frequentemente demonstrado que os artigos de Acesso Aberto são citados 25-250% mais do que os artigos de acesso restrito publicados no mesmo periódico e no mesmo ano. Como *leitores*, os pesquisadores se beneficiam porque, cada vez mais, poderão acessar e utilizar os textos integrais de todas as pesquisas publicadas em sua área, e não apenas as pesquisas a eles disponíveis por meio das assinaturas dos periódicos que caibam nos orçamentos de suas instituições.

Quais são as vantagens para [instituições, financiadores e países]?

Em primeiro lugar, as pesquisas de [nome] estarão mais acessíveis aos pesquisadores de todo o mundo e, portanto, mais utilizadas e citadas. O prestígio dos pesquisadores de maior renome de [nome] irá aumentar, e mesmo pesquisadores menos conhecidos terão maior visibilidade e impacto. Em segundo lugar, as pesquisas de [nome] estarão abertas a todos os empreendedores de [nome] e ao público em geral que possua acesso à



internet. Isso representa um benefício tanto comercial quanto cultural. Em terceiro lugar, os dados sobre acesso, utilização e citação sobre essa pesquisa estarão cada vez mais acessíveis e analisáveis, contribuindo assim para a formulação das estratégias e políticas dos pesquisadores, das instituições e dos países.

O que deve ser depositado quando eu tiver um artigo pronto para publicação?

O manuscrito final do trabalho de pesquisa do autor deve ser depositado. Esta é a versão final do próprio autor, tal como aceita para publicação no periódico, incluindo todas as alterações resultantes do processo de revisão por pares. Além disso, o depósito do *preprint* anterior à revisão por pares é bem-vindo, caso o autor deseje prioridade e contribuições de seus pares, mas isso, obviamente, não é exigido. Em alguns casos, os editores podem permitir que sua própria versão publicada, em formato SGML/XML ou PDF, seja também depositada, o que também é bem-vindo, embora não exigido.

Quando os artigos devem ser depositados?

Uma versão eletrônica do manuscrito final do autor resultante de pesquisa financiada, no todo ou em parte, por verbas públicas [*ou nome do financiador*] tem que ser depositada imediatamente após o trabalho ser aceito para publicação.

Os autores ainda poderão publicar no periódico de sua escolha?

Os autores, obviamente, terão liberdade para decidir em que periódico desejam publicar seus trabalhos de pesquisa. Eles apenas terão que providenciar para que uma cópia do trabalho em versão final e revisada por pares seja depositada no repositório de sua instituição imediatamente após ser aceita para publicação.

A política se aplica a todos os artigos?

A política se aplica a todos os artigos acadêmicos de autoria ou coautoria de uma pessoa no período em que esta for [*membro do corpo docente / beneficiário de financiamento*], com exceção de artigos concluídos anteriormente à adoção desta política, e de quaisquer artigos a respeito dos quais o membro do corpo docente tenha firmado, antes da adoção desta política, um acordo de licenciamento ou atribuição que sejam incompatíveis com a política.

A2.2 Tipo 2: políticas com reserva de direitos

- • • **A.2.2.1** Tipo 2(a): cessão voluntária dos direitos à instituição / ao financiador / ao governo pelo autor, com isenção (“política de Harvard”)

Este tipo de política se aplica sempre que o formulador da política ainda não possua os direitos ao trabalho produzido, mas esteja disposto a adquirir dos criadores do trabalho direitos autorais suficientes para publicá-lo em Acesso Aberto.

[A instituição / O financiador / O governo] espera que os autores dos trabalhos tratando de pesquisas financiadas com verbas públicas maximizem a acessibilidade, a utilização e as aplicações de seus resultados.

Para tal:

Todos os autores autorizarão [a instituição / o financiador / outra entidade] a disponibilizar seus artigos acadêmicos e a exercer os direitos autorais sobre estes. Em termos mais específicos, todos os autores darão [à instituição / ao financiador / ao governo] uma licença não exclusiva, irrevogável e mundial para exercer todo e qualquer direito contido nos direitos autorais relativos a seus artigos acadêmicos, em qualquer meio [*com a condição de os artigos não serem vendidos com fins lucrativos*] e para autorizar outros a fazerem o mesmo. [A instituição/financiador/governo] poderá tornar o artigo disponível ao público em um repositório de Acesso Aberto.

[A instituição / O financiador / Outra entidade] ou pessoa designada pela [instituição/financiador/outra entidade] isentará um determinado artigo da aplicação da licença ou adiará o acesso por um determinado período de tempo por determinação expressa do autor. Todos os autores fornecerão uma cópia eletrônica da versão final do autor de cada artigo, no máximo até a data de sua publicação e sem custo financeiro ao representante designado [pela instituição / pelo financiador / por outra entidade] no formato especificado [pela instituição / pelo financiador / por outra entidade].



PERGUNTAS FREQUENTES (FAQS)

Quais são as vantagens do Acesso Aberto para os pesquisadores?

Na qualidade de *autores*, os pesquisadores se beneficiam porque seus trabalhos de pesquisa passam a ter uma divulgação muito mais ampla, podendo ser lidos sem restrições por qualquer pessoa que tenha acesso à internet, o que aumenta o impacto de sua pesquisa. De fato, vem sendo frequentemente demonstrado que os artigos de Acesso Aberto são citados 25-250% mais do que os artigos de acesso restrito publicados no mesmo periódico e no mesmo ano. Como *leitores*, os pesquisadores se beneficiam porque, cada vez mais, poderão acessar e utilizar os textos integrais de todas as pesquisas publicadas em sua área, e não apenas as pesquisas a eles disponíveis por meio das assinaturas dos periódicos que caibam nos orçamentos de suas instituições.

Quais são as vantagens para [instituições, financiadores e países]?

Em primeiro lugar, as pesquisas de [nome] estarão mais acessíveis aos pesquisadores de todo o mundo e, portanto, mais utilizadas e citadas. O prestígio dos pesquisadores de maior renome de [nome] irá aumentar, e mesmo pesquisadores menos conhecidos terão maior visibilidade e impacto. Em segundo lugar, as pesquisas de [nome] estarão abertas a todos os empreendedores de [nome] e ao público em geral que possua acesso à internet. Isso representa um benefício tanto comercial quanto cultural. Em terceiro lugar, os dados sobre acesso, utilização e citação sobre essa pesquisa estarão cada vez mais acessíveis e analisáveis, contribuindo assim para a formulação das estratégias e políticas dos pesquisadores, das instituições e dos países.

O que deve ser apresentado quando eu tiver um artigo pronto para publicação?

O manuscrito final do trabalho de pesquisa do autor deve ser apresentado. Esta é a versão final do próprio autor, tal como aceita para publicação no periódico, incluindo todas as alterações resultantes do processo de revisão por pares. Além disso, o depósito do *preprint* anterior à revisão por pares é bem-vindo, caso o autor deseje prioridade e contribuições de seus pares, mas isso, obviamente, não é exigido. Em alguns casos, os editores podem permitir que sua própria versão publicada, em formato SGML/XML ou PDF, seja também depositada, o que também é bem-vindo, embora não exigido.

Quando os artigos devem ser apresentados?

Uma versão eletrônica do manuscrito final do autor resultante de pesquisa financiada, no todo ou em parte, por verbas públicas [ou nome do financiador] tem que ser depositada imediatamente após o trabalho ser aceito para publicação.

Os autores ainda poderão publicar no periódico de sua escolha?

Os autores, obviamente, terão liberdade para decidir em que periódico desejam publicar seus trabalhos de pesquisa. Eles apenas terão que providenciar para que uma cópia do trabalho em versão final e revisada por pares seja depositada no repositório de sua instituição imediatamente após ser aceita para publicação.

A política se aplica a todos os artigos?

A política se aplica a todos os artigos acadêmicos de autoria ou coautoria de uma pessoa no período em que esta for [*membro do corpo docente / beneficiário de financiamento*], com exceção de artigos concluídos anteriormente à adoção desta política, e de quaisquer artigos a respeito dos quais o membro do corpo docente tenha firmado, antes da adoção desta política, um acordo de licenciamento ou atribuição que sejam incompatíveis com a política.

Por que precisamos de direitos não exclusivos sobre seu artigo?

Os direitos sobre seu artigo pertencem a você até que você os ceda, no todo ou em parte, a terceiros. Nos termos desta política, você estará cedendo a esta instituição os direitos necessários para tornar o artigo disponível em seu nome através do repositório. Até que você ceda esses direitos à instituição, esta não poderá assim agir. A instituição exige apenas direitos suficientes para disponibilizar seu trabalho ao público: o restante dos direitos continuará em seu poder para usá-los da forma como desejar, inclusive transferir a um editor o direito de publicar o trabalho e vendê-lo em seu nome.

Nos termos deste acordo, você estará conferindo à instituição permissão para divulgar seu trabalho para você, *antes que você transfira quaisquer direitos a terceiros*.



- • • **A.2.2.2** Tipo 2(b): preservação dos direitos pela instituição / pelo financiador / pelo governo (“política da QUT”)

Este tipo de política se aplica sempre que o formulador da política já possua os direitos autorais do trabalho produzido, ou esteja disposto a adquiri-los.

[A instituição / O financiador / O governo] espera que os autores dos trabalhos tratando de pesquisas financiadas com verbas públicas maximizem a acessibilidade, a utilização e as aplicações de seus resultados.

[A instituição / O financiador / O governo] é a detentora dos direitos autorais sempre que o trabalho tiver sido criado por [membros de sua equipe acadêmica ou beneficiários de financiamentos] no decorrer do período de [seu vínculo empregatício/pesquisa].

[A instituição / O financiador / O governo] confere ao(s) criador(es) do trabalho o direito de publicar seus trabalhos acadêmicos, direito este que estará sujeito a uma licença perpétua, irrevogável, mundial, livre de *royalties* e não exclusiva em favor [da instituição / do financiador / do governo], para permitir o uso desse trabalho para fins de ensino e pesquisa [e comercialização] e sua reprodução e divulgação *online* sem fins lucrativos por intermédio do repositório digital de Acesso Aberto [da instituição / do financiador / do governo].

A versão do trabalho acadêmico que [a instituição / o financiador / o governo] pode disponibilizar por meio de seu repositório digital pode ser a versão publicada (caso o editor concorde) ou a versão do manuscrito final posterior à revisão por pares. [A instituição / O financiador / O governo] concordará com embargos de no máximo seis meses solicitados pelo editor (contados a partir da data de publicação pelo editor) relativos à publicação do manuscrito por meio do repositório digital. Qualquer acordo de publicação ou cessão do direito de publicar o trabalho acadêmico firmado pelo autor em data subsequente estará sujeito aos termos da licença não exclusiva preexistente aqui mencionada.

Caso necessário, [a instituição / o financiador / o governo] firmará documentos que permitam consignar de forma mais plena o fato de que o autor é proprietário do direito de publicar contido nos direitos autorais sobre um trabalho acadêmico, e também de que [a instituição / o financiador / o governo] tem uma licença não exclusiva sobre aquele trabalho.

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQS)

Quais são as vantagens do Acesso Aberto para os pesquisadores?

Na qualidade de *autores*, os pesquisadores se beneficiam porque seus trabalhos de pesquisa passam a ter uma divulgação muito mais ampla, podendo ser lidos sem restrições por qualquer pessoa que tenha acesso à internet, o que aumenta o impacto de sua pesquisa. De fato, vem sendo frequentemente demonstrado que os artigos de Acesso Aberto são citados 25-250% mais do que os artigos de acesso restrito publicados no mesmo periódico e no mesmo ano. Como *leitores*, os pesquisadores se beneficiam porque, cada vez mais, poderão acessar e utilizar os textos integrais de todas as pesquisas publicadas em sua área, e não apenas as pesquisas a eles disponíveis por meio das assinaturas dos periódicos que caibam nos orçamentos de suas instituições.

Quais são as vantagens para [instituições, financiadores e países]?

Em primeiro lugar, as pesquisas de [nome] estarão mais acessíveis aos pesquisadores de todo o mundo e, portanto, mais utilizadas e citadas. O prestígio dos pesquisadores de maior renome de [nome] irá aumentar, e mesmo pesquisadores menos conhecidos terão maior visibilidade e impacto. Em segundo lugar, as pesquisas de [nome] estarão abertas a todos os empreendedores de [nome] e ao público em geral que possua acesso à internet. Isso representa um benefício tanto comercial quanto cultural. Em terceiro lugar, os dados sobre acesso, utilização e citação sobre essa pesquisa estarão cada vez mais acessíveis e analisáveis, contribuindo assim para a formulação das estratégias e políticas dos pesquisadores, das instituições e dos países.

O que deve ser apresentado quando eu tiver um artigo pronto para publicação?

O manuscrito final do trabalho de pesquisa do autor deve ser apresentado. Esta é a versão final do próprio autor, tal como aceita para publicação no periódico, incluindo todas as alterações resultantes do processo de revisão por pares. Além disso, o depósito do *preprint* anterior à revisão por pares é bem-vindo, caso o autor deseje prioridade e contribuições de seus pares, mas isso, obviamente, não é exigido. Em alguns casos, os editores podem permitir que sua própria versão publicada, em formato SGML/XML ou PDF, seja também depositada, o que também é bem-vindo, embora não exigido.



Quando os artigos devem ser apresentados?

Uma versão eletrônica do manuscrito final do autor resultante de pesquisa financiada, no todo ou em parte, por verbas públicas [*ou nome do financiador*] tem que ser depositada imediatamente após o trabalho ser aceito para publicação.

Os autores ainda poderão publicar no periódico de sua escolha?

Os autores, obviamente, terão liberdade para decidir em que periódico desejam publicar seus trabalhos de pesquisa. Eles apenas terão que providenciar para que uma cópia do trabalho em versão final e revisada por pares seja depositada no repositório de sua instituição imediatamente após ser aceita para publicação.

A política se aplica a todos os artigos?

A política se aplica a todos os artigos acadêmicos de autoria ou coautoria de uma pessoa no período em que esta for [*membro do corpo docente / beneficiário de financiamento*], com exceção de artigos concluídos anteriormente à adoção desta política, e de quaisquer artigos a respeito dos quais o membro do corpo docente tenha firmado, antes da adoção desta política, um acordo de licenciamento ou atribuição que sejam incompatíveis com a política.

Por que precisamos de direitos não exclusivos sobre seu artigo?

Os direitos sobre seu artigo pertencem a você até que você os ceda, no todo ou em parte, a terceiros. Nos termos desta política, você estará cedendo a esta instituição os direitos necessários para tornar o artigo disponível em seu nome através do repositório. Até que você ceda esses direitos à instituição, esta não poderá assim agir. A instituição exige apenas direitos suficientes para disponibilizar seu trabalho ao público: o restante dos direitos continuará em seu poder para usá-los da forma como desejar, inclusive transferir a um editor o direito de publicar o trabalho e vendê-lo em seu nome. Nos termos deste acordo, você estará conferindo à instituição permissão para divulgar seu trabalho para você, *antes que você transfira quaisquer direitos a terceiros*.



DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ACESSO ABERTO

Questionário de avaliação

A UNESCO dá grande valor a seu *feedback* e pede-lhe que reserve alguns minutos para avaliar esta publicação, respondendo algumas perguntas.

1. Avalie (marcando ✓) as seguintes afirmativas, usando a escala de cinco pontos abaixo, e comente justificando sua avaliação.

CE = concordo enfaticamente; **C** = concordo; **SO** = sem opinião; **D** = discordo; **DE** = discordo enfaticamente

Afirmativas	CE	C	SO	D	DE
De modo geral, a publicação é útil. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
O conteúdo da publicação está organizado em uma sequência fácil de seguir. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
Os conceitos e as ideias discutidos são pertinentes e práticos. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
As diretrizes políticas apresentadas são corretas. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
A publicação foi redigida em linguagem e estilo legíveis. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
A publicação atendeu a minhas expectativas. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
Sou capaz de aplicar as estratégias discutidas nesta publicação. Comentários:	<input type="checkbox"/>				
A publicação me ajudou a pensar sobre o Acesso Aberto à informação e às pesquisas científicas. Comentários:	<input type="checkbox"/>				



Comentários:

2. Como você planeja usar esta publicação? Marque todas as opções aplicáveis.

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Defesa da causa | <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de políticas | <input type="checkbox"/> Treinamento/ <i>workshops</i> |
| <input type="checkbox"/> Ensino em sala de aula | <input type="checkbox"/> Formulação de projetos | <input type="checkbox"/> Conferências |
| <input type="checkbox"/> Referência no trabalho cotidiano | <input type="checkbox"/> Pesquisa | <input type="checkbox"/> Redação de relatórios/palestras |
| <input type="checkbox"/> Outros (favor especificar): | | |

3. Marque a categoria que melhor descreve sua organização.

- | | | |
|--|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ministério governamental | <input type="checkbox"/> Instituição de pesquisa | <input type="checkbox"/> Universidade |
| <input type="checkbox"/> ONG | <input type="checkbox"/> Organização intergovernamental | <input type="checkbox"/> Editora |
| <input type="checkbox"/> Outros (favor especificar): | | |

4. Sua função principal:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Pesquisador/cientista | <input type="checkbox"/> Professor | <input type="checkbox"/> Informação profissional |
| <input type="checkbox"/> Formulador de políticas | <input type="checkbox"/> Administrador | |
| <input type="checkbox"/> Outros (favor especificar): | | |

5. Aproximadamente quantas pessoas de sua organização irão ver esta publicação? _____

6. Aproximadamente quantas a utilizarão em seu trabalho? _____

7. Quais, em sua opinião são os pontos fortes desta publicação? Por quê?

8. O que, em sua opinião, precisa ser melhorado nesta publicação? Como?

9. Pedimos-lhe que nos forneça algumas informações sobre você (opcional):

Nome: _____

Título: _____ Organização: _____

Endereço: _____

País: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

10. Quaisquer outros comentários:

Encaminhar o formulário preenchido para:

Diretor
Knowledge Societies Division
Communication and Information Sector
UNESCO
1 rue Miollis 75732 Paris cedex 15 France





Representação no Brasil

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Em cooperação



“Por meio do Acesso Aberto, pesquisadores e estudantes de todo o mundo terão mais acesso ao conhecimento, as publicações terão mais visibilidade e um número maior de leitores, e o potencial impacto da pesquisa será ampliado.

Mais acesso e mais compartilhamento do conhecimento levam a oportunidades de diálogo intercultural e de um desenvolvimento econômico e social equitativo, com possibilidades de desencadear inovações.

A Estratégia de Acesso Aberto da UNESCO, aprovada pelo Conselho Executivo em sua 187ª sessão e, em seguida, por sua 36ª Conferência Geral, identificou, como uma das principais prioridades, a consultoria política aos Estados-membros na área do Acesso Aberto”.

Jānis Kārklīņš,
diretor-geral assistente
de Comunicação e Informação
UNESCO